

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano X, número 29, Setembro-Dezembro / 97



ISSN 0103-5576

ALBERGUE

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J. B. Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidney da Silva

Editores

Dirceu Cutti

Sidnei M. Dornelas

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MTB 3081)

Conselho Editorial

Carlos B. Vainer

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Hermilo E. Pretto

José Giacomo Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José Jorge Gebara

Luiz Bassegio

Wanderluce Pessoa Bison

Conselho Consultivo

Alfredo J. Gonçalves

Cláudio Ambrózio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marilda A. Menezes

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa

Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda

Foto: Dirceu Cutti

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - F:(011)7209.13.87

Endereço para correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

CEP 01514-030 São Paulo/SP - BRASIL

Fone: (011)278.62.27 - Fax: (011)278.22.84

E-Mail: cemsp@cidadanet.org.br

<http://www.scalabrini.org>

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

ÍNDICE

5 A VIDA DOS HOMENS DA NOITE NA CIDADE GRANDE

Ana Cristina Arantes Nasser

12 UM PERFIL DOS MIGRANTES QUE RECORREM AOS ALBERGUES DA REGIÃO DE SOROCABA

Marcia Beatriz Carneiro Aragão

17 MIGRANTES DA CASA DE PASSAGEM DE PRESIDENTE PRUDENTE

Maria Cristina Rangel

25 MIGRANTES OU CARENTES? A Trajetória da Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes-AVIM

Dirceu Cutti

30 O PEIXE E A REDE O Migrante e o Albergue no Discurso dos Responsáveis e Funcionários da AVIM

Sidnei Marco Dornelas

ALBERGUES: um plural muito pobre

Uma palavra evocada no plural, normalmente remete nossa fantasia para além do aspecto meramente numérico. No caso de **Albergue(s)**, dificilmente o senso comum ultrapassaria essa fronteira. Mais do que isso: será que um olhar mais acurado junto a muitos albergues da nossa realidade traria novidades capazes de romper a barreira do quantitativo? Suspeitamos que não. Afinal de contas, todos nós fazemos uma idéia do que seja seu público, das demandas por ele apresentadas, e, sobretudo, da rotina que caracteriza tal instituição - o questionário na entrada, o banho, a sopa, os horários para entrar e sair, o pernoite e as normas da casa. Nesse sentido, o imaginário que se criou em torno dos albergues pode ser considerado um tradutor muito próximo da verdade dos fatos.

Nos últimos tempos, afloraram novas experiências de trabalho alternativo junto à população alvo dos albergues, tais como as Casas de Convivência na cidade de São Paulo, bem como outras iniciativas espalhadas país afora. Curioso observar, porém, que tais práticas não despontaram a partir de inovações ocorridas no interior dos albergues, mas sim de fora deles, como contraposição aos mesmos. Será pois a instituição albergue condenada à mesmice? A questão está posta.

Mas se o singular caracteriza essa instituição, seu público é extremamente plural, sobretudo quando o migrante entra em cena. Quem sabe não resida aí um ponto de partida capaz de romper minimamente a rigidez dessa organização que em muito se assemelha às instituições totais! O foco das atenções deveria, pois, recair sobre os albergados. Mas não será essa - a de albergados - uma identidade que, a partir de fora, se impõe também como sufocadora da pluralidade?

Sem a pretensão de traçar diretrizes, deixemos que os autores que se debruçaram sobre a realidade - albergue/migrante - nos falem do que observaram.

A Márcia oferece-nos um perfil dos migrantes que buscam os albergues numa fatia do interior do Estado de São Paulo que é a região de Sorocaba. A Maria Cristina fala-nos da Casa de Passagem da cidade de Presidente Prudente, na divisa de São Paulo com o Mato Grosso do Sul; conta-nos da sina dos migrantes que passam a depender do albergue e coloca-nos, ao longo do artigo, na escuta de agentes que atuam na Casa. A Ana Cristina situa-nos diante daqueles que, na cidade de São Paulo, após perderem o trabalho, a família e o espaço do lazer, a partir do albergue - limiar da rua - ainda vivenciam estas realidades sob a forma de representações.

Dois outros textos, elaborados por integrantes do CEM - Cutti e Dornelas - constituem quase que um especial. Voltam-se para a AVIM - Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes, uma instituição ligada à Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos, da qual o CEM faz parte. Trata-se de uma entidade voltada explicitamente para o migrante, mas que ao longo de sua trajetória alterou profundamente sua filosofia de ação, reduzindo todo seu trabalho às práticas de um albergue onde o migrante, mais uma vez, viu-se diluído em carente. O fato do CEM, juntamente com outros pesquisadores, estar desenvolvendo uma pesquisa sobre a AVIM, aliado à preocupação dos missionários carlistas em redimensionar a forma do atendimento dispensado pelo albergue, motivou a elaboração de algumas reflexões críticas, feitas a partir de alguns aspectos revelados pela pesquisa, com a finalidade de também contribuir junto aos que hoje estão à frente da instituição.

Dirceu Cutti

BIBLIOTECA DE MIGRAÇÕES

O CEM (Centro de Estudos Migratórios), dispõe de um Centro de Documentação, com uma Biblioteca Específica de Migrações. Reúne livros, artigos, teses, monografias, revistas nacionais e internacionais, bem como periódicos que dizem respeito à questão migratória.

Horário de Atendimento:

A Biblioteca está aberta ao público, de segunda à sexta-feira, das 8:30 às 12:00 hs.

Temáticas do Acervo

MIGRAÇÃO INTERNA
MIGRAÇÃO INTERNACIONAL
IMIGRAÇÃO NO BRASIL
TERRA
URBANIZAÇÃO
DADOS DEMOGRÁFICOS E ESTATÍSTICOS
CULTURA
ECONOMIA
Religião

Solicitamos doações de teses e monografias atinentes ao tema Migração

CONHEÇA, LEIA E DIVULGUE

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Números Publicados

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrópole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios & Restrições à Migração
- 26 - Mulher Migrante
- 27 - Nomadismos
- 28 - Meio Ambiente

Escreva ou telefone para:

REVISTA TRAVESSIA
RUA VASCO PEREIRA, 55
SÃO PAULO - SP
01514-030
FONE: (011) 278.62.27
FAX : (011) 278.22.84

Escolha os números que deseja receber, faça você mesmo as contas e, junto ao pedido, envie o pagamento através de cheque nominal ou Vale Postal endereçado para a Agência de Correio Pça. João Mendes-SP, código nº 72902302, sempre em nome de Centro de Estudos Migratórios, ou ainda através de depósito bancário nominal à Pia Soc. Dos Miss. De S. Carlos, Bco. Bradesco, Ag. Tabatinguera Nº 0515-0, c/c 23083-9 e envio do respectivo comprovante.

Valor da assinatura

- () Ass. válida por 1 ano R\$ 15,00
() Ass. válida por 2 anos..... R\$ 25,00
() Ass. válida por 3 anos..... R\$ 35,00
Exterior (1 ano)..... U\$ 20,00

Números avulsos:

- Exemplares do nº 1 ao 7..... R\$ 2,00 cada
- Demais exemplares: Nº avulso.... R\$ 5,00 cada
Quantidade..... R\$ 4,00 cada
- Coleção completa..... R\$ 65,00

A VIDA DOS HOMENS DA NOITE NA CIDADE GRANDE

Ana Cristina Arantes Nasser*

Foto: Ana Cristina A. Nasser



Buscando estudar¹ as representações que homens reiterada e ampliadamente excluídos do mercado de trabalho constroem sobre a categoria trabalho, parti do pressuposto de que a relação dialética entre os três elementos que compõem a vida cotidiana na sociedade capitalista - a saber, o trabalho, a família e o lazer (Lefebvre, 1977 e 1981) - é uma relação que se manifesta em sua negatividade, no universo dos excluídos, e, portanto, só existe através de representações por eles construídas.

Reconhecendo, portanto, a relação entre a exclusão do e pelo mundo do trabalho com a exclusão dos demais domínios da prática social, procurei investigar o que pode ocorrer ao cotidiano de determinados indivíduos que, mesmo enfrentando as privações nos planos pessoal, social, material, político, ético, estético, não conseguem satisfazer, até enquanto virtualidade, a necessidade de trabalho.

Não consistia, portanto, em estudar as representações constituídas por indivíduos temporariamente desempregados - que enquanto procuram suprir a falta de trabalho, mesmo que por recrutamento temporário ou através de "bicos", ainda podem, pelo menos potencialmente, tentar preservar seus outros espaços de relações sociais - , e sim, por aqueles que, por não existirem como trabalhadores *prescritos* segundo as leis do mercado de trabalho formal, tornam-se trabalhadores "*proscritos*" que, via-de-regra, sobrevivem apenas satisfazendo muito precariamente suas necessidades existenciais, através do recebimento de esmolas de cunho privado e/ou de doações assistenciais, e que, mesmo quando sob "desemprego disfarçado", este não

constitui uma exceção passageira em sua trajetória de trabalho, uma vez que vivenciam um processo de exclusão antigo, que se renova e se perpetua, dissolvendo ainda seus outros vínculos sociais.

Trata-se, portanto, de homens que, por não se relacionarem mais/ou ainda com o trabalho, como trabalhadores formais, também não se relacionam com o dinheiro (enquanto remuneração pela venda contratual de sua força de trabalho), geralmente não têm existência legal (uma vez que não possuem os documentos que os identificam como cidadãos) e não têm um local de moradia (entendido simultaneamente como espaço físico e espaço de relações pessoais e sociais). São homens que romperam seus vínculos com a família, os vizinhos e amigos de outrora, com o bairro, a cidade ou o estado de origem, com os espaços institucionais e de lazer antes ocupados e, via-de-regra, com os referenciais simbólicos que norteavam seus princípios morais e religiosos.

Tomando, então, como universo de análise, homens (solteiros, descasados ou viúvos) que, devido à interrupção ou ao rompimento, geralmente simultâneos, de suas relações familiares e de trabalho, saíram de casa e, hoje, vivem sós, nas sombras da Cidade de São Paulo, sem lar e sem trabalho, caracterizando suas trajetórias de vida e de trabalho pelo nomadismo e pela transitoriedade, pareceu-me oportuno realizar a pesquisa empírica em um local que, como o viver desses indivíduos, também é marcado pela transitoriedade em busca de relações de permanência. Trata-se do Albergue Noturno Lygia Jardim, onde eles se abrigam temporariamente, buscando realizar sua (re)inserção no mercado de trabalho e o (re)estabelecimento de seus vínculos familiares, bem como alcançar a libertação do alcoolismo.

Além de dois funcionários (o zelador e o cozinheiro - eles também antigos albergados), a diretora e a assistente social da Instituição, e dois de seus mais antigos plantonistas voluntários, entrevistei vinte e oito albergados que, apenas como recurso formal de análise, foram inseridos em quatro diferentes "grupos":

a) o "grupo" constituído exclusivamente por migrantes, subdivididos em seis recém-chegados e quatro antigos, com ida-

de entre 20 e 56 anos, e que abandonaram a "roça" da família, como uma tentativa de tornarem-se donos, na metrópole, da remuneração pela venda de sua força de trabalho, sendo que a interrupção de seus vínculos familiares se deu simultaneamente à (tentativa de) inserção nas relações capitalistas de trabalho;

b) neste "grupo" - constituído exclusivamente por homens solteiros, na faixa de idade entre 23 e 47 anos, composto por três migrantes (um recente e dois antigos) e três nascidos na capital -, o ingresso no mercado de trabalho foi determinado pelo rompimento das relações familiares, cuja causa comum residiu na morte da mãe, ocorrida durante sua adolescência;

c) este "grupo", com idade variando entre 28 e 74 anos, é formado exclusivamente por homens casados que, ao longo dos anos, abandonaram, alternada ou simultaneamente, o emprego e a família, até que romperam definitivamente suas relações de casamento e, na maioria dos casos, inclusive, o contato com os filhos;

d) a peculiaridade deste "grupo" reside no fato de seus integrantes serem egressos das classes médias, com formação universitária (completa ou não) ou técnica. Com idade variando entre 45 e 64 anos, quatro eram migrantes há muito fixados na capital (entre dez e trinta anos) e um era imigrante alemão, vindo em 1959. Três eram solteiros e dois eram não-legalmente separados - repetindo de certa forma, o histórico do "grupo" c, salvo o fato de que seus conflitos matrimoniais eram também norteados pela disputa de dinheiro e de bens.

Os vinte e oito indivíduos pesquisados migraram para a Cidade de São Paulo, ou nela (quando nascidos ou já fixados) deslocaram-se, internamente, e foram ocupando seus espaços, conforme as ofertas de trabalho e de moradia: quando arranjavam emprego, instalavam-se nas proximidades do local de trabalho, em vagas ou quartos de pensões e de hotéis baratos; ou ainda, quando possível, em dormitórios da própria firma empregadora. Por isso, quando perdiam o emprego, normalmente perdiam a possibilidade de conservar o mesmo local de moradia (por falta de recursos financeiros, e também por novamente precisarem procurar morar próximo ao novo

emprego que conseguissem), e, assim, passavam a procurar não só os albergues particulares ou geridos pelo Estado, como também as ruas, para constituir sua nova vida.

No primeiro caso, passam a viver num espaço público institucionalizado; e, no segundo, num espaço público que também tem "suas leis universais", baseadas "num formalismo jurídico-legal". Em ambos, porém, a instância do público dá uma nova determinação ao privado, em vez de anulá-lo; ou seja, o privado deixa de ser o espaço da casa, com sua rotina e relações pessoais, e passa a se determinar pela tentativa de preservação de uma dada individualidade, no âmbito do público.

Minha proposta de investigação, contudo, não se refere a uma população prioritariamente de rua, mas sim, a uma população masculina circunstancialmente de rua, que alterna - pelo menos enquanto virtualidade - períodos de permanência na rua com períodos de vivência itinerante em instituições assistenciais - como uma tentativa de manter pelo menos algumas características do modo de vida anterior.

Os indivíduos que vivem preferencialmente em instituições e, ocasionalmente nas ruas, são indivíduos que, de certa forma, enfrentam mais dificuldades que a população efetivamente de rua, para estabelecer suas redes de relações, devido à permanente transitoriedade que caracteriza seu modo de vida atual, no que se refere à ocupação de tempos e de espaços. Geralmente, antes mesmo de/ou quando começam a se relacionar (pessoal e espacialmente) com os colegas e a vizinhança do local onde estão abrigados, seu tempo de permanência na instituição se esgota, e eles são obrigados a procurar novos espaços. Por outro lado, como eles são indivíduos que vivem uma "situação-limite", concreta e potencialmente, no que se refere às relações de trabalho e às relações pessoais, seu projeto de vida consiste em buscar o restabelecimento de um cotidiano, porém não igual àquele que se rompeu, mas a partir da crítica a ele. Por isso, parece-me, privilegiam o convívio em albergues, ainda que lá vivenciem uma rotina institucionalizada. E por isso, também, têm como meta de vida poder encontrar novamente um emprego que lhes possibi-

lite pagar um "canto" para morar e, conseqüentemente, (re)construir toda uma rede de relações sociais.

Como consequência da "situação-limite" em que se encontram, na qual os espaços são permanentemente vividos em tempos transitórios, eles também vivenciam uma representação-limite entre o mendigo e o trabalhador. Sua identidade constitui-se no limite entre um e outro pólo de oposição: enquanto atuais desempregados, eles podem, dependendo das circunstâncias de sua vida futura, tornar-se mendigos, ou trabalhadores. Daí, sua constante tentativa de não se integrarem à população de rua e de buscarem morar preferencialmente em albergues.

Cumpra, pois, investigar em que medida os albergues constituem, do ponto de vista dos excluídos, o espaço de reprodução de sua representação enquanto trabalhadores - uma vez que apresentam-se a eles como uma via institucional para sua reintegração à sociedade, enunciada pela possibilidade de (re)inserção no mercado de trabalho.

Em outras palavras, é preciso, portanto, pesquisar - face às dramáticas condições concretas de vida dos excluídos - em que medida os albergues, em contraposição à rua, constituem um espaço que pode reafirmar, pelo menos ao nível das representações, as diferenças entre eles e os mendigos moradores de rua.

Considerando que para os migrantes antigos, o longo tempo cronológico de permanência e mesmo de fixação na cidade não mais garantia a reprodução do tempo produtivo outrora vivido, e que, para os recentes, e também para os migrantes jovens, o breve tempo de vivência na cidade só confirmava a transitoriedade de atividades de trabalho que, quando existiam, nunca eram, por isso mesmo, contratuais, tornava-se necessário avaliar o modo de fixação/ou não-fixação, na metrópole, dos migrantes momentaneamente moradores do Albergue pesquisado. Como no período em que a pesquisa foi realizada (junho a setembro de 1994), esses indivíduos tinham uma relação frágil ou inexistente com o mundo do trabalho, sua permanência na cidade estava transitoria-

mente garantida, enquanto durasse o tempo de seu acolhimento pelo Albergue.

A permanência dos albergados, na cidade, era marcada pela transitoriedade espacial e temporal. Durante sua estadia no Albergue, estando, ao menos, isentos da tarefa de encontrar um lugar para morar, os desempregados e os que faziam "bico" organizavam seu dia-a-dia de modo a percorrer, durante a manhã, diferentes pontos da cidade à procura de alguma possibilidade de trabalho. No período entre 11:00 h e 14:00 h, porém, paravam tal atividade para procurar instituições, ou mesmo restaurantes, que lhes dessem o almoço. Finalmente, no período da tarde, alguns andavam em busca da obtenção de um documento necessitado, ou ao encontro de algum "conhecido" (pessoal, ou do mundo político) que pudesse intermediar sua indicação para uma vaga de trabalho. Outros, entretanto, procuravam uma praça ou qualquer outro logradouro público onde pudessem descansar da caminhada ou, então, receber dos transeuntes alguma contribuição em dinheiro ou em espécie, que os ajudasse a passar o resto daquele dia, ou o dia seguinte.

Geralmente, o mais comum era que a procura de emprego se realizasse de segunda a quarta, ou, no máximo, quinta-feira. Assim, no(s) dia(s) restante(s), eles executavam pequenos "bicos" por conta própria (venda de latas e jornais velhos, serviços de eletricidade e pintura no próprio Albergue, ou na vizinhança), ou ficavam nas praças, esperando o tempo passar, para poderem retornar ao Albergue no horário permitido.

Os locais públicos e, sobretudo, as praças, eram utilizados como espaço de lazer, nos fins-de-semana. Além disso, nos dias úteis, representavam, talvez, a única possibilidade de interação mais permanente, ainda que temporalmente delimitada, dos albergados com a cidade.

O modo como despendiam seguidas horas em distintas praças públicas, sobretudo as localizadas no centro da cidade, revelava os diferentes usos que faziam das mesmas, bem como as diferentes representações desse espaço urbano. Primeiramente, deve-se dizer que eles identificam a região central da cidade com a própria idéia de cidade; ou seja, quando pensam a

cidade, representam-na através de seu centro geográfico, pois, para eles, tudo que este proporciona, de bom e de mau, é também aquilo que a cidade pode lhes oferecer, sendo que seus maiores atrativos residem na possibilidade de obtenção de um emprego temporário, ou de realização de "bicos".

As praças públicas da região central da cidade eram frequentadas no período da tarde e/ou bem no início da manhã, já que eles eram obrigados a deixar o Albergue às 5h40 e, em geral, aqueles que procuravam emprego, só iniciavam esta árdua tarefa a partir das oito horas. Nesse intervalo de tempo, deixavam-se ficar nesses locais, descansando, ou mesmo dormindo.

Por outro lado, cabe apontar que o modo de uso matutino das praças não coincide com o vespertino, quando a principal atividade consiste na mendicância, que pode se manifestar de modo explícito ou velado. Assim sendo, ou eles pedem diretamente uma esmola, ou recebem-na, indiretamente, prestando auxílio a algum transeunte que lhes agradece por meio de pequenas contribuições, com as quais poderão comprar cigarros, um lanche ou um café.

A prática da mendicância adotada pelos albergados obedece a uma estratégia que prioriza o centro da cidade e os "lugares do interior" (denominação por eles dada às cidades localizadas na Grande São Paulo). Assim, preferem a região central, em relação aos bairros, e nela, os locais públicos e não as casas, que só são visitadas no "interior".

Tal estratégia para obtenção de comida, havia sido, em grande parte, aprendida durante os tempos em que a maioria deles viveu nas ruas da cidade. Foi na rua que eles aprenderam onde, como, o quê e a quem pedir alimentos e, em menor medida, dinheiro. A rua constituiu seu espaço de aprendizado das técnicas e das estratégias de sobrevivência - um aprendizado que era assimilado e transmitido coletivamente, de modo a tornar aptos, inclusive, os que viveram brevemente nas ruas, bem como os migrantes recém-chegados à cidade.

Os mendigos eram, portanto, os seus guias, na utilização das sobras da cidade da qual estavam excluídos: sua socialização



Foto: Ana Cristina A. Nasser

no meio urbano-metropolitano não se dava, no momento, através do trabalho, mas pela via do não-trabalho, representado na figura dos mendigos. Era com seus antagonistas que eles aprendiam onde e como comer nas ruas, onde e como receber assistência, onde e como dormir (nas ruas e em albergues), onde e como obter algum dinheiro e, principalmente, onde e como demarcar suas diferenças em relação aos próprios mendigos - descobrindo e fazendo uso dos locais públicos onde era possível tomar um banho, lavar a roupa do corpo, fazer a barba e parecer-se com um trabalhador desempregado à procura de emprego.

Ficar andando pela cidade, deslocando-se continuamente, alcançando espaços que logo têm que ser abandonados e, nesse processo, aprender a linguagem das ruas, com suas estratégias e regras extremamente rigorosas em sua aparente fluidez, tem sido um movimento constante na atual vida inconstante dos sujeitos deste estudo.

Neste sentido, o Albergue seria, para os dois "grupos", a mediação entre a casa e a rua. É um espaço que se diferencia da rua, pois nele se está "protegido" do clima frio

e chuvoso da cidade, da violência e, principalmente, da possibilidade de ser confundido com um mendigo. Além disso, oferece uma cama para dormir, uma sopa quente no jantar e condições para o asseio do corpo e das roupas.

Ao mesmo tempo, o Albergue é um espaço que não se confunde com a casa, uma vez que nele se estabelecem apenas relações de convivência, e não relações pessoais; um lugar onde, mesmo com todas as regras disciplinares e o rígido controle de horários e de mobilidade dentro e fora da instituição (durante o dia), a ausência de autonomia é compensada pela liberdade de não precisar estabelecer vínculos, como os criados em família, e onde a ausência de privacidade é compensada pelo viver em um espaço público que ainda pode ser chamado de Casa.

Provavelmente, o fator que melhor define, na representação desses homens, o Albergue como intermediário entre a casa e a rua, é a rotina - uma rotina que apresenta semelhanças com a doméstica, mas cujas atividades como comer, dormir, lavar-se, são realizadas coletivamente e

em público, e, por isso mesmo, prescrevem regras estritas de conduta que, quando não são seguidas e respeitadas, acarretam como sanção maior o "ir para a rua" - revelando, como analisa DaMatta, "a ligação dramática da casa com a rua", pois quando se rompe drasticamente a relação de um indivíduo com o grupo social (na casa), ele se transforma em um "indivíduo isolado" (na rua).

Neste sentido, portanto, a disciplina do Albergue também era representada como um meio de demarcar a identidade e as idiosincrasias de cada um, e de preservar as distinções entre todos eles, sem o que, consideravam que a convivência obrigatória se tornaria insuportável.

Por ser uma instituição onde o convívio era parcial e temporariamente delimitado, e também, constantemente observado e controlado não só pelos funcionários e plantonistas, como, inclusive pelos próprios albergados (que se vigiavam mutuamente para evitar qualquer forma de estorvo mas, sobretudo, para impedir que o mínimo desvio de comportamento efetuado por um indivíduo pudesse ser generica-

mente imputado a todos), o Albergue não lograva constituir um "quadro social" de afloramento e "trabalho" da "memória" (Bosi, 1987).

Mesmo sendo, provavelmente, o único espaço social em que esses indivíduos estabeleciam relações transitoriamente permanentes, o Albergue era caracterizado por uma constante troca de seus clientes, diluindo diariamente a possibilidade de composição de "grupos de convívio e de referência". Ali, o outro não compunha, mas se opunha a alguém, numa interação involuntária e aleatória. Por isso, à hora do jantar, um dos raros momentos em que eles estabeleciam um contato mais estreito, suas conversas reportavam-se exclusivamente aos fatos do dia-a-dia. Cada qual partilhava com o outro apenas as referências ao momento que viviam.

Neste sentido, o Albergue foi privilegiado como campo de pesquisa do modo de vida dos excluídos, não só por ser um local onde pessoas com experiência de vida marcada pela transitoriedade e o nomadismo encontravam-se momentaneamente agrupadas, mas, principalmente, por ser um espaço que substituía a casa (moradia) dos entrevistados, através de representações que tornavam presente a casa e prescreviam a necessidade da reprodução diária da noção de que a casa só tinha sentido de ser se fosse completada pelas noções do trabalho e do lazer.

Ainda que o Albergue constitua um espaço cuja disciplina estrita lembre, para muitos desses indivíduos, um quartel ou uma prisão, é, ao mesmo tempo, justamente através desta disciplina - e seus atributos correlatos, como a ordem, a pontualidade, o respeito e a obediência -, que o Albergue momentaneamente ritualiza a vida arrítmica de seus "clientes", preceituando-lhes valores morais como a necessidade do trabalho, o primado da família e, principalmente, o cumprimento de uma vida sem vícios (sobretudo, o da bebida).

Assim, no Albergue, não se prevê que exista o lazer, mas também não se propiciam condições para que ele possa se exercer fora dali. Espera-se que os albergados arranjem algum tipo de trabalho, mas também exige-se que a jornada de trabalho não ultrapasse o horário das 20:00 horas, e também, que eles cumpram as tarefas rotineiras

de limpeza das instalações da Casa. Impõe-se-lhes, portanto, uma "barreira" parcial "à relação social com o mundo externo", uma vez que eles estão proibidos de chegar à Casa depois das 20:00 horas, assim como são igualmente obrigados a deixá-la depois das 5:40 h.

Por outro lado, essa instituição só faz evidenciar, para os excluídos, a representação de sua relação com o tempo e o espaço, enquanto ausência, na medida em que torna o seu dia-a-dia cada vez mais mediatizado - no sentido de que até mesmo as atividades mais elementares e rotineiras precisam ser viabilizadas através da ajuda de terceiros (sob a forma de assistencialismo de cunho privado ou institucional) para obter o tempo e o espaço indispensáveis à realização de necessidades básicas como beber, comer, dormir, vestir-se, lavar-se.

Portanto, tudo o quanto há de mais imediato na vida de uma pessoa adulta tornava-se mediatizado, no universo dos excluídos, e os fatos ordinários do dia-a-dia sempre podiam assumir o caráter de um acontecimento extraordinário, já que nunca podiam ter a certeza de, no dia seguinte, conseguir a comida e o canto para dormir, que obtiveram no dia anterior. Ao mesmo tempo, a privacidade das atividades diárias banais era, na verdade, vivida como privação: a vida privada desses homens era uma vida de privações, desde os direitos à satisfação das "necessidades existenciais" (ou naturais), como aqueles relativos às "necessidades próprias humanas".

Apesar de tudo, o Albergue ainda conservava, na representação desses indivíduos, as referências de algumas características do ambiente doméstico, dando-lhes a "esperança" de, um dia, poderem reverter a situação-limite na qual agora se encontravam. O fato de lá terem uma cama individual (ainda que numerada, e no meio de outras cinquenta e nove) e uma rotina a ser cumprida (mesmo que vigilante e coercitivamente inspecionada) dava-lhes a segurança de, pelo menos durante esse período de permanência, preservarem sua identidade, e não se confundirem e nem serem confundidos com um morador de rua - isto é, alguém que consideravam já ter definitivamente prescindido dos valores que

norteavam a convivência doméstica.

Por outro lado, porém, temiam tornar-se o que denominavam de "viciado em albergue"; o que significa dizer, tornar-se "iludido" com a vida que não se reproduz através do trabalho, mas flui, ainda que como mera sobrevivência, através do assistencialismo.

Mas, mesmo com todos os riscos de, vivendo na instituição, poderem romper definitivamente os frágeis liames que tentavam preservar as representações que outrora tinham construído sobre si mesmos (como trabalhadores, chefes de família ou jovens tentando trilhar seu próprio caminho), o Albergue constituía, ao mesmo tempo, a única possibilidade de, no momento, viabilizarem tal preservação.

Neste sentido, a rotina da Casa considerada a mais importante a cumprir era a obrigatoriedade do banho, pois justamente através da "limpeza do corpo" (o que incluía poder fazer a barba e lavar as roupas), eles podiam - mesmo almoçando nas Casas de Conveniência e aceitando caridade - diferenciar-se dos mendigos. O asseio do corpo representava, para eles, portanto, a possibilidade de preservação de um traço de sua dignidade, enquanto homens ainda identificados com os trabalhadores que eles, concretamente, foram no passado (mais ou menos recente), e que ainda lutavam para continuar sendo no presente, pelo menos ao nível das representações.

Assim como prezavam a rotina vigente na instituição, também consideravam extremamente adequado o meio pelo qual ela se exercia: ou seja, a disciplina, pois através dela eles continham, pelo menos temporariamente, a possibilidade de reincidir no alcoolismo. Da mesma forma, em sua representação sobre essa disciplina, consideravam que essa regra proibindo o uso do álcool poderia livrá-los definitivamente do vício, mesmo depois que expirasse seu tempo de permanência na instituição.

Ainda que sua admissão no Albergue dependesse do abandono do vício, nada garantia que este estivesse efetiva e definitivamente superado, e não houvesse possibilidade de recaídas - o que fazia com que eles próprios ainda se representassem como alcoólatras (ou pelo menos ex-alcoólatras) e incorporassem esse estigma que, por sua

vez, era explicativo, até mesmo para eles, de sua exclusão.

Estabelecia-se para eles, portanto uma relação de equivalência entre o alcoolismo e a exclusão, uma vez que como portadores do estigma de alcoólatras, eles, simultaneamente, passavam a carregar o estigma de excluídos.

Por isso, se o lazer através da bebida foi a porta de passagem pela qual muitos deles "saíram para o mundo" e ganharam o espaço da rua, era agora, através do Albergue, que pretendiam abandonar o vício e reconstituir (enquanto representação) o espaço da casa.

O Albergue representava, para eles, portanto, não só o espaço-limite entre o estar e o sair do mundo (isto é, entre o sobreviver miseravelmente e o vir a viver como um miserável), mas também substituíva, no público, sua representação do privado. Além disso, também constituía - para a grande maioria que ali se encontrava, completamente desvinculada de qualquer forma de atividade de trabalho - a representação do único espaço possível de (produção e reprodução de) representações, pois era a partir do Albergue e da noção de tempo por ele estabelecida, que esses indivíduos procuravam, no momento atual de suas vidas, inserir-se no mundo do trabalho e no dos lazeres.

Contudo, como essa permanência na Casa, além de transitoriamente delimitada, era constantemente negada, através de seu ocultamento da família (no caso dos que ainda mantinham vínculos com a mesma) ou dos locais de trabalho onde pleiteavam uma colocação, a instituição não propiciava o estabelecimento de uma identidade social entre eles, enquanto excluídos.

Tal ocultamento era apenas a consequência da causa que explicava porque, mesmo tendo uma trajetória de vida radicalmente semelhante, e estando confinados num mesmo espaço institucional, graças à situação de exclusão ora vivida, os sessenta "clientes" do Albergue e, mais especificamente, os vinte e oito por mim entrevistados, não se identificavam entre si, uma vez que não construíam uma identidade coletiva. Essa causa residia no estigma de excluídos e de (ex)alcoólatras que esses homens carregavam: um não se iden-

tificava com o outro para não se assumir enquanto (ex)alcoólatra e excluído, que, por não ter onde morar, é obrigado a viver temporariamente em um albergue.

Por isso, mesmo que cada um soubesse, por conversas ocasionais "com um ou outro", que todos ali tinham problemas concretos em relação ao trabalho, eles não faziam do reconhecimento dessa manifestação de exclusão "o momento extraordinário" que, segundo DaMatta, "nos transforma em seres exemplarmente coletivos". Pelo contrário, era comum afirmarem que estavam ali "de passagem", e que tão logo resolvessem a carência de emprego ou de documentos, iriam embora.

Esses indivíduos não criavam, portanto, vínculos entre si, não estabeleciam relações pessoais uns com os outros, porque o Albergue não era a casa, mas sim, uma substituição da casa ausente. Como uma intermediação entre a casa e a rua, no sentido de representar um espaço que substituíva (como presença), no público, a representação (ausente) do privado, o Albergue fazia com que seus "clientes" vivessem privadamente (n) o espaço público. O que significa dizer não só que eles aí vivessem de modo privado (isolado, individualizado), mas também que eles aí vivessem privados - privados, sobretudo da identificação com um espaço social e, portanto, com um grupo social. Por outro lado, viver de forma privada não significava de modo algum, viver com privacidade - ausência da qual se queixavam frequentemente.

Com suas rígidas regras de comportamento, seus horários cuidadosamente programados de ocupação dos espaços e sua permissão de permanência estritamente estabelecida, a instituição privava-os de seus próprios nomes (substituídos, genericamente, pela denominação de "clientes" e, individualmente, pela classificação por números), assim como privava-os também dos objetos materiais que propiciam o reconhecimento e o pertencimento dos indivíduos ao "pedaço" no qual vivem. Além de despojá-los de seu "estojo de identidade" (Goffman, 1974), durante seu tempo diário de permanência, a instituição, sistematicamente evidenciava que nada ali lhes pertencia. Para tanto, numerava todos os objetos que, no ambiente doméstico, são representados como pessoais, de modo a

demonstrar que mesmo a toalha de banho, os lençóis, o travesseiro e a cama, que eles utilizavam privadamente, pertenciam à instituição e eram apenas temporariamente cedidos a eles.

Portanto, não havia no espaço do Albergue a identificação entre os albergados e os objetos (bem como os rituais de uso dos mesmos) que compõem a rotina pela qual o cotidiano doméstico se expressa. Além disso, como o próprio Albergue constituía um espaço temporário (em torno de três meses) e parcialmente (apenas durante o período noturno) vivido, propiciava a não-identificação dos indivíduos com a instituição e, portanto, dos mesmos entre si - o que, por sua vez, também favorecia a possibilidade deles conseguirem preservar a representação de sua identidade original de trabalhador, anterior ao processo de exclusão ora experimentado.

Visando atenuar, para si mesmos, o impacto de serem albergados, eles recorriam a duas representações opostamente complementares: de um lado, a de que a vivência em albergue constituía um sofrimento dignificante que seria recompensado, no futuro imediato, como uma experiência e um aprendizado definitivos, não só para reforçar o seu próprio caráter - remediando os erros de seu estilo de vida no passado -, como também para corrigir seus erros de terem, outrora, internalizado as representações socialmente difundidas sobre os albergados, que os apresentavam como "maltrapilhos", "maloqueiros", "vagabundos" e "pinguços". Assim, ao discorrerem sobre o assunto, eles sempre faziam questão de enumerar todos esses atributos, para evidenciar que eles próprios não possuíam nenhum deles, mesmo ali estando, pois albergue não era apenas o "ambiente deste tipo de gente", mas também era um espaço que acolhia "caídos", pessoas que estavam passando por uma "fase de decadência" no trabalho e na vida familiar.

Ao estabelecerem a crítica ao Albergue onde viviam, bem como aos demais por onde já tinham passado, esses indivíduos se reafirmavam como moradores circunstanciais desses espaços, que sobreviviam apenas provisoriamente através das Casas de Conveniência, das esmolas recebidas e dos "bicos" realizados.

Através desses espaços - onde tentavam recuperar os fundamentos da rotina doméstica perdida, buscando, igualmente, obter a proteção de uma Casa contra as violências das ruas -, esses indivíduos se contrapunham aos mendigos, que representavam como pessoas que já tinham definitivamente desistido de viver a rotina da casa e a do trabalho.

É através de sua contraposição aos mendigos, que os albergados deixam de incorporar plenamente a sua identidade atual, como excluídos, ao mesmo tempo que logram reproduzir a representação de sua identidade anterior ao processo de exclusão ora vivida. Neste sentido, se o Albergue (enquanto presença ausente da casa) constitui a mediação para essa reprodução, é o mundo do trabalho (enquanto ausência sempre presente em sua trajetória de vida) que poderá explicar como essa reprodução se dá.

É preciso, por fim, considerar que, em consequência das transformações sofridas nas relações que antes estabeleciam nos, com e através dos três domínios da vida cotidiana, os excluídos vivem, hoje, de forma invertida, o próprio ciclo dessa vida: se, outrora (antes de e quando "saíram para o mundo"), a noite era o período do dia em que estavam fora de casa, usufruin-

do as outras coisas da vida - como sair, beber, divertir-se, conviver, amar -, agora, é à noite que eles executam, durante um tempo condensado e em um espaço coletivo onde simulam sua individualidade, as atividades essenciais da rotina doméstica, como lavar-se, alimentar-se, repousar, e também cumprir as tarefas de limpeza das próprias roupas e das dependências do Albergue.

À noite, não mais vivem a rua, mas sim, a Casa - uma casa onde realizam as atividades domésticas, sem viverem, no entanto, as relações afetivas e familiares do ambiente doméstico; uma casa onde têm horário para entrar e para sair, e na qual são privados de permanecer durante o dia; uma casa onde se abrigam, mas não moram, e cujo endereço ocultam da família, dos amigos e dos prováveis patrões; uma casa onde o espaço privado é público, e em que as atividades individuais são destituídas de privacidade, realizando-se coletivamente e sob vigilância.

Antes, esses homens procuravam a noite para sair da casa e da família, escondendo-se nos bares para encontrar o seu mundo próprio. Hoje, eles saem da rua para esconder-se na casa. Para fugir da (auto)identificação com os homens da rua, dissimulando os períodos em que foram

obrigados a viver sua rotina doméstica na claridade das ruas, os homens da noite refugiam-se em uma Casa, na qual, por ser pública, eles podem ocultar seu endereço e manter seu anonimato como homens sem vínculos familiares e profissionais e sem documentos que comprovem essa falta.

Os homens da noite vivem às ocultas, nas sombras, e é através das *noites* confinadas, junto com seus pares, em um albergue, por sua vez, quase imperceptivelmente encovado sob um viaduto, que conseguem se esgueirar, transitoriamente, da claridade a que suas vidas ficam expostas, durante o *dia*, pelos estigmas da exclusão.

Mesmo que essa claridade ainda seja tênue e confusa - por revelar não só a realidade das privações a que estão submetidos, em todos os níveis, mas, ao mesmo tempo, a vivência de simulacros de atividades de trabalho e de lazer, que dissimulam a gravidade da experiência dessas privações - é por meio dessa claridade contraditoriamente projetada pela própria situação de exclusão vivida, que os homens da noite identificam no estabelecimento de relações formais de trabalho, a via de superação dessa exclusão e de (re)construção de seu cotidiano, na totalidade de sua determinação na sociedade capitalista.

* Ana Cristina Arantes Nasser é Doutora em Sociologia pela FFLCH/USP.

NOTA

1- Estudo realizado para a Tese de Doutorado defendida em junho de 1996, pelo Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, sob o título "Sair para o Mundo" - Trabalho, Família e Lazer: relação e representação na vida dos excluídos.

BIBLIOGRAFIA

- Bosi, Ecléa
(1987) *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. Série 1a - Estudos Brasileiros, Vol. 1, EDUSP, São Paulo.
- DaMatta, Roberto
(1985) *A casa & a Rua*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Goffman, Erving
(1974) *Manicômios, Prisões e Conventos*. Editora Perspectiva, São Paulo.
- Goffman, Erving
(1980) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Lefebvre, Henri
(1977 e 1981) *Critique de la Vie Quotidienne I e III*. L'Arche Éditeur, Paris.
- Lefebvre, Henri
(1980) *La Présence et l'Absence - Contribution à la Théorie des Représentations*. Castermann Belgique.

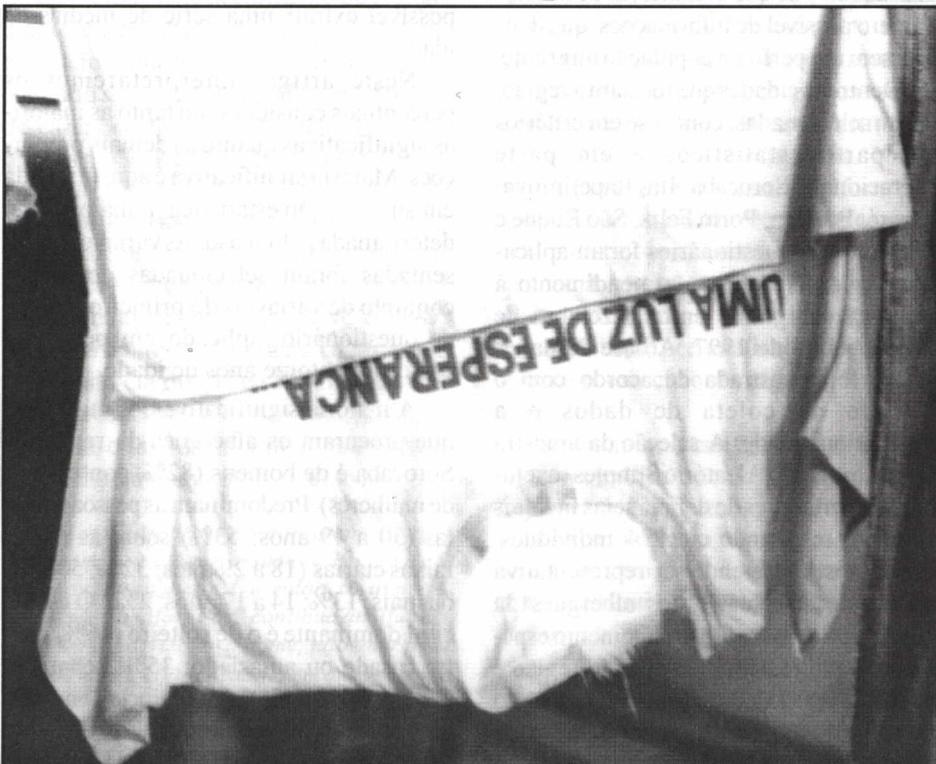


Foto: Ana Cristina A. Nasser

UM PERFIL DOS MIGRANTES QUE RECORREM AOS ALBERGUES DA REGIÃO DE SOROCABA

Marcia Beatriz Carneiro Aragão*

Na literatura brasileira sobre migração, por vezes encontramos referências às limitações que as bases de dados disponíveis apresentam: os pesquisadores em geral recorrem aos censos populacionais, extraíndo destes as informações básicas através de cálculos e da análise de tabelas, o que nem sempre satisfaz a ânsia de saber um pouco mais sobre a dinâmica migratória. Por outro lado, as alternativas ao Censo, além de escassas não alcançam o universo por este contemplado: o conjunto da população brasileira. Assim, qualquer pesquisa alternativa que trate de um segmento da população migrante tem de deixar claro as limitações de seu universo, ao mesmo tempo em que oferece as riquezas de um mergulho mais profundo ao procurar saber quem são esses migrantes.

Um desses segmentos, de nítida importância dada a sua visibilidade e persistência, é formado pelos migrantes sem meios materiais que recorrem aos albergues mantidos por entidades assistenciais e/ou pelas prefeituras. Mas essa fatia dos migrantes é ainda muito caudalosa em um país populoso como o Brasil. O objeto da pesquisa é então novamente recortado e se originam estudos que abrangem desde um particular albergue da cidade de São Paulo, até um conjunto de albergues da região de Sorocaba, como é o caso deste artigo, que sumariza um estudo intitulado *Um Retrato do Migrante da Região de Sorocaba*¹. Os níveis de abrangência são distintos nessas pesquisas, podendo-se falar em nome de uma região ou de alguns entrevistados, mas todos esses estudos podem oferecer importantes subsídios para a elaboração de

políticas públicas que façam face à chamada questão migratória.

Histórico e Metodologia da Pesquisa

Nos últimos meses de 1996, o IPESO - Instituto de Pesquisa e Estatística de Sorocaba - foi contratado pelo Serviço de Obras Sociais de Sorocaba para realizar uma pesquisa sobre a população que pernoitava nos albergues da região e para implantar um *software* de cadastramento dessa população. Foram então elaborados três modelos de questionário, com o maior número possível de informações, que delimitassem um perfil da população migrante.

Dentre as cidades que formam a região, foram selecionadas, com base em critérios em parte estatísticos e em parte operacionais: Sorocaba, Itu, Itapetininga, Itararé, Boituva, Porto Feliz, São Roque e Botucatu. Os questionários foram aplicados nas organizações de atendimento à população migrante entre dezembro de 1996 e junho de 1997. A base de dados obtida foi amostrada de acordo com o período da coleta de dados e a proporcionalidade. A seleção da amostra seguiu o método Aleatório Simples (excluindo os portadores de deficiências mentais severas), resultando em 774 indivíduos. Essa amostra pretende ser representativa da população usuária dos albergues da região de Sorocaba em um momento específico: é um instantâneo de uma região e pode não ser válido para outras regiões do Estado de São Paulo. Os aplicadores da pesquisa foram em geral plantonistas dos

albergues, que receberam treinamento detalhado e foram supervisionados quinzenal ou mensalmente². A tabulação dos resultados foi realizada por uma equipe fixa de codificadores e digitadores ao longo de toda a pesquisa. Os questionários passaram ainda por uma análise de consistência e por critérios duradouros de validação.

Resultados da Pesquisa

A base de dados proporcionou ao menos três tipos de análise: a de percentuais, de hipóteses e a de tipos. Além disso, foi possível extrair uma série de médias de idade.

Neste artigo, interpretaremos os percentuais considerando tanto as maiores significativas quanto as demais proporções. Maioria significativa é aqui utilizada em sua acepção estatística, a maioria não determinada pelo acaso. As variáveis apresentadas foram selecionadas dentro do conjunto de variáveis do primeiro modelo de questionário, aplicado em pessoas a partir dos catorze anos de idade.

A maioria significativa dos migrantes que procuram os albergues da região de Sorocaba é de homens (82%, contra 18% de mulheres). Predominam as pessoas adultas (30 a 49 anos: 53%) sobre as outras faixas etárias (18 a 29 anos: 32%; 50 anos ou mais: 13%; 14 a 17 anos: 2%). O estado civil dominante é o de solteiro (46%, contra casado ou amasiado: 35%; separado: 14% e viúvo, 5%)³. A maioria tem pelo menos um filho (nenhum filho: 42%; um filho: 17%; dois filhos: 17%; três ou quatro

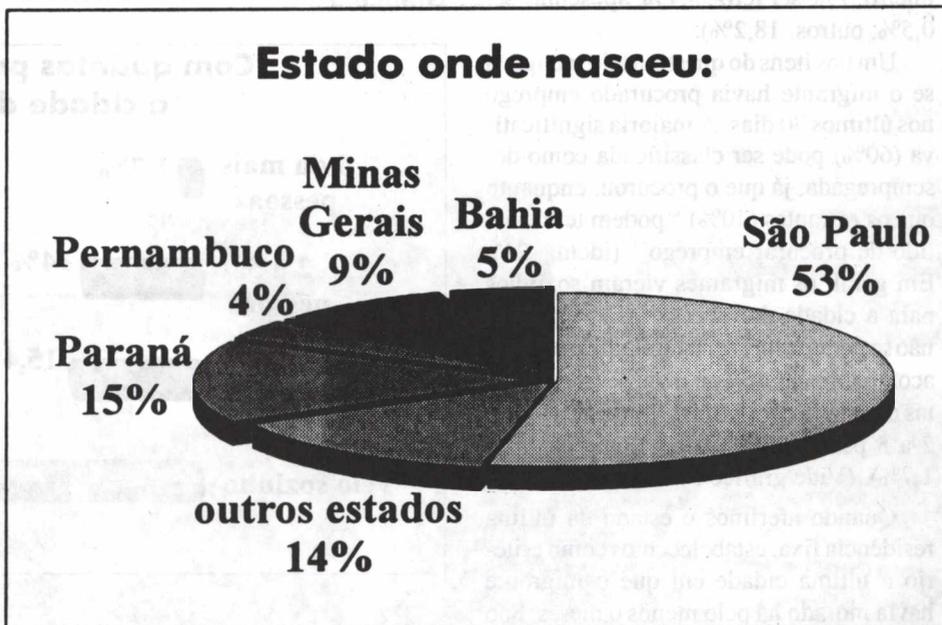
filhos: 15%; cinco ou mais filhos: 9%). Predomina a cor de pele branca (66%); parda: 26%; negra: 8%; amarela: 0%).

A profissão que o entrevistado mais exerceu nos doze meses que antecederam a pesquisa apresentou ampla variação, destacando-se as profissões que não exigiam maior qualificação (aposentado ou pensionista: 2,2%; outras profissões de serviços: 20,7%; outras profissões de escritório: 0,4%; outras profissões de indústria: 5,0%; outras profissões de comércio: 4,9%; dona de casa: 2,2%; vendedor, ambulante ou autônomo: 5,0%; ajudante geral ou serviços gerais: 6,8%; doméstica, faxineira ou cozinheira: 10,8%; lavrador, bóia fria ou caseiro: 17,0%; pedreiro, servente ou pintor, 19,6%; nenhuma, 5,3%).

Conforme demonstrado pelo gráfico 1, a maioria significativa dos migrantes (53%) nasceu no Estado de São Paulo (Bahia: 5%; Minas Gerais: 9%; Pernambuco: 4%; Paraná: 15%; outros estados, 14%)⁴. Predominam os migrantes nascidos na zona urbana (70%, contra 30% provindos da zona rural)⁵. Os documentos que os migrantes mais possuem são a certidão de nascimento e a carteira profissional, e aqueles que mais perderam são o CIC ou CPF e o título de eleitor. De toda forma, os migrantes em geral têm todos esses documentos (CPF: 58%; título de eleitor: 61,4%; certidão de nascimento: 68,5%; carteira de trabalho: 68,5% e cédula de identidade: 66,4%). (Vide gráfico 2)

Os migrantes em sua maioria têm o primeiro grau incompleto (1º grau incom-

Gráfico 1

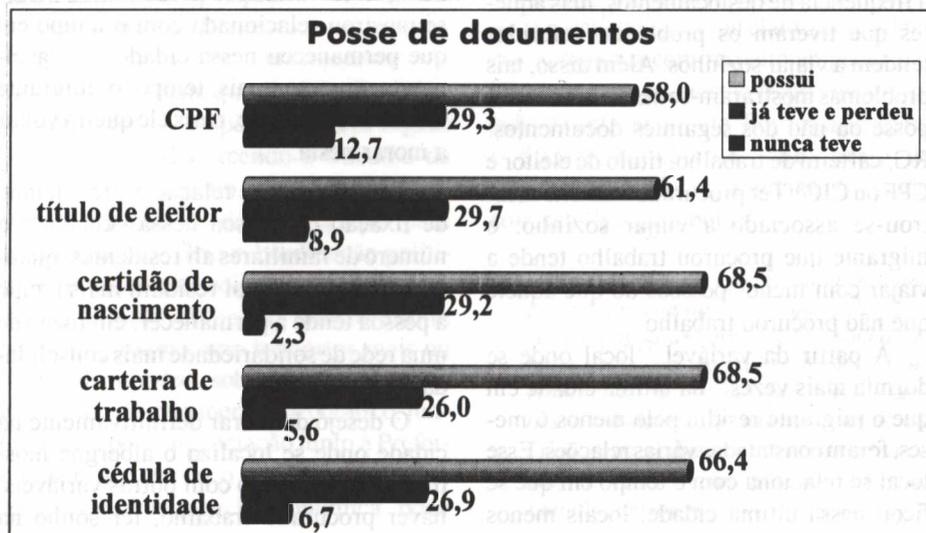


pleto: 73%; 1º grau completo ou segundo grau incompleto: 15%; 2º grau completo ou 3º grau incompleto: 4%; 3º grau incompleto ou completo: 0,3%; analfabetismo: 8%). Apenas uma minoria é analfabeta. Em relação ao que os migrantes vieram fazer na cidade do albergue, a maior parte "está de passagem" (51,8%), tendo também destaque o motivo "procurar emprego" (22,4%), além de "outros motivos" (7,7%), "veio junto com parentes" (1,2%); "procurar parentes" (3%), "visitar parentes" (3,7%); "trabalhar" (5,8%); "tratamento médico" (4,3%)⁶. Quanto à condução que os migrantes utilizaram para

chegar até a cidade do albergue, predominou o ônibus (77%), seguido pelo trem (9%) e outras (14%).

A pesquisa aferiu se os migrantes gostariam de morar definitivamente na cidade do albergue. Se considerarmos as alternativas isoladamente, "não gostaria" tem um predomínio significativo sobre "depende" e "gostaria" (47%, contra 24 e 29%, respectivamente). Mas se agregarmos as duas últimas alternativas como "possibilidade de permanecer", a diferença significativa se desfaz (47 contra 53%) e vemos os migrantes divididos entre permanecer ou não na cidade do albergue. Também foi aferido em quantas cidades o entrevistado dormiu nos 30 dias que antecederam o dia da entrevista. A maior parte dos migrantes pernitoou em até duas cidades (nenhuma: 14,6%; 1 cidade: 32,5%; 2 cidades: 21%; 3 cidades: 14,9%; 4 cidades: 4,7%; 5 a 9 cidades: 4,7%; 5 a 9 cidades: 8,6%; 10 ou mais cidades: 3,7%). Quanto a ter sonho na vida, apesar de a maioria dos migrantes ter alguma aspiração (80,1%), merece destaque a proporção daqueles que já não têm qualquer aspiração (os restantes 19,9%). Dentre as suas aspirações, destacamos a de ter emprego ou trabalho (18,6%) e a de ter casa própria (15,5%) entre outras (melhorar de vida: 9,6%; constituir família: 5,3%; encontrar a família: 2,3%; tornar-se rico ou ter di-

Gráfico 2

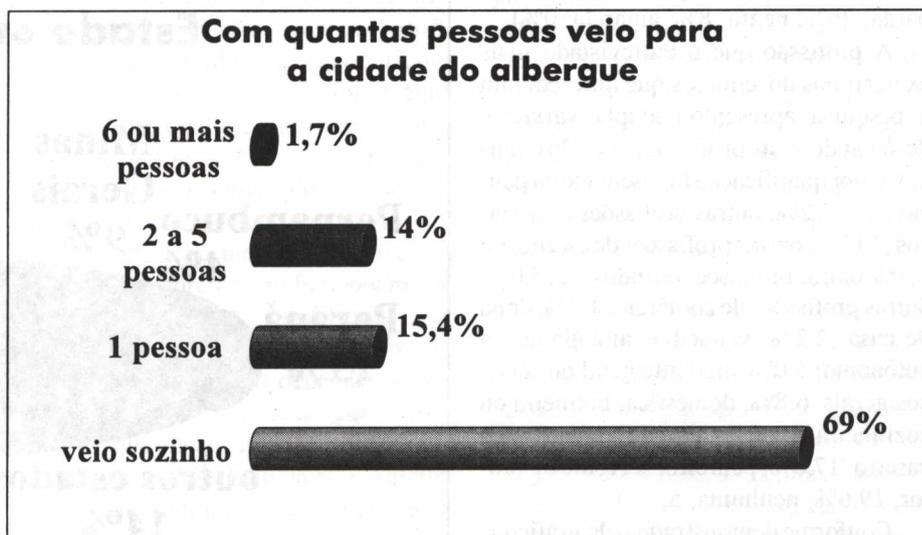


nheiro: 7%; ser feliz: 3,1%; aposentar-se: 0,5%; outros: 18,2%).

Um dos itens do questionário indagava se o migrante havia procurado emprego nos últimos 30 dias. A maioria significativa (60%) pode ser classificada como desempregada, já que o procurou, enquanto que os restantes (40%) “podem ter desistido de procurar emprego” (idem: 21). Em geral, os migrantes vieram sozinhos para a cidade do albergue (69%), “mas não se pode desprezar o número de pessoas acompanhadas de 2 ou mais pessoas, muitas casadas e com filhos (1 pessoa: 15,4%; 2 a 5 pessoas: 14%; 6 ou mais pessoas: 1,7%). (Vide gráfico 3)

Quando aferimos o estado da última residência fixa, estabelecemos como critério a última cidade em que o migrante havia morado há pelo menos 6 meses. São Paulo é o estado que predomina (63%), seguido de Paraná (14%), Minas Gerais (5%) e outros estados (18%). Essa última residência fixa era predominantemente a casa de parentes (37,3%), seguida de casa ou similar (quarto ou barraco, por exemplo) ocupada pela pessoa (21%) e outros tipos de residência (casa do patrão: 13,2%; pensão ou similares: 10,9%; alojamento: 9,8%; outros locais: 7,8%). A maioria dos migrantes tinha parentes nessa última cidade (10 ou mais parentes: 8,8%; 4 a 9: 33%; 1 a 3: 23,7%) e morou nesta por mais de dez anos (40,5%; 6 a 9 anos: 6,3%; 3 a 5 anos: 10,5%; 2 anos: 7,3%; 1 ano: 8,0%), apesar de uma fatia expressiva ter residido nesta por menos de 1 ano (27,3%)⁷. Uma expressiva maioria teve algum tipo de trabalho (88%, contra 12% que não o tiveram) indicando que os migrantes não são um “bando de desocupados” como muitos podem supor. O motivo predominante da saída dessa última cidade foi a falta de emprego ou trabalho (63,8%), seguido à distância por motivos familiares (desentendimento com a família: 9,1%; procurar família ou parentes: 8,5%). As respostas para essa questão foram múltiplas, por isso seus totais ultrapassam 100% (outros motivos: 12,9%; tratamento médico ou doença: 7,5%; falta de moradia, ou aluguel ou pensão cara: 7,0%; tirar documentos: 3,1%; salário baixo: 2,4%; acompanhar parentes ou familiares: 2,4%; melhorar de vida: 2,3%; óbito de parente:

Gráfico 3



2,3%; conhecer outras cidades: 2,3%; alcoolismo ou problemas causados por este: 1,6%; problemas com a polícia ou com drogas: 1,1%). Os migrantes em sua maioria gostariam de voltar a morar a essa última cidade (57%, contra 43% que não querem mais retornar).

Hipóteses Comprovadas

Além dos percentuais, estabelecemos relações entre as variáveis, de forma a saber em que medida uma interfere em outra. As hipóteses formuladas foram testadas estatisticamente (teste qui-quadrado e teste t) e rejeitadas ou não⁸.

Uma das variáveis, “ter tido problemas com a polícia” não tem relação com a frequência de deslocamentos, mas aqueles que tiveram os problemas referidos tendem a viajar sozinhos. Além disso, tais problemas mostraram-se associados com a posse ou não dos seguintes documentos: RG, carteira de trabalho, título de eleitor e CPF ou CIC⁹. Ter procurado trabalho mostrou-se associado a viajar sozinho: o migrante que procurou trabalho tende a viajar com menos pessoas do que aquele que não procurou trabalho.

A partir da variável “local onde se dormia mais vezes” na última cidade em que o migrante residiu pelo menos 6 meses, foram constatadas várias relações. Esse local se relaciona com o tempo em que se ficou nessa última cidade: locais menos

estáveis (como albergues e alojamentos) provavelmente se relacionam com um menor tempo de residência, enquanto locais mais estáveis (como casa ocupada pela pessoa ou casa de familiares) se relacionam com um maior tempo de residência. Esse local também está relacionado com o desejo de voltar a morar nessa última cidade: locais mais estáveis provavelmente tendem a motivar mais o retorno do que lugares menos estáveis. Esse local se relaciona com a própria frequência de deslocamentos: se o local de moradia era estável, a provável tendência foi de pernoitar em menos cidades. Inversamente, se o local de moradia era provisório, a provável tendência foi de pernoitar em mais cidades. A vontade de voltar a morar na cidade em que o migrante residiu por pelo menos 6 meses se mostrou relacionada com o tempo em que permaneceu nessa cidade: provavelmente, quanto mais tempo o migrante morou nessa cidade, mais ele queira voltar a morar nesta.

Também houve relação entre o tempo de fixação da pessoa nessa cidade e o número de familiares ali residentes: quanto mais familiares aí residam mais tempo a pessoa tende a permanecer, em razão de uma rede de solidariedade mais consolidada.

O desejo de morar definitivamente na cidade onde se localiza o albergue mostrou-se relacionado com outras variáveis: haver procurado trabalho, ter sonho na

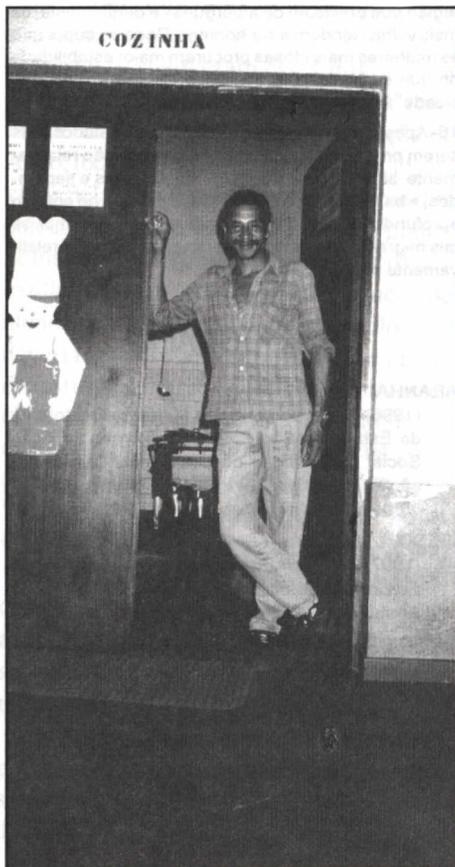
vida e o que veio fazer na cidade onde se localiza o albergue.

Problemas de saúde revelaram-se associados com o que se veio fazer na cidade onde se localiza o albergue: provavelmente, aqueles que têm problemas de saúde tendem a procurar essa cidade para conseguir tratamento médico. Problemas de saúde relacionam-se ainda com uma faixa etária específica, pessoas com mais de 50 anos¹⁰. Finalmente, problemas de saúde relacionam-se ao migrante ter vindo à procura de emprego na cidade do albergue: “quem veio à procura de emprego tem uma saúde melhor do que os que não vieram à procura de emprego” (IPESO, 1997, p.29).

A quantidade de cidades em que o entrevistado dormiu nos 30 dias anteriores à aplicação do questionário relaciona-se a quem comprou a passagem: “as pessoas que compraram a passagem tendem a migrar menos do que aqueles que a tiveram subvencionada” (idem, ibidem).

O que se veio fazer na cidade do albergue mostrou-se associado com o número de cidades em que se pernoitou nos últimos 30 dias.

Foto: Dirceu Cutti



A cor da pele só se relacionou com a frequência de deslocamentos ou comportamento migratório em um caso: o dos orientais e seus descendentes, que tendem a migrar menos que os indivíduos de outras etnias, o que pode ser explicado pelo amparo que essas comunidades proporcionam a seus indivíduos. Todavia, não há relação entre as outras cores de pele e migração. Existe ainda uma relação entre cor da pele e faixa etária: entre os “idosos” (50 anos ou mais) a incidência de negros e pardos é significativamente menor do que entre os mais jovens, “cabendo questionar onde estão os negros e pardos dessa faixa etária cujas condições de vida são similares às dos brancos que procuram os albergues” (idem: 30).

Os migrantes foram questionados se tinham algum “sonho na vida”. Apesar do sonho não se associar com a frequência de deslocamentos, outras associações se confirmaram: a proporção dos “idosos” que sonham é menor do que a dos mais jovens¹¹. Além disso, há também diferença entre os tipos de sonhos dos migrantes mais novos e dos mais velhos¹².

O Estado em que o migrante nasceu se relaciona com a intensidade das migrações: o migrante nascido fora de São Paulo tende a migrar mais do que o paulista¹³.

Pertencer a um determinado sexo não se relaciona com frequência de deslocamentos. Apesar disso, outras relações foram comprovadas: a incidência de mulheres entre os “idosos” é menor do que entre os mais jovens¹⁴. Existe relação entre sexo e a procura de emprego na cidade do albergue: os homens tendem a procurar emprego mais do que as mulheres.

Médias de Idade

Encontramos várias médias de idade entre os migrantes: a idade média do migrante é de 36 anos, sendo a das mulheres de 32 e a dos homens de 37 anos; a idade média dos negros é de 37 anos, a dos brancos, de 36 e a dos pardos, de 34 anos. A idade média dos que não têm problema de saúde é de 35 anos, contra 39 para aqueles que apresentam problemas de saúde. A idade média dos solteiros é de 33 anos, a dos casados ou amasiados, 36, a dos separados, de 42 e a dos viúvos, de 50 anos¹⁵.

Tipos de Migrantes

Foram estabelecidos, com base em técnicas estatísticas, tipos de migrantes. Para obter esses grupos foram cruzadas uma série de variáveis, mas a variável-chave utilizada é o número de cidades em que o migrante pernoitou nos 30 dias anteriores à aplicação do questionário. Chegamos a quatro grupos de migrantes: novato, adoentado, típico e volante.

O grupo de novatos caracteriza-se por predominarem mulheres jovens, acompanhadas por familiares, com o primeiro grau completo ou o segundo incompleto, a última cidade em que residiram de forma fixa, em casa própria ou similar ou em casa de família, foi no Estado de São Paulo, mas não trabalharam nessa cidade. São pessoas que pernoitaram em apenas 1 cidade nos 30 dias anteriores à entrevista. O grupo de adoentados é formado por idosos (50 anos ou mais) com problemas de saúde e que não procuraram trabalho nos últimos 30 dias. O grupo de migrantes típicos tem presentes as características dominantes do migrante em geral: idade abaixo dos 50 anos, sem problemas de saúde, procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à aplicação do questionário e vieram procurar trabalho na cidade do albergue. Finalmente, o grupo de migrantes volantes é o dos que pernoitaram em pelo menos 5 cidades nos últimos 30 dias, são em geral do sexo masculino, procuram emprego, perderam os documentos, a última cidade em que moraram pelo menos 6 meses, na casa do patrão ou em alojamento, era de outro Estado. Esse migrante já teve algum tipo de problema com a polícia, viajou mais sozinho ou acompanhado de apenas uma pessoa, e possui sonhos na vida. Essas pessoas não desejam morar na cidade do albergue.

Refletindo sobre os Resultados

Apresentamos uma fatia da população migrante em suas características. Se, dentre os enfoques teóricos sobre migração, existe um de caráter “subjetivo e psicologizante” que predominou até os anos 70 e outro que privilegia a dimensão econômica dos fluxos migratórios (Patarra, 1987), os resultados ora apresen-

tados procuram servir de subsídio aos dois enfoques, já que tratamos das percepções e aspirações dos indivíduos aliadas à sua posição no mundo do trabalho e a características como sexo, idade e cor da pele. Isto porque consideramos esses enfoques como complementares: entender os migrantes não é considerá-los apenas como seres movidos pelas necessidades materiais, mas também seres dotados de aspirações e particularidades físicas. Além disso, têm determinadas visões de mundo (aspecto não tematizado por esta pesquisa) e estão, portanto, mergulhados no mundo da cultura, que na medida de suas forças recriam.

Como se sabe, essa população se situa dentro de uma nova dinâmica dos movimentos migratórios no Brasil, que a partir dos anos 70 passaram a ser grandes, persistentes e contínuos, incluindo a migração de retorno e a figura do "migrante profissional" (Patarra, 1983). O "migrante volante", dentro dos tipos de migrantes que procuram os albergues, dá bem a medida do que é o constante deslocamento que passa a ser condição da existência. Além disso, houve uma diminuição do fluxo migratório rumo às metrópoles e um florescimento migratório do interior (Aranha, 1996). No Estado de São Paulo, em particular, o interior apresentou crescimento econômico nos anos 80. O próprio surgimento dos albergues de migrantes no Estado de São Paulo deve-se a esse contexto de crescimento e de pobreza seguido da tentativa de controlar e selecionar o ingresso de migrantes nas cidades. (Aranha, 1996).

Mas além de situado no contexto brasileiro e paulista, tal fluxo migratório dos que procuram albergues pode ser incluído em um contexto mais amplo: vivemos um momento em que qualquer lugar do planeta pode estar integrado com todo o restante. A circulação de idéias, mercadorias e pessoas tende a ser crescentemente ampliada. Todavia, as exigências para esse tipo de intercâmbio incluem qualificação profissional crescente. Caberia investigar quais os possíveis efeitos da globalização na dinâmica migratória: haverá um estímulo ou um arrefecimento da migração? A mobilidade aliada à exigência de maior qualificação resultará em mais segregação dos que procuram o albergue (visto que sua

escolarização é de nível básico)? É plausível supor que sem políticas públicas e movimentos sociais que escolarizem e qualifiquem essa população, esta não possa melhorar substancialmente suas condições de vida e, pelo contrário, veja-se ainda mais alijada nas cidades em que procura oportunidades de fixação. Ao mesmo tempo, escolarizar essa população com êxito significa trabalhar com suas possibilidades e limitações, algumas das quais foram aqui apresentadas.

Se pensarmos finalmente de forma mais concreta e imediata, o atendimento oferecido aos migrantes vem sendo uniforme, voltado mais para o "migrante típico". O "migrante novato", o "adoentado" e o "volante" apresentam situações específicas (inclusive de saúde) que não deveriam ser negligenciadas em seu atendimento. Seria preciso garantir, em suma, cidadania às pessoas que migram, qualquer que seja a sua condição sócio-econômica, tarefa não somente dos albergues, mas de todos os implicados nessa situação.

* *Marcia Beatriz Carneiro Aragão é socióloga e trabalha para o IPESO.*

NOTAS

- 1- Agradecemos ao Serviço de Obras Sociais de Sorocaba, que disponibilizou os resultados da pesquisa e informamos que o conteúdo deste artigo é fruto do trabalho da equipe de pesquisadores que elaboraram o estudo: o coordenador da pesquisa, Victor Trujillo, os estatísticos Eliani Guelli e Marcelo de Almeida e os sociólogos Ernesto Maeda e Marcia Aragão.
- 2- Tiveram um papel destacado no sucesso da pesquisa, considerando-se seu empenho e o fato de a adesão das organizações ter sido em geral voluntária.
- 3- Conforme o estudo publicado, a "alta taxa de solteiros, se levarmos em consideração distribuição das faixas etárias, em especial a população entre 30 e 49 anos, deve ser ponderada pela situação de específica dificuldade de adaptação econômica e cultural vivida pelo migrante" (IPESO, p.15).
- 4- "A origem do Paraná, provavelmente se explique pela proximidade da região estudada (região de Sorocaba), com esse Estado" (idem: 17).
- 5- "Este dado pode ser relacionado com o próprio fato da maioria dos migrantes ser originária do Estado de São Paulo, um Estado bastante urbanizado, acima da média do país" (idem, ibidem).
- 6- "Levando-se em consideração que outras alternativas já estão presentes, há que se considerar que o alto índice dos migrantes que estão apenas de passagem reforçam a tese de que é preciso repensar a atual situação, onde o migrante é 'jogado' de uma cidade para outra mais próxima" (idem: 19).
- 7- Isto indica que "uma grande parcela de migrantes não consegue se fixar nas cidades em que estabelecem alguma forma de vínculo" (idem: 24).
- 8- Entre aquelas que foram rejeitadas está a de que ter

tido problemas com a polícia associa-se à migração (em quantas cidades pernitoit nos últimos 30 dias); aqueles que tiveram problemas com a polícia tenderam tanto a migrar quanto aqueles que não os tiveram.

9- A falta desses documentos provavelmente tendeu a causar mais dificuldades com a polícia.

10- Se isto parece, a princípio, óbvio, seria preciso comparar esse resultado com o perfil da população geral, para verificar se é um fenômeno geral ou se incide mais sobre esse tipo de população: em suma, se essa população migrante envelhece mais cedo por conta de suas condições de vida (como, aliás, pressuamos) ou não.

12- "Se esse fato pode ser atribuído em parte à idade, podemos também supor que a condição de migrantes empobrecidos vá desesperando as pessoas, com o passar do tempo" (idem: 31).

13- "É lícito supor que as aspirações dos migrantes mais jovens estejam ligadas ao incremento de sua condição material, através de emprego, mais dinheiro, moradia etc, e ainda à constituição de uma família. Já os mais velhos possivelmente desejam ter condições que lhes garantam tranqüilidade em sua existência, ou em outros termos, assistência à velhice, através de atendimento médico, retorno à família e aposentadoria, por exemplo" (idem, ibidem).

14- "Isto não quer dizer necessariamente que o fluxo migratório seja em geral entre os Estados da Federação e sim que o migrante nascido no Estado consegue maior fixação do que o migrante provindo de fora. Provavelmente isto está ligado às relações mais estáveis que o indivíduo, tendo sempre morado em uma mesma cidade, consegue estabelecer e que o socorem em caso de necessidade" (idem: 31).

15- "Não deixa de ser curiosa essa constatação, visto que se sabe que as mulheres tendem a viver mais do que os homens. No entanto, estamos investigando um tipo especial de população - os migrantes de uma certa região que precisam de albergues - e dentro desta, os mais velhos tendem a ser homens. Pode-se supor que as mulheres mais idosas procurem maior estabilidade do que os homens, procurando fixar-se em alguma cidade" (idem: 32).

16- Apesar das médias de idade para os estados civis serem progressivas, há que se notar que são relativamente altas no caso dos solteiros, casados e separados, e baixas para os viúvos. Seria preciso no entanto aprofundar a investigação para se poder afirmar se tais migrantes demoram a se casar e enviavam relativamente cedo.

BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, Valmir.
(1996) "Os Albergues dos Migrantes no Interior do Estado de São Paulo: Programas de Ação Social ou Políticas de Circulação de População?" *Travessia Revista do Migrante*, Ano IX, número 25, Maio - Agosto, pp. 25-29.
- IPESO
(1997) *Um Retrato do Migrante da região de Sorocaba*. Sorocaba, Fundação Ubaldino do Amaral.
- PATARRA, Neide Lopes
(1983) "Movimentos migratórios: Características e Tendências Recentes". In: Centro de Estudos Migratórios. *O Vaivém da Sobrevivência*. São Paulo, Edições Paulinas.
- PATARRA, Neide Lopes e CUNHA, José Marcos P.
(1987) "Migração: um tema complexo". *Revista São Paulo em Perspectiva*, 1 (2): 32-35, julho-setembro.

MIGRANTES DA CASA DE PASSAGEM DE PRESIDENTE PRUDENTE

*Maria Cristina Rangel**

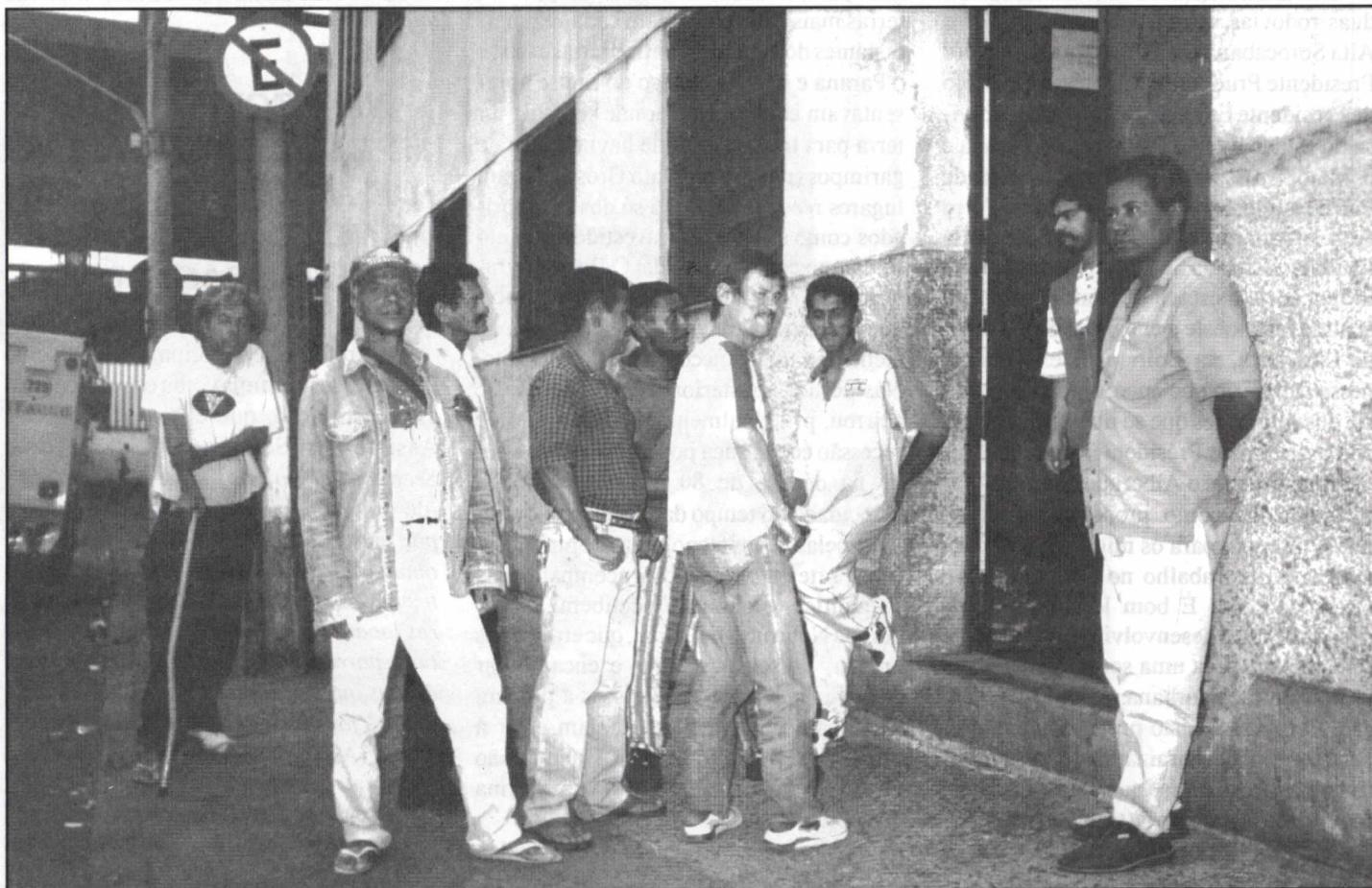
O direito de ir e vir livremente é um privilégio não usufruído por parte dos cidadãos brasileiros, exatamente por não serem tratados como cidadãos, mas como mercadorias que precisam ser realocadas espacialmente. No estado de São Paulo existem albergues, estatais ou particulares, que têm como papel o encaminhamento dos migrantes, através do fornecimento de *tickets* (passagens). São instituições

mantidas por prefeituras municipais ou por particulares que contribuem para manter os migrantes em mobilidade territorial permanente¹.

Esse trabalho de reordenamento dos fluxos migratórios não é uma prática recente na história migratória do estado de São Paulo. Inicialmente feito por companhias particulares e, posteriormente, feito por instituições estatais, tinha como objetivo principal a realocação e encaminha-

mento da força de trabalho para as regiões em desenvolvimento. Um exemplo de instituição voltada para essa finalidade foi a ITM - Inspetoria de Imigração e Colonização, criada em 1939, cuja função era "...trabalhar em locais estratégicos, como terminais ferroviários, onde era feita a seleção dos aptos ao trabalho e encaminhamento até São Paulo, onde eram recebidos na Hospedaria dos Imigrantes e redistribuídos pelo Estado. (...) As hospede-

Foto: Dirceu Cutti



darias se destinavam a selecionar os migrantes considerados aptos para o trabalho, proporcionar um curto descanso e evitar o embarque dos indesejáveis (famílias irregularmente constituídas, doentes, incapazes moral e fisicamente)” (Netto; Bosco, 1967, p. 13).

Como essas, outras instituições foram criadas em locais estratégicos, como nas divisas entre os estados ou locais de passagem para as fronteiras agrícolas ou de desenvolvimento mais acentuado do capitalismo, em diferentes locais e períodos. Esse é o caso do Albergue Noturno Municipal, criado em Presidente Prudente em 1954. Presidente Prudente localiza-se no extremo oeste do estado de São Paulo, próximo às divisas com os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Esses estados tornaram-se fronteiras de desenvolvimento econômico a partir da década de 40 (Paraná) e 60 (Mato Grosso do Sul). Presidente Prudente, distante 564 quilômetros da Capital do estado, possui acesso principalmente por duas rodovias - a Raposo Tavares (SP - 270) e a Assis Chateaubriand (SP - 425). Além dessas duas rodovias, temos a Estrada de Ferro Alta Sorocabana (FEPASA) que passa por Presidente Prudente e vai até o Município de Presidente Epitácio, localizada na divisa do estado de São Paulo com o Paraná e o Mato Grosso do Sul. Essa estrada de Ferro se interliga com a Estrada de Ferro Alta Araquense, Estrada de Ferro Alta Paulista e Estrada de Ferro Noroeste. Essa última corta o estado de Mato Grosso em sentido leste-oeste e chega até Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. É exatamente nesse itinerário que encontramos a maioria dos migrantes que se utilizam da Casa de Passagem de Presidente Prudente.

Inicialmente o Albergue Noturno Municipal tinha como propósito servir de ponto de apoio para os migrantes que iam à procura de trabalho no Paraná e Mato Grosso do Sul. É bom lembrar que na década de 50, o desenvolvimento do Brasil se delineava para uma sociedade baseada na concentração urbana, na industrialização. Por sua vez, isto provocava a expropriação e o desenraizamento de muitos trabalhadores rurais, que se punham em movimento à procura de trabalho nas grandes cidades. A política de substituição de

importações se esgotava e dava lugar à política de desenvolvimento do mercado interno, voltado para a indústria. As áreas rurais, próximas aos centros industriais, tiveram seus preços aumentados devido principalmente à demanda, levando áreas até então “abandonadas” a se tornarem atrativas. As fronteiras do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, começam a ser abertas e Presidente Prudente ficava “no meio do caminho”.

Os migrantes iam e vinham e, não tendo onde pernoitar, dormiam nas praças ou na rodoviária, até poder seguir o seu caminho. O Albergue Noturno nasceu principalmente para dar sustentação à caminhada desses migrantes e um atendimento às pessoas da própria cidade que não tinham abrigo. Mas as políticas nacionais e internacionais foram mudando com o passar do tempo, e o Albergue Noturno, acompanhando essas mudanças, adquiriu outras feições, recebendo novos usuários, qualitativamente diferentes.

As décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo acirramento do processo de industrialização e do esvaziamento do campo. As terras mais baratas ficavam cada vez mais distantes dos grandes centros industriais, e o Paraná e o Mato Grosso do Sul se apresentavam como lugares onde se podia ter terra para trabalhar, onde havia lavoura e garimpos (no caso do Mato Grosso). Eram lugares receptáculos não só dos expropriados como também de investidores, tanto do campo como da cidade. O fluxo migratório foi aumentando e somente o Albergue Noturno Municipal não foi capaz de atender a tantos necessitados de um teto. Nas décadas posteriores este processo se acirrou, principalmente devido à grande recessão econômica por que passou o Brasil na década de 80 e ao aumento da velocidade no tempo das ações proporcionado pelas novas tecnologias de produção, transporte e comunicação, acompanhadas da política econômica neoliberal. O Albergue Noturno Municipal, que era apenas âncora, passou a receber e encaminhar cada vez mais pessoas. Pessoas à procura de trabalho, pessoas que diziam estar à procura de trabalho e pessoas que já não encontravam mais no trabalho uma forma de sobrevivência.

A mudança qualitativa e quantitativa

na procura por um lugar, fez com que houvesse a troca do nome de Albergue Noturno para Casa de Passagem. Essa transformação deu-se em 1992, pois, de acordo com uma antiga funcionária da Casa, os migrantes achavam que albergue era um lugar onde eles poderiam permanecer mais tempo, e o nome Casa de Passagem dava a dimensão do seu real propósito - o encaminhamento. Era preciso dar uma dinâmica maior ao atendimento, dispensá-los mais rápido, porque outros precisavam ser atendidos e dispensados. Lembrando Santos, “...neste tempo em que a sucessão dos novos inventos acelera o ritmo das ações em todos os lugares..” (Santos, 1994, p.30), a Casa de Passagem não comporta tantas pessoas sem trabalho, que não têm onde morar e viver e transforma-se em **Casa de Dar Passagem**. De acordo com uma antiga Assistente Social da Casa, “*A Casa de Passagem funciona pra atender o pessoal que vem de fora. Aqui eles recebem banho, comida e pouso. Se estiverem doentes, passam por um médico. Recebem passagem de trem ou tentamos conseguir uma forma de fazê-los chegar ao destino que querem.*”

NA RECEPÇÃO DO MIGRANTE UM ACENO DE ADEUS, OU COMO FUNCIONA A CASA DE PASSAGEM

A Prefeitura Municipal de Presidente Prudente destina uma verba específica para essa instituição, que é gerenciada pelas Assistentes Sociais. “*A Delegacia Seccional de Polícia fornece as passagens (de trem). Eu recebo dez requerimentos por mês. Uso quatro por semana. Toda quarta-feira. Os outros seis requerimentos que sobram são usados para moradores locais... Recebemos verbas da Prefeitura para a compra de passagens de ônibus, mas para essa (passagem de ônibus) só forneço obedecendo alguns critérios.*” (Antiga Assistente Social da Casa)

Forma de Atendimento

Na Casa, separados do atendente so-

mente por uma escrivaniinha, o usuário responde a uma série de questões contidas na Ficha de Caracterização do Migrante/Itinerante, preenchida pelo atendente, sentado à sua frente. Qual é o seu nome? Tem documentação? Mostre. O que o Sr. faz? Quanto recebe por mês? Quer ir pra onde? Está sozinho ou acompanhado? Por quem? Veio de onde? Por quê?

Isso é feito de maneira bastante rápida, porque são muitos a serem atendidos por dia e precisam tomar banho, comer e serem enviados até às 17h:00 para a Estação Ferroviária (isso às quartas-feiras, dia do "trem dos mendigos"). Para permanecer na Casa de Passagem o migrante precisa obedecer a algumas normas, que são:

1- Não estar alcoolizado (se estiverem alcoolizados não preenchem nem mesmo a ficha, e não é permitida a sua permanência na Casa de Passagem (CP)). Se o usuário sair e beber não será aceito na CP pois, de acordo com a Assistente Social, a bebida alcoólica é responsável pela maioria das brigas.

2- Às 8h:15 há uma conversa com a Assistente Social. "Eles são acordados às 6h:00 horas da manhã, às 7h:00 horas é servido o café da manhã. Nesse intervalo eles limpam o pátio. Tem uma turma que limpa o pátio, outra que lava os banheiros, e varrem os quartos. Só limpam o que usam. A parte interna eles não limpam. Depois é que ouvem a assistente social no refeitório." (Funcionária da Casa)

3- O almoço é servido a partir das 11h:30 da manhã e termina quando todos terminam de comer.

4- Às 15h:00 é servido o café da tarde. É servido pão, bolo, café. Tudo feito pelas cozinheiras da Casa.

5- Na quarta-feira o jantar é servido mais cedo para que eles possam ir para a Estação Ferroviária. O trem sai às 19h:30, mas eles saem por volta das 17h:00; porque vão a pé até a Estação. "Vão com sacos (nas costas), sujos, roupa rasgada, alcoolizados. Eles saem daqui para ir embora e passam no primeiro bar. Eu aviso para não beberem, para irem direto para a Estação. Mas quando eles chegam lá, já estão bêbados. São dois ou três vagões de segunda classe para esse pessoal." (Antiga Assistente Social da Casa) Às quartas-feiras, o jantar é servido a partir

das 18h:00.

6- O horário de dormir é às 20h:00. "Às vezes, quando está muito calor, eles ficam até umas 20h:30, 21h:00. No frio eles querem dormir até antes. (...) Albergues não deixam casais dormirem juntos. Eles não têm privacidade nenhuma. São mais ou menos 40 leitos - vinte masculinos e vinte femininos. Quando enche, tem colchões que colocamos no salão. Os meninos ficam com o pai e as meninas ficam com a mãe." (Antiga Assistente Social da Casa)

7- O usuário só poderá ser recebido novamente na CP depois de dois meses. Quando retornam antes de completar os dois meses, as Assistentes Sociais fazem uma avaliação, que decidirá sobre o atendimento ou não a esse migrante.

8- Depois das 20h:00 não podem sair da CP a não ser com o consentimento da Assistente. Se saírem, só poderão retornar no outro dia às 6h:00 da manhã e terão que explicar o motivo da ausência para a Assistente Social. De manhã, só podem sair depois de ouvir a Assistente Social.

9- Podem ficar na Casa três dias ou o tempo que a Assistente Social achar necessário. Não podem ser atendidos novamente em menos de dois meses.

Explicadas as normas da Casa, na conversa individual, a Assistente Social verifica qual é a necessidade do usuário e quais as possibilidades de atendê-lo. Pergunta para onde pretende ir, o que vai fazer lá, se tem parente nesse local e, dependendo de para onde o usuário diz querer ir, é explicado que os passes só servem para as cidades abrangidas pelo itinerário do trem. Passados os três dias, é hora de dizer adeus e seguir a caminhada.

PRÁTICA INSTITUCIONALIZADA DE ENCAMINHAMENTO DE MIGRANTES

A prática institucionalizada de dispensa de migrantes para outras localidades está relacionada com a crise econômica, com o grande contingente de pessoas sem trabalho e com a o imaginário da população, que vê no migrante a negação daquilo que ela quer ser. Por isso a repulsão, o

silêncio, a convivência com as políticas de eterno encaminhamento. Tendo-os como vagabundos e perigosos justifica-se a rejeição.

De acordo com o depoimento de diversos profissionais envolvidos com o atendimento, é menos oneroso criar mecanismos de dispensa de migrantes do que tentar fazer projetos de fixação desses migrantes.

"Em vez de você parar essa pessoa e resolver o problema dela aqui, você manda embora porque é muito mais barato para o próprio Município. Para você deixá-lo aqui, você tem que ter estadia, você corre risco dele sair, beber, fazer várias coisas. E você tem que encaminhar para o Posto de Saúde. Não tem vaga, tem que esperar. Você tem que articular outras políticas, outros setores para atender aquela pessoa. Então eu acho que a maioria da Casa de Passagem prefere mandar de vinte, trinta embora." (Antiga Assistente Social da Casa)

"Você vê, a pessoa às vezes vem para fixar residência, mas aqui não tem jeito, só pode ficar três dias e, conforme a situação, fica dez, quinze dias e daqui a pessoa acaba se desligando. 'Ah! Então eu vou para tal lugar.' Então vai tipo ping-pong. Vai empurrando. Vai pulando de cidade em cidade, andando. (Policia Militar que trabalha na Casa)

"Porque quando a gente tenta fazer alguma coisa, a própria população fala: 'Você está gastando com isto? Poderia fazer uma praça, atender crianças, poderia atender deficientes, idosos. Agora esse pessoal, esse pessoal não tem jeito.' Eu acho que por isto que não se mobiliza uma política, porque quando você vê uma criança na rua você fala: 'Puxa vida, o prefeito poderia fazer alguma coisa por estas crianças, é o futuro do Brasil...' Então você mobiliza o poder público. Agora o migrante, se ele é vadio, vagabundo, o que for feito está bom. Se der um prato de comida já está fazendo muito. 'O que mais ele quer? O prefeito já dá o albergue, já dá mantimentos, já dá passagem. O que mais?' Então o prefeito não tem, o poder público, o prefeito, o governador, sei lá, não tem necessidade de se mobilizar." (Antiga Assistente Social da Casa)

Aqui temos duas problemáticas que envolvem essa questão. A primeira diz

respeito aos valores da sociedade, que encontra na figura do migrante condição que despreza e da qual tem medo - a pobreza - e isto ela não quer ver. "A pobreza qualifica-se como uma experiência (real ou virtual) dos limites ou mesmo da ruptura com os parâmetros que constroem a noção de uma ordem legítima de vida. E nesse caso, a condição de pobreza é sempre possível de se transfigurar em marginalização no interior de um imaginário social que constrói figuras da pobreza extrema como solo da desagregação moral, da desordem e da desrazão." (Vieira, 1992, p.19)

E se a sociedade não quer nem vê-lo, não há porque ter uma política de assistência para mantê-lo no lugar. Fazer um trabalho de promoção social é considerado um desperdício de dinheiro público que poderia ser investido em setores mais lucrativos. Isso se reverteria em queda de popularidade política dos prefeitos, não haveria respaldo da população local.

"Tem muito a questão da igreja envolvida. Não, Eliane, você é muito boazinha, ele são malandros, são vagabundos. Você fica acoitando vagabundo..." Sabe, aquela visão? Ou então paternalista... "... tem que dar cesta básica trinta anos, tem que ajudar, não tem jeito, eles realmente não têm capacidade pra melhorar..." (...) A imagem do migrante/itinerante é esta, é de vadio." (Antiga Assistente Social da Casa)

Isso é reforçado na medida que é no (...) imaginário que se inscreve também as formas como as classes trabalhadoras interpretam e pensam a própria condição em que vivem, assumindo, à sua maneira, a associação entre crime, pobreza e desordem moral." (Vieira, 1992, p.19). Considerando-se assim, os migrantes se acham sem direito à cidadania, e o poder municipal pode adotar, sem temeridade, a política de "encaminhamento".

A subversão de um discurso

Como as verbas e as passagens destinadas a Casa não são suficientes para atender à demanda, é feita uma seleção pela Assistente Social, que geralmente utiliza os seguintes critérios para liberar a passagem: estar à procura de trabalho, estar acompanhado pela família, ir tirar docu-

mentação, retornar para a família, precisar de tratamento de saúde. Sabendo disso, os migrantes acostumados a usar os albergues dão as respostas que as assistentes querem ouvir. Quando sonégam os verdadeiros motivos - se é que sabem quais são - que os levam à mobilidade é porque esses motivos não se encaixam nos motivos valorizados pelas Assistentes. Não são, portanto, seus valores.

"A resposta certa, no momento certo e para a assistente social certa para ele conseguir o recurso que quer. Então ele manipula o profissional. Quando você passa daquilo que ele está acostumado, ele se perde. Se você pergunta: 'De onde você veio? Para onde você vai? O que aconteceu?' 'Perdi meus documentos.' É ótima a conversa. Agora, quando você começa a falar: 'Mas o que o Sr. sentiu? Como foi o roubo? Como aconteceu que o Sr. perdeu os documentos?' 'Ai ele se embanana (atrapalha) todo. Sai daquele esquema que ele estava vindo de vários setores, pedindo passagem, uma conversa tão simples, tão rápida. Agora, quando você parte para a análise da vida dele, você questiona o que está acontecendo, se resolve a passagem mesmo..., se preocupa com ele como pessoa... 'Se você chegar lá, o que vai acontecer? Para onde o Sr. vai, o que o Sr. vai fazer? Será que é a solução?' Quando você joga estas coisas embanana, embanana completamente.'" (Antiga Assistente Social)

"Só que eles sempre falam assim: 'eu quero ir para tal cidade porque vou providenciar os meus documentos' Às vezes eu acho que isto pode ser uma estratégia para conseguir passagem. Não estou pré-julgando, mas como é uma coisa muito comum eu acho que eles já conhecem o sistema, já sabem as normas dos albergues. Então, quando eles vêm, já são experientes no assunto, já sabem o que eles têm que falar pra mim.'" (Atual Assistente Social da Casa)

Ter sido assaltado, justifica a sua presença na Casa. O que importa não é o que ele é: um migrante, mas aquilo no que ele quer acreditar: uma pessoa que só está ali solicitando uma passagem porque foi roubado. Por um acidente. Esta é a justificativa que ele dá para si e para a Assistente que o atende. A sua condição de migrante

é tão humilhante que ele se vê obrigado a negá-la como forma de seguir em frente.

"Quando que você percebe que é uma pessoa experiente, as desculpas são sempre as mesmas. 'Eu fui assaltado.' Mas tem uma diferença entre a pessoa que realmente foi assaltada da que não foi. A que é assaltada, quando chega, já tira o Boletim de Ocorrência: 'Olha, tá aqui o Boletim de Ocorrência. Fui assaltado em tal lugar, levaram minhas roupas, meus documentos, meu dinheiro.'" O que só usa isso, nunca tem. Ele não faz ocorrência. É difícil acreditar que ele realmente tenha sido assaltado. (...) Às vezes as pessoas que tem cinco, seis retornos, a desculpa é sempre a mesma. Outros, mais raro, é tratamento de saúde. Quando realmente a pessoa tem problema de saúde, você às vezes consegue perceber." (Atual Assistente Social)

Estar acompanhado da família. Este critério mostra o quanto a família, na visão das Assistentes, deve ser privilegiada, protegida. É por isto que eles combinam entre si e se apresentam como sendo da mesma família, quando na verdade não são.

"Existem casais que não são casais, que eu descobri, por exemplo, que na rua se encontram e formam um casal para chegar num ponto. Ou irmãos que não são irmãos, quatro homens, que não são irmãos, que perderam os documentos. Então eles lidam muito com o que eles sabem que são critérios da Assistente Social. Se não tivesse isso, você chegaria mais à verdade e você não chega porque ele sabe o que você vai perguntar, ele sabe que você vai falar que não tem recurso." (Antiga Assistente Social da Casa)

E as assistentes sociais, por mais que queiram desenvolver um trabalho diferente, esbarram na falta de verbas e nos objetivos da Casa de Passagem, que é livrar-se dos migrantes o mais rápido possível. Acabam por serem instrumentos que viabilizam a política municipal de dispensa de migrantes. Para o profissional de serviço social, lutar contra esta forma de política é encontrar muitas dificuldades e trabalho pela frente.

"Ah! Nossa! Tive brigas homéricas por causa disso. Para aumentar o recurso, para conseguir mais passagem, para conseguir estrutura no albergue para o trata-

mento de saúde, porque, por exemplo, tinha pessoas com câncer, pessoas com tuberculose, que precisavam de um atendimento ambulatorial que a Santa Casa não oferece. O albergue era a acolhida e não tinha estrutura para isso. Nossa! Eu briguei demais. Briguei com a rede de combate ao câncer... foi daí que surgiu uma questão da casa de pessoas de câncer. A rede tem que imobilizar um espaço, um ambulatório, um lugar onde estas pessoas fiquem.” (Antiga Assistente Social da Casa)

Enquanto isso a discussão da problemática que envolve a migração é um jogo de empurra-empurra. “... Acontece assim: eu empurro o problema para você, você empurra para mim. Eu te dou dois, você me devolve quatro. Sabe? E não existe a gente sentar e conversar. Você lá no Paraná, eu aqui em Presidente Prudente. Olha, não adianta você me mandar dez daí para tal lugar que não vai resolver. Vamos tentar fazer uma política de atendimento ao migrante aí, ou aqui. É uma situação mesmo de limpar a cidade. A gente vê que parte da política de atendimento... eu me livro do problema. Porque aqui ele rouba, aqui ele... Tem a questão da carência dele. Provoca as pessoas, incomoda. Então é limpar a cidade.” (Antiga Assistente Social da Casa)

O que encontramos é um movimento de ir e vir constante, uma migração permanente de pessoas livres, sem “estação final”. Na procura de um chão para se fincar, essa mobilidade acontece, atendendo a uma organização espacial das atividades produtivas, que por sua vez deriva da apropriação e produção do espaço pelo capital, que se intensifica, concentra-se e expande-se horizontalmente. Assim, os corpos se colocam em mobilidade como que atendendo a uma distribuição otimizada pela necessidade de reprodução do capital.

Novas formas de produzir, novas concepções de tempo, nova linguagem se colocam em movimento. E no passo do capital caminha o trabalho, mesmo que em passos distintos. São fluxos migratórios que se delineiam, migrantes que põem o pé na estrada à procura de outro lugar onde possam sobreviver, trabalhar. Trabalho esquecido e desvalorizado, terra apropria-

da pelos latifundiários, que a utilizam com propósitos distintos daqueles do homem que nela vive e produz. Terra para lucrar, especular.

O que encontramos hoje é a migração de homens sem destino, descrentes da possibilidade de vir a ter trabalho, que encontram na migração uma estratégia de sobrevivência, mesmo que não através do trabalho, mas do uso das instituições criadas para dispensá-los.

DA SEGURANÇA DO COTIDIANO AO COTIDIANO DA INSEGURANÇA

A migração sistemática, ao mesmo tempo que é um recurso utilizado pelos migrantes para manterem seus corpos vivos é também uma forma de os afastar do cotidiano de ter onde dormir todos os dias, do trabalho, da escola, do enraizamento em algum lugar, porque na migração sucessiva - migração sistemática, sem ter para onde ir - cria-se outro cotidiano que é a negação desse. Partir não é somente um ato de arrumar a mala, a mochila, o saco, os “cacarecos” e sair mundo a fora. Migrar não é a primeira solução encontrada diante da expropriação, da angústia de não ter como sobreviver naquele lugar. É, pelo contrário, a atitude mais radical. É a hora do rompimento com o espaço cotidiano², com trabalho, com amigos, com família. É hora de sair da segurança da repetição, de todos os dias fazer os mesmos percursos, encontrar pessoas conhecidas para entrar em uma rotina de não saber para onde ir, de ter a possibilidade de ir para muitos lugares e ao mesmo tempo ir a lugar nenhum.

Na migração repetida - “mudanças residenciais sucessivas realizadas pela mesma pessoa, independente da direção desses movimentos” (Martine, 1980, p. 1) - ou na migração sucessiva temos o cotidiano marcado pela instabilidade. A ordem imposta é a mobilidade permanente. O banal do dia-a-dia é conhecer novas paisagens, pessoas diferentes, não saber se vai conseguir alimentar-se, não saber onde vai dormir, se vai poder trocar a roupa.

MIGRAÇÃO SUCESSIVA E OS NOVOS REFERENCIAIS

**“Não há vagas.
Por favor, não insista!”**

“O desemprego e a subutilização da força de trabalho constituem um duplo sinal de perda do potencial de produção e de sofrimento humano. Em uma sociedade que se caracteriza pela predominância do trabalho assalariado como critério de confirmação do status e da utilidade social dos indivíduos, o desemprego aponta para um processo de exclusão involuntária da atividade produtiva e das regras básicas de sociabilidade.”³

O rompimento com o trabalho e o desemprego, no campo ou na cidade, retiram do trabalhador a segurança e a dignidade. Nesta sociedade, estar desempregado é sinônimo de anulação social, de não ser mais aceito. Se a base das relações sociais na sociedade capitalista é a troca, não tendo onde usar o seu trabalho, o desempregado perde o poder da barganha; é-lhe negado o direito de comprar os bens necessários à sua sobrevivência, de consumir. Cabisbaixo, sente-se fracassado diante do outro por não poder produzir e poder comprar. Ninguém está interessado em comprar a sua força de trabalho, em lhe pagar um salário. Nesse processo, “A degradação do trabalho surge como consequência irreversível, pois o livre funcionamento do sistema econômico não se dispõe a assegurar emprego para todos. Por mais que o trabalhador esteja disposto a vender a sua força de trabalho no mercado, ele não descobre comprador.”⁴

A angústia e o sentimento de fracasso vão crescendo, empurrando-o para longe, seja na busca de emprego, seja para sair da presença de olhares, agora de piedade ou acusadores. Oferece-se aqui, ali e nada. Desterritorializado, mobilizado, ele tenta encontrar trabalho. O caminho vai se tornando cada vez mais longo.

Ora estão desempregados, ora não. Não são completamente assimilados no processo de produção e estão dispostos a qualquer tipo de trabalho. Como eles dizem “são pau para toda obra”. Sujeitam-se a rela-

ções de trabalho não legítimas, são superexplorados. Martins, referindo-se ao processo de subalternização, de que estes migrantes fazem parte, diz que há "Uma ampla clandestinização do trabalho ou, quando muito, uma semilegalização, associadas ao capitalismo da robotização e da era nuclear, em que o traficante de mão-de-obra e o cientista estão perfeitamente integrados no mesmo universo da produção da riqueza e no mesmo tipo de dominação. Para não falar dos casos mais dramáticos, como o da peonagem, a escravidão por débito no Brasil, a que estão submetidos milhares de trabalhadores em diferentes regiões do país. Uma recriação contínua de relações sociais arcaicas juntamente com a progressiva criação de relações sociais cada vez mais modernas." (Martins, 1989, p. 100)

Esses migrantes fazem parte do mercado de mão-de-obra livre, disponível, que se encaminham para onde se ouvir que há trabalho - hidroelétricas, garimpos, construção de estradas, colheitas - para os grandes centros. São mobilizados, recrutados e dispensados.

Neste movimento territorial constante, o migrante vai se marginalizando socialmente. Vai perdendo os valores dessa sociedade que lhe nega a oportunidade de descortiná-la, de revelar a sua verdadeira face, e lhe incute culpa por um fracasso que não é seu. Temos aos poucos a anulação da dignidade e a desvinculação de tudo o que necessita ser comprado, pago com dinheiro. Ter uma casa, tomar banho, escovar os dentes, pentear os cabelos, trocar de roupas todos os dias, dormir em uma cama... Tudo isto vai ficando em um passado longínquo, às vezes até em gerações passadas. E viver nessa sociedade em contradição com seus valores civilizatórios secularmente construídos é mutilar-se, ter que se negar enquanto sujeito dessa sociedade para dar sentido a outra forma de vida. Esse sujeito vagueia entre o viver sob determinadas normas e desprender-se completamente delas.

"Tem pessoas que não tomam banho há um ano. Tem muitos, muitos. Porque não faz parte da rotina diária dele. Não tem porquê mais. Porque não faz parte da rotina diária dele. Aquele lugar, com aquele espaço, com aquele chuveiro é muito esporádico para ela. Ela mora na rua,

dorme em qualquer canto, isto não faz falta. Eu acho que psicologicamente deve ter alguma razão. Falta de auto-estima. Eles não querem se tratar. Eles não têm significado. Eles não produzem." (Antiga Assistente Social da Casa)

"Então eu deixei ele lá, deitadinho. Quando eu consegui mais ou menos falar com ele, consegui levar ele para um banho, porque ele estava supersujo. Falou que estava de mal com o mundo. Se ele estava de mal com o mundo, pra que ele ia tomar banho, se ele estava jogado no mundo, pra que que ele ia tomar banho!?" (Funcionária da Casa)

Não tomar banho pode ser uma forma de defesa corporal, já que evita a aproximação de pessoas indesejáveis.

"Às vezes eles não tomam banho para não serem violentados, estuprados. É uma defesa." (Funcionário da Casa de Inverno

de Santos - SP)

Reconhecer-se como migrante e participante dessa sociedade vai se tornando cada dia mais difícil.

"Ele não tem parada. Mesmo quando a gente conseguia um emprego temporário para ele, ele não consegue se adaptar às normas do emprego, às condições de vida, aos horários, tem problemas com o alcoolismo, problemas com autoridades. Muitos brigavam. Não aceitavam ser mandados." (Antiga Assistente Social da Casa)

"Qual a sua filiação, qual o seu endereço?"

Nessa busca incessante por trabalho e por uma vida digna, aos poucos vai-se desestruturando a família no seu sentido tradicional, ou seja, da família nuclear constituída por pais e filhos e com direitos consanguíneos à herança. Até porque, não

Foto: Sidney Silva



há herança a ser deixada. A família se esfacela, se separa espacialmente e só permanece sentimentalmente.

“Eles acabam perdendo o vínculo familiar porque às vezes a mãe morreu, o pai casou com outra mulher, não combinam, a outra mulher às vezes começa a exigir. Então eles se afastam da família, não querem mais voltar para casa.” (Funcionária da Casa)

“Eu tive a minha mãe, mas eu não fico com ela, porque meu pai bebe, judia de mim, bate em mim. Principalmente quando ele bebe. A moradia nossa é em Pradinho, perto de Reginópolis. Minha mãe é que sustenta ele. Meu pai verdadeiro morreu de acidente de carro. O caminhão bateu e ele engoliu a dentadura e morreu. O nome dele é Noel do Nascimento de Souza. Daqui eu vou para Campinas. Acho que ele está no Mato Grosso. Em Bauru ele não está. Eu fico mais em Bauru, no albergue, na rodoviária. Lá todo mundo gosta de mim. Eu sei que lá todo mundo está falando de mim. Meu pai queria que eu fosse mulher dele. O primeiro filho eu tive do meu marido e o outro eu tive do meu padrasto. Meus filhos ficaram com o juiz de São José do Rio Preto. Meu pai verdadeiro se chamava Belarmino da Silva. Minha mãe largou uma vez do meu padrasto, mas ele volta. Ele faz bagunça comigo (mantém relações sexuais). É mais comigo do que com minha mãe. Durante a semana é bom, mas no fim de semana é uma bagunça. Meu padrasto é negro, mas meu pai é assim da cor da senhora. Meu pai não bebia. Só fumava assim... Um café, igual à minha mãe. Não fazia bagunça comigo, nada. Numa hora dessas ele estava no sol, trabalhando.” (Maria de Lourdes)

“Meu pai bebia muito, aí ela separou dele e o juiz arrumou este lugar para nós ficar. Minha mãe tinha quatro filhos, dois ficô no Lar Amália e os outros dois foram para outro orfanato.” (Márcia)

“Eles morreram (pais) está com mais de dez anos. Eles me formaram. Os pais legítimos não cheguei a conhecer. Eu conheci minha mãe com sete anos. Foi um baque. Ver uma pessoa que não conhece é um susto tremendo. Foi uma semana tentando conversar comigo. Eu já entendia um pouco, era bem desenvolvido. Tinha

uns sete, oito anos. (...) Quando meu pai me batia eu ficava pensando se ele estava fazendo aquilo porque eu não era filho dele. Ele era um homem bom, mas era um homem violento. Todavez que ele me batia eu caia fora (ia para São Paulo, para a casa das irmãs) e quem sofria era a minha mãe. E não era surrinha não.” (Paulo Roberto)

“O que aconteceu com a família? A família tinha uma fazenda lá. Eles têm a fazenda até hoje. Mas não é mais café. Só plantam limão e laranja. Tem até hoje a fazenda lá. Mas aconteceu que não deu certo e sai pelo mundo. O motivo era ignorância da família. Eles implicavam. Quando eu chegava tarde para dormir era palavrão. Eu ia na discoteque e voltava três horas da manhã, cinco, seis horas. Então como eles são lavradores, eles costumam naquele regime (de dormir cedo e acordar cedo).” (Alemão)

“Amigada. Há treze anos. Desquitada com meu pai e amigada com outro. Ele já tentou matar minha mãe várias vezes. Minha mãe virou crente e modificou um pouco a vida.” (Sérgio)

“Eu morava com meus pais adotivos. Quando minha mãe estava para dar à luz, levou uma surra do velho e ficou fora de si. Quando eu nasci, com nove meses a outra família me adotou. Logo que eu nasci ela morreu. Em Curitiba eu soube que ela era minha mãe, por boca dos familiares.” (Luís)

“E nesta época meu pai separou da minha mãe. Meu pai começou a carregar, vender carne seca, era entregador. Passando por Espinosa - MG, ele conheceu uma menina de quinze anos chamada Ivonilda. Ai ele disse que era viúvo e o irmão dela obrigou eles a se casarem. Eu estudei até a sexta série. Quando a minha mãe morreu (1975) eu sai da escola.” (José)

“Eu estava na Bolívia. Quando eu cheguei foi que eu fiquei sabendo, após seis meses, que meu pai e minha mãe estava enterrado, que eu fiquei sabendo que meu pai tinha matado minha mãe e tinha se matado também.” (Neil)

Os sentimentos que permanecem são confusos: saudades, dor, solidão, vazio, revolta. Depende da situação de quem vai, quem fica, quem morre. A ausência dos

pais é preenchida pelo sentimento de impotência, de descrença. Isso quando a separação, a migração, não for provocada pelo desejo de livrar-se da autoridade, do domínio dos pais. Vamos encontrando pais sem filhos, filhos sem pais, filhos sozinhos, pais abandonados. Pais e filhos que nunca se encontram. Os referenciais familiares vão se tornando tênues, quase imperceptíveis. Já não se tem o endereço de moradia dos pais ou dos filhos.

Diante da insegurança do mundo é preciso ter a quem recorrer. Na falta de relações familiares por consangüinidade, outras relações vão surgindo. Temos as subfamílias, ou seja, a agregação por afinidade. São os amigos do trecho.

Além disso, os casamentos feitos nestes percursos são realizados basicamente por dois motivos: o primeiro diz respeito à necessidade de amor, da troca de afeto, de carícias; o segundo, que complementa o primeiro, se relaciona à necessidade de proteção e companheirismo. É para tornar a viagem menos árdua.

Percebe-se que nessa forma de união não está presente a preocupação de ter para quem deixar alguma coisa, pois não há nada para ser deixado. Aqui, até porque não há outra opção, a união, o casamento, está mais ligada ao desejo sexual e ao companheirismo. Quando se tem o companheirismo, o migrante não se sente tão só e evita o próprio esfacelamento frente a desintegração da família, que não é mais sinônimo de segurança.

O Alcoolismo

Sem família, em um mundo onde poucos gostariam de saber da sua existência, onde muitos não gostariam de vê-los, de sentir o odor fétido do seu corpo, buscam na bebida alcoólica um subterfúgio para continuar vivendo. O recurso da bebida alcoólica é também a admissão do fracasso; autopunição por não ter conseguido atender as expectativas da sociedade. É a culpa coletiva destruindo o indivíduo.

“Eu acho que eles começam a beber pela situação. Alguns falam: ‘pelo menos é para eu esquecer algumas horas do problema, da situação que eu estou vivendo.’ Então a maioria é para esquecer problemas. Muitos são viciados na bebida. A maioria dos homens, digamos 80%

são pessoas que usam bebida alcoólica. Muitos deles chegam aqui bem alcoolizados mesmo. (...) Trabalham um dia, aí chegam bêbados. O dinheiro que eles ganham gastam tudo na bebida. Muitos deles têm problemas de alcoolismo. (Funcionária da Casa)

“Estas pessoas, são pessoas que passam fome, sede, não têm onde morar, onde ficar. Se você, porque o cara bebeu, usa de violência, não leva a nada. E aqui 99% usa bebida alcoólica. Então você avisa que não pode, para manear, mas não que você proíbe por completo. Não consegue proibir. Às vezes você pega a garrafinha dele, guarda aí, deixa aí, conversa com ele, depois que a assistente social conversou. Agora com o pessoal que se exalta, quer mandar, aí é diferente. Aí a gente toma providência. A assistente social vai, dá a passagem e ele segue o destino dele.” (Policial Militar da Casa)

“Não tem roupas. A bagagem deles... Tem poucos que carregam bagagem. Tem alguns deles que chegam aqui com a roupa do corpo, ou às vezes uma troca só. Tem muitos que acham que a bagagem atrapalha eles a andar. Tem alguns que vêm até com muita bagagem. Mas dificilmente são coisas que dão para muito tempo de uso.” (Funcionária da Casa)

Para que bagagem? Carregar o quê? Por quê? Aos poucos o migrante vai deixando de saber quem é ele, com os referenciais dessa sociedade. Família? Endereço? Trabalho? Bens? São coisas que foi perdendo pelos caminhos por onde passou, isso quando as teve um dia. Encontra-se totalmente expropriado, tendo como referência só a ausência, a carência de algo: alimentos, moradia, trabalho.

Quando nos dirigimos a ele, nos tenta mostrar que “um dia foi gente.” Nos mostra os documentos.

Os Documentos

A identidade pessoal é resgatada pelos documentos, pela carteira de trabalho ou registro geral (identidade). É a tentativa de resgatar a dignidade, que antes o trabalho lhe garantia. Mostrar os documentos é uma forma de dizer que ele é gente, que merece respeito. Procuram resgatar valores que não denotem rejeição. Eles precisavam ser aceitos. É uma forma de luta.

“Eu sou um trabalhador. Olha a minha carteira aqui. Você olha a carteira de trabalho do cara. O cara é tratorista, é operador de máquina, mexe com construção civil. (...) Você vê hoje o desemprego. A Camargo Corrêa, CESP, Mendes Júnior... Essas várias empreiteiras que estão paradas porque o governo não paga.” (Funcionária da Casa)

“... o documento é a prova de que ele é uma pessoa honesta, que ele é cidadão. Só que ele não tem claro isso. Mas ele sabe que o documento é algo que mostra que ele é uma pessoa, que ele não é um indigente. Ele não gosta de ser tratado assim. A carteira profissional quando eles têm, eles adoram mostrar. Mesmo que seja uma carteira que faz dez anos que não tem registro algum. Mas ele tem uma carteira, ele foi registrado, ele trabalhou.” (Antiga Assistente Social da Casa)

Essa luta entre ser socialmente aceito e viver fora, excluído da sociedade de consumo apresenta-se na constante perda da documentação. Os migrantes usam o valor que damos aos documentos para conseguirem passagem.

Em resumo, a repetição constante da migração aos poucos vai criando outras relações sociais, um mundo paralelo, mas não excluído, que se distancia das normas de comportamento da sociedade.

O migrante, no percurso vai se perdendo e se achando, vai deixando para trás os objetos que o prendiam ao lugar. Tudo vai ficando física e simbolicamente muito pesado.

Passa a viver em trens, albergues, viadutos, ruas, praças públicas. Vai perdendo o lugar onde tomar banho, trocar de roupa, colocar seus objetos pessoais. Se distancia dos compromissos com hora marcada. Não tem endereço; a família se faz e se perde nas caminhadas, os amigos são os amigos do trecho, não existe o almoço, jantar, café da manhã. Existe o comer quando é possível, o que for possível; dormir onde “bater o sono”, acordar com os raios do sol, com o pontapé de algum policial, com a água gelada jogada pelos “donos do pedaço”, com a chamada do funcionário do albergue. Tomar banho só nos postos de gasolina (quando tem dinheiro) ou nos albergues; usar escova e pasta de dente, sabonete, *shampoo*, pentear os cabelos... Isso vai

deixando de ser necessário.

* Maria Cristina Rangel é Mestre em Geografia Humana pela USP e Professora da Faculdade de Comunicação Social “Cásper Líbero” e UNIBAN.

NOTAS

1- Este artigo tem como base a dissertação de mestrado “Restos Humanos em Mobilidade - Casa de Passagem de Presidente Prudente e a Mobilidade do (não) Trabalho - 1988-1996” defendida pela autora na FFLCH/Dpto. de Geografia/USP.

2- “O cotidiano não é somente ordem imposta, ele é, no plano subjetivo, uma organização de vida assegurada. Quando o banal do dia a dia, como se alimentar, vestir-se, locomover-se, produzir, faz parte da vida de forma segura. (...) É a ordem diária da segurança material. Tendo cotidiano se dorme em paz.” (Damiani, 1992: 20)

3- O desemprego e as políticas de emprego e renda. Pesquisa DIEESE, São Paulo, 1996.

4 - idem nota 2

5 - Todos os nomes dos usuários da Casa são fictícios para preservar a identidade dos migrantes. As citações das falas dos migrantes foram transcritas na íntegra e alguns migrantes apresentaram falas desconexas, aparentemente sem sentido.

BIBLIOGRAFIA

- BOSCO, Santa Helena; NETTO, Antônio Jordão (1967) *Migrações - estudo especial sobre as migrações internas para o Estado de São Paulo e seus efeitos*. Setor de Estudos e Pesquisas Sociológicas - Departamento de Imigração e Colonização - Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.
- DAMIANI, Amélia Luisa (1992) *A Cidade (des)ordenada, Concepção e Cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I*. Tese (doutorado), FFLCH - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GRAHAM, Douglas Hume; FILHO, Sergio B. de Hollanda (1984) *Migrações Internas no Brasil: 1872 - 1970*. São Paulo, Série Relatórios de Pesquisa (número 16), (IPE) Instituto de Pesquisas Econômicas, (CNPq) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- MARTINE, George (1980) *A Migração Repetida e a Busca de Sobrevida - Alguns Padrões Brasileiros*. Relatório Técnico nº 52, São Paulo, mimeo.
- MARTINS, José de Souza (1989) *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo, Hucitec.
- MARTINS, José de Souza (1993) *A Chegada do Estranho*. São Paulo, Hucitec.
- RANGEL, Maria Cristina (1996) *Restos Humanos em Mobilidade - Casa de Passagem de Presidente Prudente e a Mobilidade do (não) trabalho - 1988 - 1996*. Dissertação (Mestrado), FFLCH - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, Milton (1994) *Técnicas Espaço Tempo - Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, Milton (1993) *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Nobel.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.) (1994) *População de Rua - quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, Hucitec.

MIGRANTES OU CARENTES?

A TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS PELA INTEGRAÇÃO DOS MIGRANTES-AVIM

Dirceu Cutti*

Este artigo, partindo de uma contextualização histórica das práticas institucionais de acolhimento de migrantes na cidade de São Paulo, objetiva detectar até que ponto a especificidade migratória se constituiu em elemento fundante do trabalho desenvolvido pela AVIM-Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes, durante o período de 1985 a 1996¹.

A lida institucional com o migrante - Uma tradição do Estado de São Paulo

Para uma análise da AVIM, enquanto instituição voltada para o atendimento específico a migrantes na cidade de São Paulo, faz-se necessário, antes de mais nada, contextualizá-la na esteira das práticas historicamente implementadas em nível de Estado de São Paulo.

Esta Unidade da Federação constitui, sem dúvida, um locus particular de atuação junto aos processos de deslocamento populacional, porém, o peso das iniciativas não reside em sua quantidade, recai antes sobre o grau de incidência junto aos principais fluxos migratórios.

Trata-se de uma história que remonta há mais de cem anos atrás, quando a necessidade de braços para a lavoura cafeeira tornou-se extremamente imperativa. E para fazer frente à elevada demanda por mão-de-obra, no final do século passado, mais precisamente em 1887, o governo paulista inaugurou oficialmente a famosa Hospedaria dos Imigrantes, com sede no

bairro do Brás, na capital. Com capacidade para abrigar nada menos do que quatro mil pessoas, destinava-se a receber todos os imigrantes que da Europa chegavam ao Porto de Santos viajando em navios de 3^a classe². Constituiu-se, enquanto espaço, no nó central de uma vasta rede de subsídios cuja textura se estendia desde as fazendas do interior do Estado até os mais remotos vilarejos da Europa. Assim sendo, a Hospedaria transformou-se rapidamente num verdadeiro viveiro de mão-de-obra oferecida de sobejo aos cafeicultores. Foi ela que deu suporte àquilo que poderíamos denominar de encurralamento da maciça corrente imigratória européia em direção às fazendas de café. Além da Hospedaria construída na capital, outras duas tiveram suas obras iniciadas, porém não concluídas, nas cidades de Santos e Campinas.

Quando começou a declinar a imigração européia, já após a virada do século, fez-se sentir novamente a escassez de mão-de-obra. Por várias vezes o governo paulista tomou para si a iniciativa de subsidiar também a vinda de migrantes internos, especificamente nordestinos e mineiros. Segundo Antonio Jordão Netto³, isso ocorreu pela primeira vez em 1904, ocasião em que o então secretário da Agricultura, Carlos Medeiros, estimulou a vinda de nordestinos prometendo a eles, inclusive, que poderiam retornar após o término das colheitas. Posteriormente, em 1919, enviou uma missão para o Ceará com a tarefa de recrutar mão-de-obra in loco. Porém, foi em 1935, quando governador Armando Salles de Oliveira, que teve início oficialmente uma política migratória subsidiada para os nacionais. Foram celebrados con-

vênios com companhias particulares que se dirigiam ao nordeste do País e ao norte do Estado de Minas Gerais para efetuar o aliciamento de mão-de-obra. Além do dinheiro da passagem, o Estado pagava 60 mil réis por migrante maior de 12 anos e 30 mil réis para menores com idade entre 3 e 12 anos.

Em 1939, com a finalidade de substituir as companhias que praticavam o aliciamento, os serviços de Imigração foram reestruturados. A antiga Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, que passou a se chamar Serviço de Imigração e Colonização, instalou postos de recepção de migrantes nas cidades mineiras de Montes Claros e Pirapora, com locação de funcionários do governo do Estado de São Paulo para ali atuarem diretamente. Os migrantes nordestinos que desciam o rio São Francisco em gaiolas (barcos fechados) eram recepcionados e embarcados no trem às expensas do governo paulista e conduzidos para a Hospedaria dos Imigrantes, donde rumavam em direção às fazendas do interior. Havia uma orientação explícita para que não fosse permitida a permanência na capital de nenhum migrante que passasse pela Hospedaria. Tais procedimentos perduraram até 1943.

A partir da segunda metade da década de 50, o ingresso de migrantes em São Paulo, através da Hospedaria, decaiu sensivelmente. Diante do novo quadro, o então Departamento de Migração e Colonização passou a atender não apenas migrantes, mas também a população indigente pois, segundo A. Jordão Netto, "aquela orientação de mandar a pessoa para o interior do Estado deixou de existir

AVANÇ

e as pessoas acabavam chegando e ficando pela capital mesmo”.

Esta frase, segundo nosso entendimento, constitui um verdadeiro divisor de águas no que tange à concepção do migrante por parte do Estado, que se materializa na criação da Secretaria da Promoção Social do Estado, no ano de 1967. Tanto assim que os serviços de migração, até então subordinados à Secretaria da Agricultura, foram integrados à nova Secretaria. Em um relatório do governo do Estado de São Paulo, referente ao período 1967-1970, publicado no ano de 1970, lê-se: “O mais simples exame das atribuições que a lei confere a este Departamento de Migrantes, confirma, plenamente, que o seu verdadeiro lugar é junto à Promoção Social”. Mais tarde, em 1971, o Departamento de Migrantes passou a denominar-se simplesmente DAIS-Departamento de Amparo e Integração Social.

Porém, para a nova rede que se estava montando, ainda faltava uma peça chave. Foi quando, em 1972, para estar à frente de todos os trabalhos da Secretaria da Promoção Social, foi criada a CETREN-Central de Triagem e Encaminhamento. Mas triagem e encaminhamento de quem?

Migrantes iguais, concepções diferentes

Grosso modo, a história do trato institucional dispensado ao migrante no Estado de São Paulo divide-se em dois momentos. O primeiro que vai da criação da Hospedaria e se estende até meados do presente século e, o segundo, de quando foi criada a Secretaria da Promoção Social até os dias de hoje.

O que distingue estes momentos? Os migrantes com suas características regionais, sua procedência? Não! A diferença deve ser buscada em outro nível, pois tanto os pobres italianos trazidos em navios de terceira classe, quanto os cearenses que desciam em gaiolas pelo rio São Francisco foram concebidos como braços indispensáveis para a lavoura paulista. Todavia, os mesmos cearenses que passaram a desembarcar na cidade de São Paulo a partir de meados do presente século para nela permanecer, em nada eram diferentes dos que os antecederam. Carregavam consigo os

mesmos sonhos, as mesmas carências e eram portadores de uma mesma qualidade - sua força de trabalho -. Mas o contexto já não era o mesmo, a agricultura do interior já não os absorvia e a cidade de São Paulo, em seu processo de expansão industrial e conseqüente urbanização, deixava a muitos recém-chegados à margem. Disso adveio uma nova concepção de migrante por parte dos que atuavam via instituição. E quem melhor a explicitou foi o próprio Antonio Jordão Netto ao declarar na entrevista acima referida: “O problema surgiu quando a migração deixou de ser solução para ser problema”.

A partir desta afirmação é que se compreende o chamado segundo momento. E foi por isso que o Departamento de Migrantes, quando criada a Secretaria da Promoção Social, foi a ela subordinado. E fica fácil também entender a razão deste Departamento passar a denominar-se DAIS. Pois, mais do que uma simples troca de nomenclatura, isso revela a mudança na concepção de quem é o migrante que passa pelas instituições. Mas a definição não se limita à concepção do migrante como um problema, na verdade há uma radicalização descendente que o coloca - nem sempre nos discursos, mas via de regra na prática - no patamar mais inferior da escala social, ele passa a ser confundido com o indigente.

Após 80 anos constando a palavra “migrante” em denominações de órgãos governamentais, este termo é substituído pela palavra “integração”. Ou seja, aquela mesma pessoa que antes era trazida a dinheiro passa a ser um desintegrado. Interessante observar que o migrante passa então a engrossar o rol das camadas da



Foto: Dirceu Cutti

população em estado de inadaptção social - a denominada clientela da Secretaria da Promoção Social - assim elencada: menores, migrantes, desempregados, mães solteiras, prostitutas, mendigos, velhice desamparada e vítimas de calamidades públicas.

Mas, o órgão da Secretaria que esteve à frente do atendimento ao “novo” migrante foi a CETREN. O que é a CETREN e qual a sua finalidade? Primeiramente vale dizer que ela foi e continua sendo entendida pelo senso comum como uma instituição destinada a acolher especificamente migrantes, tanto é que não raro vê-se esta sigla grafada com M e não com N. E para dar razão ao senso comum basta citar um dado de uma amostra da

“clientela” desta repartição, referente ao período de outubro a dezembro de 1976, a qual revela que 76,5% eram migrantes e apenas 23,5% não-migrantes (Netto, 1980). Ressalte-se, porém, que foram considerados como não-migrantes todos os que residiam na capital a contar dos seis meses com a intenção de nela permanecer, um critério que, se alargado, poderia ampliar significativamente a diferença constatada.

Contudo, diferentemente do que os dados acima apontam e do que o senso comum concebe, a Secretaria da Promoção Social instituiu a CETREN não para atender migrantes, mas para triar carentes, dentre os quais foram enquadrados os que vivenciavam a condição de migrantes, que, no dizer de Carlos Vainer, “são portadores sim de carências, mas é a instituição que lhes imputa a pecha de carentes”⁴. Ou, como se observa no que foi dito a respeito do público da CETREN - “...a própria procura de recursos institucionais do Estado representa, num certo sentido, a aceitação de sua condição de marginais...” (Netto, 1980, p.58) -, há uma tendência em conceber os que sofrem de maneira mais aguda os problemas da sociedade como responsáveis por sua condição social. Numa expressão extremada, diríamos que há uma tendência em transformar a vítima em algoz de si mesma.

Com isso, a CETREN, por ironia da história, acabou em grande medida desempenhando um papel contrário ao da Hospedaria - de subsidiar, mediante a farta distribuição de passes ferroviários, a saída de migrantes -, em outros termos, o afastamento de carentes.

O surgimento da AVIM

Por iniciativa do então seminarista Alberto R. Zambiasi, membro da Congregação dos Missionários Escalabrinianos, fundada em 1887 com a finalidade de atender aos italianos que emigravam para a América, surgiu em São Paulo, no ano de 1974, a AVIM-Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes.

Partindo de uma outra concepção de quem é o migrante - uma pessoa humana portadora de direitos, um batalhador valente que deixa o campo, sobretudo do

Nordeste para arriscar uma vida melhor na cidade, como vítima da seca e do latifúndio - a AVIM propõe-se a desenvolver um trabalho que possibilite uma melhor integração do migrante em seu novo lugar de destino, a periferia da cidade de São Paulo.

Com sua sede estabelecida no Ipiranga, um bairro tradicional de classe média, os membros da Associação desenvolviam seu trabalho em bairros da distante periferia, principalmente das Zonas Sul e Leste da cidade. Através dos clubes de mães existentes nas Comunidades Eclesiais de Base, reuniam em especial jovens recém-chegados com os quais desenvolviam cursos profissionalizantes visando sua inserção no mercado de trabalho, além de palestras de cunho formativo visando sua integração na cidade através do convite à participação nas Comunidades.

Dez anos mais tarde, já tendo transferido sua sede para a Várzea do Glicério, próximo ao marco zero da cidade, por coincidência ao lado da rodoviária dos nordestinos instalada provisoriamente nos baixos de um viaduto, os membros da Associação começaram a ter contato não só com os migrantes que ao chegar se dirigiam às periferias distantes, mas também com aqueles que acabavam tendo como destino a portaria da CETREN.

O novo contexto impôs à Associação novas práticas. A primeira delas foi o trabalho da ronda noturna. Os voluntários percorriam os terminais rodo-ferroviários da cidade onde recolhiam os que chegavam sem saber para onde ir e os encaminhavam para as instituições que lhes dispensavam atendimento. A CETREN constituía-se no destino de muitos.

AVIM

Uma casa de acolhida e encaminhamento de migrantes

Os desafios impostos à AVIM pelo novo contexto, somados à má fama dos serviços prestados aos que passavam pela CETREN, fizeram com que a Associação, a partir de 1980, começasse ela mesma a acolher migrantes recém-chegados e/ou em trânsito em sua própria sede. Para se ter uma idéia de como era o atendimento

dispensado pela CETREN, basta dizer que houve um período em que funcionários públicos estaduais para lá eram transferidos a título de castigo. Ou então mencionar o que nos disse o prof. Carlos Vainer num encontro mantido com nosso grupo de estudos, ao reproduzir uma conversa ocorrida entre um pesquisador e um guarda de um terminal de desembarque em São Paulo⁵. O pesquisador perguntou ao guarda para onde ele encaminhava os migrantes que o procuravam. Este respondeu que os encaminhava para a CETREN e para a AVIM. Quis saber também o entrevistador se ele tinha algum critério que norteava o encaminhamento para uma ou outra instituição, ao que este respondeu: “Eu olho as pessoas e quando vejo que é alguém que precisa de carinho, eu mando para a AVIM; na CETREN, a pessoa precisa de mais estrutura para aguentar o tranco”!

A partir de 80, portanto, as demandas apresentadas pelos serviços de acolhida de migrantes por parte da AVIM, que requeriam como contrapartida um encaminhamento, muito rapidamente absorveram todo o potencial da entidade e os trabalhos desenvolvidos nos bairros da periferia distante deixaram de ser realizados. Com esta mudança radical sofrida pela Associação, a cidade de São Paulo passou novamente a contar com uma instituição voltada especificamente para o atendimento de migrantes.

AVIM

Um albergue a mais?

A Associação, que num determinado momento chegou a contar com 250 sócios voluntários; que lançou o jornal “O Migrante”, com 13 edições; que pleiteou a instalação de cabines de recepção de migrantes junto aos maiores terminais de desembarque; que cogitou a possibilidade da criação de uma agência de empregos e, que, entre outros objetivos e planos iniciais sonhou em ramificar-se para outros Estados, viu-se, a partir do ano de 1986, reduzida aos trabalhos da sede e ao Posto de Recepção instalado junto ao Terminal Rodoviário do Tietê, sob o comando efetivo, em que pese haver sempre um padre destinado para acompanhar a entidade, de apenas duas pessoas, perdendo assim o caráter de Associação.

No tocante ao atendimento, a casa com capacidade para 150 leitos chegou até a abrigar 300 pessoas, prejudicando sensivelmente a qualidade dos serviços prestados. Diante do novo quadro, rapidamente a AVIM passou a ser identificada como sendo um albergue a mais existente na cidade.

Frente ao ocorrido, surge a indagação: teria a AVIM simplesmente abandonado seu ideário inicial ou teria ela, a partir do momento em que se transformou em instituição de atendimento a migrantes, passado a trilhar uma rota que a conduziria às práticas e filosofia de trabalho da instituição albergue?

O que revelam os dados

Um indicativo da performance assumida pela AVIM encontra-se nos próprios registros da entidade. Passemos então a verificar o que nos mostram os dados⁶.

A primeira constatação diz respeito ao constante crescimento do número de atendimentos. Enquanto a amostra referente ao ano de 1985 equivale a 7,5% do total, a de 1992 (1º semestre) foi superior a 18,0%. Este dado, por si só, vai na contra-mão das últimas indicações censitárias que apontam não apenas uma diminuição do tradicional fluxo de migrantes em direção à capital paulista, bem como a apresentação de saldo migratório negativo. Até que ponto é possível cotejar indicações censitárias com os dados da AVIM, foge ao mérito deste artigo. Entretanto, estes simples dados por si só já provocam um questionamento quanto à própria instituição, ou seja, a quem ela atende? Ou, melhor dizendo, qual foi a evolução do perfil dos atendidos pela AVIM no período em questão?

Primeiramente vale informar alguns dados mais gerais referentes ao período como um todo. Em termos de procedência⁷ por regiões, a maioria absoluta (53%) disse estar vindo da própria região Sudeste e, em segundo lugar, com significativa diferença (27%), declararam proceder da região Nordeste. Segundo o gênero, 69% eram do sexo masculino e, no tocante às faixas etárias, 58% apresentaram idade entre 21 e 40 anos. Outro dado geral reporta-se ao que a instituição denominou como "problema apresentado". Do total,

52,3% declararam motivos referentes ao trabalho e, em segundo lugar, 17,6%, encontram-se os que responderam estar em trânsito. Depreende-se disso o perfil predominante dos assistidos pela AVIM: pessoas do sexo masculino, em plena idade produtiva, procedentes da região Sudeste e em busca de trabalho.

Porém, informações relevantes fogem totalmente ao caráter dos dados mais gerais. Por isso, passemos a observar algumas especificidades a partir da frequência dos dados.

De acordo com informações que tomam como base de leitura a frequência do quesito "acompanhantes", constatamos que o dado geral referente aos acompanhados com familiares é da ordem de 43%, contra 47% dos não acompanhados, uma diferença relativa insignificante. Porém, um simples piscar de olhos na evolução dos dados faz-nos perceber como estes índices falseiam a dinâmica que se apresenta ao longo dos anos. Os resultados por nós obtidos revelam nitidamente, por um lado, um crescimento constante dos atendidos na condição de desacompanhados, passando de 42% em 85 para 55% em 91 e, por outro, uma diminuição daqueles acompanhados com familiares, de 56% em 85 para apenas 32% em 91.

Em termos de regiões, a mesma observação dos dados revela novas particularidades. Verifica-se, por exemplo, para a região Sudeste, que de 85 a 88 havia uma prevalência dos que chegavam à AVIM acompanhados com familiares em relação ao desacompanhados. A partir de 88, entretanto, esta relação não apenas se inverte, mas cria uma defasagem muito acentuada, chegando o número dos não acompanhados, no 1º semestre de 92, a ser praticamente três vezes superior ao dos acompanhados com familiares. A região Nordeste, por sua vez, apresentou superioridade para os acompanhados com familiares até 1989 e daí em diante uma relação de equilíbrio entre uns e outros. O maior índice relativo dos acompanhados com familiares pertence à região Nordeste (52,6%) e o menor à região Sudeste (39,7%).

Igualmente chama a atenção, ainda no tocante à variável "acompanhantes", os que chegaram à AVIM acompanhados por

terceiros, apresentando um crescimento permanente, passando de 2% em 85 para 13% em 91 e 18% no 1º semestre de 92. Quanto a estes, o desdobramento por nós efetuado para o item trabalho do problema apresentado, revelou que 24% declararam como motivo de estarem na instituição a perda do emprego, sendo que em 85 este percentual era de apenas 10,1%, e em 91 elevou-se para 33,5%. Estes dados apontam para a possibilidade de que uma parte destes grupos seja formada por pessoas que, ocupando o mesmo emprego, ao serem despedidas viam-se também desprovidas de moradia e juntas acabavam procurando abrigo na Instituição. Ou seja, sua crescente presença pode ser reflexo direto do aumento do desemprego.

Outra variável da pesquisa para a qual queremos chamar a atenção diz respeito ao tempo de permanência. A média de permanência na casa para os que ficaram entre 1 e 5 dias foi de 38,3% e de 17,2% para os que ficaram entre 6 e 10 dias. Todavia, os que permaneciam pelo período mínimo caíram de 52,8% em 85 para 23,9% em 91 e, em contrapartida, o percentual dos que permaneceram entre 6 e 10 dias elevou-se de 10,4% em 85 para 27,3% em 91. Mas há um outro dado que merece atenção quanto a este quesito, é o percentual dos que ficaram sem resposta, ou seja, daqueles em que não constava no registro da entidade a data da saída, que foi de 36,4%, chegando a 50,5% no ano de 1990, contra 24,4% em 1985⁸. Este dado, em que pese o atenuante acenado, por si só é revelador da crescente precariedade do acompanhamento efetuado pela entidade junto aos atendidos. E esta afirmação encontra respaldo no índice dos "sem resposta" verificado no levantamento posterior dos dados referentes ao ano de 1996, consoante à variável "acompanhamento", que foi da ordem de 95,4%. Por sua vez, as colunas do tempo de permanência de 1 a 5 dias e de 6 a 10 dias revelam a crescente dificuldade com que se defronta a instituição no tocante ao encaminhamento das pessoas atendidas.

Olhando para estes números, duas explicações aparecem como plausíveis. A primeira de que a AVIM, além de sofrer diretamente os reflexos do que ocorre no campo da migração, sofre antes os reflexos do que ocorre na sociedade mais geral e,

em consequência direta disso, aí estaria a segunda possível explicação, a de que a AVIM passou a atender um número cada vez maior de moradores de rua da cidade, os quais buscam o abrigo da Instituição de acordo com suas conveniências, fazendo do espaço da AVIM um lugar apenas de pernoite a mais.

Aliás, os dados referentes ao item procedência reforçam estas afirmações. Considerando-se o grande peso da região Sudeste, com 53% do total, cuja participação mostrou-se ascendente, de 50,3% em 85 para 58,8% em 91, há que se mencionar que o Estado de São Paulo sozinho respondeu por aproximadamente um quarto do total dos atendimentos (34,1%), dos quais 41,0% declararam como procedência a própria capital.

Ainda quanto à procedência, por Unidades da Federação, em 2º lugar, mas bem abaixo de São Paulo, encontra-se o Estado de Minas Gerais com 13,2%, seguido do Paraná com 8,4%, Pernambuco com 8% e Bahia com 7,2%, perfazendo juntos um percentual de participação do público pesquisado de mais de 70%. Destas Unidades da Federação, além de São Paulo, a única que apresentou crescimento foi a Bahia.

Por último, uma observação quanto aos que apresentaram como problema o fato de estarem em trânsito, 17,6% do total. Destes, no ano de 85 consta que 62,5% seguiram viagem, contra apenas 27,1% que o fizeram em 91. Isso pode estar apontando para uma crescente indefinição quanto ao destino dos que caem na dependência das redes institucionais de apoio.

Considerações finais

A partir do que os próprios dados revelam e das informações obtidas através das entrevistas realizadas com representantes e funcionários da AVIM, praticamente unânimes em afirmar que no começo a instituição recebia grande número de migrantes, mas ultimamente estes constituíam uma minoria, duas considerações cabem ser feitas.

A primeira delas vem corroborar uma suspeita que surgiu logo no início de nosso trabalho de pesquisa, qual seja, de que a AVIM estivesse atendendo um número significativo de moradores de rua da própria cidade, que segundo dados de uma

pesquisa efetuada em 1991 junto a esta população, a maioria declarou ser originária da própria região Sudeste, sendo 30% nascidos no Estado de São Paulo. (Vieira, 1992). Este dado também sinaliza na direção de que a AVIM se transformou num albergue a mais. Mas, principalmente, confirma que a concepção de migrante foi também subvertida. Os objetivos iniciais da AVIM sucumbiram e, novamente, o conceito de carente passou a ser o filtro por onde toda a atuação da entidade passou a fluir, reduzindo com isso a especificidade migratória a um ingrediente a mais, entre tantos outros, presente na instituição. E quem verbalizou esta concepção foi um membro da própria direção da entidade quando, na entrevista, fez uso reiterado do termo "coitados" ao se referir ao público atendido.

A AVIM transformou-se, nitidamente, numa caixa de ressonância dos problemas da sociedade, revelando-se impotente para salvar uma identidade própria.

"Clientela", "carentes", "marginais", "indigentes", "coitados", são expressões que há tempo recaem previamente nos ombros daqueles que em suas sofridas andanças ingressam na malha institucional.

A distinção que resta fazer entre os papéis desempenhados pela CETREN e pela AVIM é de que a primeira foi de encontro ao migrante partindo da ótica do carente e a segunda foi de encontro ao carente partindo da ótica do migrante.

**Dirceu Cutti é integrante da equipe do Centro de Estudos Migratórios e membro da atual diretoria da AVIM.*

NOTAS

(1) O presente texto foi elaborado a partir dos resultados da pesquisa "As Práticas Institucionais de Acolhimento de Migrantes na Cidade de São Paulo", que vem sendo realizada por um grupo aberto de estudo sobre migrações, coordenado pelo Centro de Estudos Migratórios e pelo Laboratório de Geografia Urbana do Dpto. de Geografia da USP, sob a orientação do Prof. H. Dieter Heidemann. Neste sentido, o mérito das informações são devidas ao grupo, porém as afirmações contidas no texto são de inteira responsabilidade do autor.

(2) Até 1938, a Legislação brasileira apenas considerava como imigrante o estrangeiro que chegasse a um porto do Brasil viajando de 3ª classe.

(3) As informações que se seguem têm como base uma entrevista com o prof. Antonio Jordão Netto, realizada pelo grupo de estudo acima referido, na sede da Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social do Estado de São Paulo, aos 17 de agosto de 1995, complementadas com a leitura dos Boletins do Dpto. de Imigração e Colonização, além de fontes escritas da

Secretaria da Promoção Social do Estado.

(4) Palestra proferida em Ribeirão Preto aos 24/6/96.

(5) Conversa mantida pelo grupo de estudo com o prof. Carlos Vainer em São Paulo, na sede do CEM, aos 9/6/1993, ocasião em que expôs os resultados de uma pesquisa por ele coordenada. (Vainer, 1982)

(6) Um dos itens contemplados na pesquisa diz relação ao estudo dos registros mantidos pela AVIM, dos quais a parte atinente ao levantamento e tabulação dos dados já foi levada a termo. Através de um rastreamento pormenorizado envolvendo desde o mês de janeiro de 1985 até o mês de junho de 1992, constatamos a passagem pela AVIM de 43.923 pessoas. Deste total, extraímos uma amostra de 2601 casos, o que corresponde a 5,9% do total do universo pesquisado. Num momento posterior, procedemos a um novo levantamento com base nos registros de 1996 no sentido de observar se algumas tendências verificadas ao longo do tempo sofreram alterações.

(7) A AVIM não coletou a informação quanto à origem das pessoas.

(8) Este fato merece um esclarecimento: As informações referentes ao tempo de permanência na casa, bem como consoante ao encaminhamento, são colhidas no ato em que a pessoa atendida deixa a Instituição e não no momento da sua chegada. Como as pessoas deixam a casa na parte da manhã, em bloco, o controle da saída apresenta fragilidade e, pelo que pudemos depreender, a grande lacuna dos sem resposta poderia estar ocorrendo em virtude dos que utilizam a casa apenas para o pernoite.

(9) A informação quanto a este item apresenta os mesmos problemas observados na nota anterior; 28,7% encontravam-se sem resposta.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Creusa et Alii
(1985) *O Migrante nas CEBs e na CETREN - Uma análise crítica da problemática e da atuação do Serviço Social*. Faculdade Zona Leste de São Paulo, mimeo.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO / SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL
(1970) *Relatório das Atividades do Departamento de Migrantes durante o período de 1967-1970*. (mimeo)
- NETTO, Antonio Jordão
(1980) "Migrações e Formação de Populações Marginais em São Paulo". *Cadernos PUC, Ciências Sociais*, nº 2. São Paulo, EDUC, Cortez Editora, pp.37-58.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
(1937-1952) *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, n.ºs. 1,2,3,4,5 e 7. São Paulo.
- SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL
(1976) *Documento Técnico nº 1 - Diretrizes, o que faz, como atua através das Regionais*. São Paulo, Divisão de Divulgação e Relações Públicas da Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo, pp. 5-21.
- SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL
(1970) *Bases para Definição Operacional da Secretaria da Promoção Social*. Governo Abreu Sodré. São Paulo, Oficina do Ensino Profissional do Instituto Modelo de Menores.
- VAINER, Carlos Bernardo
(1982) *Políticas e Estruturas de Acolha de Migrantes nas Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo - Análise Comparativa*. Série: Relatórios de Pesquisa Nº 1. Rio de Janeiro, PUR/UFRJ.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa et al. (Org.)
(1992) *População de Rua: Quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, Secretaria Municipal do Bem-Estar Social - Prefeitura de São Paulo/Hucitec.

O PEIXE E A REDE

O Migrante e o Albergue no Discurso dos Responsáveis e Funcionários da AVIM

*Sidnei Marco Dornelas**

A expressão que dá título a este artigo foi utilizada várias vezes pelo grupo de pesquisa que se formou para estudar as práticas institucionais de acolhimento de migrantes na cidade de São Paulo.¹ No início ela parecia sintetizar uma hesitação do grupo de pesquisa entre colocar o seu foco de interesse no migrante que estava sendo “acolhido” ou na instituição que se pretendia “acolher” os migrantes.² Aos poucos percebeu-se que a expressão, na verdade, revelava muito mais sobre a complexidade do objeto de análise. Percebeu-se que não se poderia estudar o migrante sem levar em consideração o modo como a instituição o representava concretamente, o atendia e julgava a sua situação; como também o modo pelo qual ela se representava a si mesma, no seu papel de acolher migrantes e na sua estruturação como instituição.

Desde o início o pólo de interesse era o migrante que estava sendo atendido pela instituição, ou seja, o “peixe”. No entanto, o “peixe” que será conhecido, será necessariamente aquele que a “rede” permitir que seja apanhado (ou que se deixará apanhar por esta “rede”). Por outro lado, a “rede” só pode ser entendida na sua função de apanhar peixes: a sua justificação se encontra justamente na prática de apanhar “peixes”, ao custo de que os outros “objetos” que caírem nela sejam confundidos com “peixes”. Assim, o “peixe” que será efetivamente abordado, será aquele que a “virtualidade” das malhas

da “rede” permitirão efetivamente conhecer. O conhecimento sobre aqueles que são atendidos pela instituição passa necessariamente pelo filtro das representações daqueles que dão existência real a esta instituição. Interrogando aqueles que formam concretamente esta “rede”/instituição - aqueles que tentam lhe dar uma justificação e orientá-la, que a dominam, que a controlam, que são concretamente as suas malhas - surgem várias questões, que não deixam de suscitar espanto até mesmo nos próprios agentes. Que “peixe”/migrante é este que se encontra nas malhas desta “rede”/instituição (se tanto é que ele seja realmente um “migrante”)? Como se realiza o atendimento dentro desta instituição? Como cada agente vê a sua atuação dentro e fora da instituição? Que significado ela reveste? Como se constituem as relações que dão existência a esta instituição, na qual ela se insere e se deixa refletir ou confrontar? Como, desta forma, ela ensaia uma definição de si própria?

Essas são algumas interrogações que orientam este pequeno trabalho. A mútua imbricação entre “o peixe e a rede”, entre a instituição que pretende “acolher” e o atendido, nesse sentido, subjaz a proposta de se estudar o “imaginário” dos agentes que atuaram e fizeram funcionar a instituição AVIM (Associação dos Voluntários pela Integração do Migrante), entre os anos de 1989 e 1992, a partir do seu discurso tal como foi coletado por entrevistas concedidas aos integrantes do grupo de pesquisa. Nelas verificar-se-á como esta

mútua imbricação se manifesta no “imaginário” dos agentes, como um elemento sempre se remete ao outro, configurando aquilo que seria realmente aquela instituição naqueles anos.

OS AGENTES ATUANTES NA INSTITUIÇÃO

Antes de discorrer propriamente sobre o conteúdo do discurso dos agentes, faz-se necessário contextualizar a instituição em questão, a realização das entrevistas, os entrevistados propriamente ditos, bem como a sua condição social e seu lugar dentro e diante desta instituição. Particularmente importante é verificar como eles percebem a sua relação peculiar com a instituição, que significação ela assume. A AVIM é uma associação de voluntários, sem ligação estatutária com qualquer órgão do Estado, mas que teve a sua fundação e mesmo o seu funcionamento apoiado pelos padres ligados à Pia Sociedade de São Carlos³. Com recursos limitados, ela recebe uma subvenção da Prefeitura e é levada à frente por um grupo limitado de pessoas, assumindo concretamente a forma “albergue”, sobretudo do início dos anos 80 em diante. Foram quatro as entrevistas realizadas com algumas dessas pessoas, ocorridas entre os anos 1992 e 1996. Elas não aconteceram com o objetivo da realização específica de um artigo como este, mas sim como um meio de se obter informações para o andamento da pesqui-

sa no seu aspecto mais geral. Nesse sentido, elas não foram direcionadas com a intenção de responder às questões que aqui se colocam, mas estiveram condicionadas por um determinado momento histórico e pelo estágio mais ou menos avançado da pesquisa. Dessa maneira, o entrevistado Adão foi chamado numa etapa bastante inicial da pesquisa em que se buscava informações bastante generalizadas sobre a AVIM e sua atuação⁴. No momento em que houve o contato com a entrevistada Dinah, entretanto, o grupo já estava numa fase mais avançada, e tinha um foco de interesse bastante específico sobre os livros de registro do albergue, sobre o seu modo de preenchimento e os encaminhamentos que eram dados. Os entrevistadores foram sempre diferentes em cada ocasião, mantendo porém um perfil básico comum (a base sempre foi o grupo de pesquisa CEM/USP). No entanto, o contexto de tempo e espaço em que as entrevistas se deram também apresenta diferenças. Além delas terem acontecido

de maneira espaçada no tempo, os locais e o volume de público foi diferente em algumas ocasiões. Por exemplo, o entrevistado Benedito falou a dois integrantes do grupo numa sala fechada, enquanto a entrevistada Carmem foi convidada a falar num espaço mais aberto e para um público um pouco mais largo do que o grupo de pesquisa. Apesar desses fatores condicionarem o modo como a entrevista se deu e o modo como o seu conteúdo foi exposto, eles não chegaram a inibir a manifestação dos entrevistados, havendo momentos em que houve declarações até mesmo surpreendentes, na medida em que revelaram mais profundamente o modo como se dava o funcionamento da instituição através dos seus agentes.

Caberia então conhecer mais de perto aqueles que foram os entrevistados e como eles se apresentam a si próprios ao longo da entrevista. Sendo uma instituição civil, autônoma, mas com fortes laços ligando-a a uma entidade da Igreja Católica, o grupo foi levado a entrevistar inicialmente o

padre que a acompanhava mais de perto. O entrevistado Adão, que concedeu a entrevista em dezembro de 1992, era o **padre** responsável pela instituição, possuindo um cargo próprio definido pelo estatuto, o de "superintendente", que acompanha o seu andamento em nome da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos. Como se tratava de alguém de educação de nível superior, o seu discurso é mais elaborado sobre a instituição, seus objetivos, sua atuação e seus problemas, refletindo assim a sua condição de padre e intermediário entre diferentes entidades.

O entrevistado Benedito, que falou ao grupo em outubro de 1993, veio do Ceará, possuía uma educação do nível básico incompleta e era conhecido como o **porteiro** do albergue. Depois de alguns anos em São Paulo, passando por alguns infortúnios, entrou na AVIM como albergado, sendo convidado meses depois para ser funcionário da casa. Pelo que declarou, tinha como função controlar não só quem entrava e saía, mas também manter a disciplina

Foto: Arquivo da Pastoral dos Latinos/SP



interna da instituição, bem como ajudava em diversas tarefas necessárias para o seu funcionamento cotidiano.

Já a entrevistada Carmem foi ouvida em maio de 1995, é professora na sua ocupação de origem e tinha uma posição chave dentro da AVIM, pelo fato de ser considerada uma de suas fundadoras, junto com o padre que teve a inspiração original de sua criação. Depois da morte desse padre, tornou-se praticamente aquela que encabeçava e orientava o funcionamento diário do albergue. Por isso, entre outras coisas, é apontada também nas outras entrevistas, com exceção de Adão, como a “fundadora” e procurava fazer-se respeitar como tal.

Enfim, o encontro com a entrevistada Dinah aconteceu em maio de 1996, e é a única que foi chamada de fora da instituição e contratada para exercer uma função específica, como **assistente social**. O motivo teria sido que, para se obter o convênio junto à Prefeitura, uma das exigências avançadas fora a de que a instituição tivesse uma assistente social. Possuindo este referencial empregatício claro e consciente da função que exercia, no seu discurso ela discorreu sobre as suas tarefas específicas no funcionamento da instituição, como o preenchimento dos livros de registro, da planilha e encaminhamentos a serem feitos - isto, inclusive, como já foi referido, por demanda do próprio grupo de pesquisa.

Depois de conhecer melhor quem são as pessoas entrevistadas, pergunta-se agora como cada agente, no seu discurso, percebe o seu posicionamento frente à instituição e como se situa dentro dela. O que ela significa para cada um deles? Como representam o caminho que os colocara em relação a ela? Em que termos se coloca esta relação entre o indivíduo entrevistado e a instituição em que atuavam? Adão, na sua condição de padre, trata a instituição como a “obra”. É a partir de um discurso idealista, moral e religioso que ele interpreta a sua situação. Em função da sua vocação e compromisso religioso com a Congregação de que faz parte, ele foi enviado a trabalhar nesta “obra”. Nesse sentido, ele apresenta um discurso ideal daqueles que seriam os objetivos

originais da instituição, o seu projeto mais genuíno, bem como o significado de sua inserção (“solidariedade”, “presença sensível”, “profética”). Declara isso a todo momento, embora constantemente faça o contraponto, com uma consciência aguda da situação real e problemática em que se encontrava o albergue.

Por outro lado, Benedito cita muito poucas vezes a palavra “AVIM”, geralmente para se referir ao lugar onde morava e trabalhava. O mal-estar de se viver e trabalhar em tal lugar é referido quando fala de suas primeiras impressões sobre o albergue: “*Fiquei até com medo, pensei que era uma cadeia*”. Quando se trata de falar de sua permanência ali, apesar deste mal-estar e dos constantes contratempos, e de como se relacionava com a instituição, ele menciona sempre seu trato com o diretor responsável pela gestão econômica do albergue⁵. Numa situação de permanência instável, tentativas de sair e um cotidiano marcado pela violência, percebem-se os sinais de uma relação em que predomina o **clientelismo**, onde as relações pessoais com o chefe (ou “*a chefia*”) se sobrepõem às relações de caráter mais funcional.

No sentido oposto se encontra Dinah, que como contratada, apresenta uma consciência extremamente clara de sua situação de funcionária e de sua qualificação no interior da instituição. Nesse sentido, a AVIM era para ela **local de trabalho**, e ela deveria prestar contas de seu serviço para a diretoria (a “*parte administrativa*”), bem como para a Prefeitura e se relacionar com as outras instituições (e suas administrações, assistentes sociais, etc). No seu caso, apesar de seu relacionamento bastante próximo com Carmem, as relações funcionais se sobrepõem às relações puramente pessoais de subordinação.

Já Carmem merece um pouco mais de atenção, pelo fato de ser reconhecida e se fazer respeitar como a “fundadora”. Juntamente com Adão, possui também uma consciência bastante clara dos objetivos da instituição. Ao contrário dele, porém, não possui um discurso idealista e abstrato destes objetivos, mas os situa nas tarefas mais básicas do cotidiano do albergue. Para ela tratava-se de conversar, orientar, dar alimentação, cuidar dos “*velhinhos*”,

assegurar a “*mamadeira*” das crianças, pois a AVIM era uma “*casa de acolhida*”. Apesar dessa consciência dos objetivos da instituição, o seu discurso parece algo conformado, azedo, ressentido contra outras instituições, possíveis “*voluntários*” ou parceiros na condução da instituição. Parece também um discurso pouco condescendente com aqueles que seriam os atendidos pela instituição. Sob a marca do ressentimento, ela não só justifica as precárias condições de funcionamento do albergue, mas se apresenta como a única (e legítima) herdeira daquilo que teria sido o projeto inicial da AVIM. Ela seria aquela que estaria sustentando a AVIM (com ajuda do diretor econômico) e a única que teria autoridade de falar em nome desta instituição. Quando fala de sua motivação pessoal, Carmem exprime a sua ligação afetiva, e mesmo possessiva com a instituição que ajudou a fundar, e que tinha para ela tanta importância quanto sua própria família. Era como se fosse seu próprio **filho**:

“Eu acho que a AVIM é como um filho meu; eu tenho três filhos, eu tenho netos, tudo. Mas eu acho que a AVIM é como um filho meu. Como eu fui fundadora tenho aquele amor. (...) Eu vou todos os dias. Na minha casa, se vem visita, é até duas e meia; são meus filhos, almoçam de domingo e já sabem. Todo mundo já entende que quando for três e meia eu tenho que estar na AVIM. É o amor que faz, aquilo lá é como um filho meu, que eu não dou pra ninguém enquanto puder. Não deixo ninguém pegar.”

A partir desse quadro preliminar, já podemos observar que devemos manejar com cuidado o termo “*instituição*” quando se trata da AVIM. Percebe-se como os poucos agentes que atuavam no seu interior apresentam visões díspares sobre o significado da instituição e de sua própria presença no seu interior. Pode-se suspeitar que este quadro já indique o modo como se organizava o espaço interno da instituição, o modo como ela se situava frente às outras instituições com que devia se relacionar na sua prática cotidiana, e o modo como definia e tratava aqueles que são atendidos nas suas dependências, entre os quais talvez haja o migrante.

A INSTITUIÇÃO (OU A "REDE")

Na tentativa de se perceber através das entrevistas como se estruturava a instituição e como era organizado o seu espaço interno e se dava o seu funcionamento, uma das primeiras impressões que se teve foi a de que se tratava de uma "instituição" onde o seu caráter mais formal, que nos faz defini-la como tal, não se apresentava bem delineado. A impressão que se tinha era a de uma entidade sem "espinha dorsal", onde as relações pessoais se sobrepunham às relações formais e funcionais. Estas, por sua vez, não se estruturaram suficientemente, seja pelo tamanho reduzido da instituição, seja pelo modo como nasceu e se desenvolveu ao longo do tempo. O que parece predominar é um arranjo de relações pessoais que asseguravam o funcionamento do albergue e a sua continuidade ao longo do tempo: relações afetivas-matriarcais, de clientelismo, de assistencialismo e dependência. Nesse sentido é que os agentes em questão parecem não possuir uma idéia clara e unânime sobre a finalidade da AVIM. Todos parecem saber que ela se destinava aos migrantes, porém com uma idéia muito precária de quem eram esses migrantes e se o trabalho da instituição estaria realmente voltado para eles. Com exceção de Adão, todos parecem de tal maneira absorvidos pelas tarefas diárias do albergue que colocam estas questões em segundo plano. Somente Adão faz uma reflexão crítica e explícita sobre a forma "albergue" de atendimento, contrapondo-a àquilo que deveria ser um plano de objetivos originais da instituição. Assumindo como seus esses objetivos, analisa o modo como tem funcionado o albergue, e se colocando na posição de "planejador", de alguém que deve "gerenciar" o projeto, repete por várias vezes qual seria a sua principal carência: "recursos humanos". Esta contraposição constante entre o ideal que ele desejaria, e a realidade do albergue - feita de improviso, violência, precariedade, miséria - é uma constante na sua entrevista.

No entanto, em todas as entrevistas podemos colher impressões destes agentes sobre as outras instituições da qual dependia a AVIM, e com as quais ela devia

obrigatoriamente se relacionar (e por conseguinte, eles próprios). Impressões essas que se somam àquelas outras que eles elaboravam sobre o cotidiano do albergue, com sua rotina diária, seus problemas mais frequentes, suas normas, e os meios de registro e regulação da disciplina. Ao longo destes relatos a própria instituição "AVIM" vai ganhando um rosto próprio, assim como aquele que vem sendo atendido dentro de suas estruturas.

As instituições com que se relaciona a AVIM

Ao longo das entrevistas, os agentes eram chamados a comentar sobre as outras entidades com as quais a AVIM se relacionava, seja por demanda dos entrevistadores, seja por vontade própria, espontaneamente. Nestas declarações, existe uma contraposição desta instituição com respeito às outras, onde uma relação tensa feita de oposição, dependência e autonomia relativa, parece surgir de forma mais ou menos nítida. A partir destas contraposições, de conflito intestino, no discurso dos agentes, a AVIM estaria encontrando uma redefinição de sua atuação e identidade enquanto instituição. Escolhemos três das mais citadas, e também das mais importantes: com a Congregação/Igreja/padres; com a CETREN⁶; e com a Prefeitura.

A relação da AVIM com a Congregação (a Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos) com certeza deveria ser a mais determinante das três, já que vem bem explicitada no estatuto e está ligada à sua fundação e à utilização do espaço físico de uma paróquia do centro de São Paulo. Entretanto, com a exceção óbvia de Adão, ela é pouco ou nada mencionada nas outras entrevistas. Dinah não a cita uma vez sequer, e Benedito se refere apenas a este ou aquele padre como alguém com que se dava bem e o ajudou, ou que antipatizava. Adão menciona o longo trabalho que teria feito entre os dirigentes e funcionários da instituição no sentido de humanizar o relacionamento entre eles, e principalmente com aqueles que são atendidos pelo albergue. No entanto, os outros entrevistados não fazem qualquer referência a tal ação. Há um momento, pelo contrário, em que Benedito comenta, como que para valorizar

o seu "chefe", o dia em que este desabafou diante dos padres... Teria sido um momento de enfrentamento direto em que uma situação de conflito latente manifestara os seus sinais. É nesse sentido que podemos perceber em Carmem considerações um tanto quanto veladas sobre um relacionamento conflituoso entre a direção da AVIM e membros da Congregação (ou mesmo com a própria). Podemos perceber isso em determinado momento da sua entrevista, quando se lhe pergunta se existiam outras entidades que ajudavam a AVIM, além da Igreja. Neste momento ela inicia uma crítica áspera àqueles que se dizem ajudá-la, com doações ou através do voluntariado. Num discurso marcado pela desilusão e o ressentimento, faz a crítica de qualquer forma de voluntariado. No entanto, é no início da entrevista, quando fala dos primórdios da AVIM, que fica mais explícita essa relação de confronto com a Igreja, e sua "sensação" de autonomia em relação a ela. Nesta sequência, os verbos dizem por si só do distanciamento deles como associação de leigos, com respeito aos padres da Congregação:

"No início nós alugamos uma sede mas, essa sede, era muito pequenininha; quando esse padre se ordenou, foi-nos cedida, aí no prédio da Congregação, duas, três salas para o início do trabalho. Nós começamos ali a trabalhar, trabalhar e depois fomos pegando o espaço da Congregação, fomos roubando o espaço da Congregação. Hoje nós temos 250 leitos..." (grifo nosso)

Assim, podemos perceber indícios daquilo que seria um conflito, feito de oposição e de complementariedade, já muito estudado em sociologia religiosa, entre clero e leigos⁷. Parece que seja este o caráter desta relação contraditória entre a associação leiga, a instituição AVIM, e a Congregação: uma relação tensa, feita de um apoio declarado mas não realizado de fato; feita de concessões, de luta por autonomia e de disputas intestinas por espaços de influência. Tudo isto surge explicitamente verbalizado quando Adão trata de sua situação peculiar dentro da AVIM. Ele inicia comentando o fato dela ter nascido da generosidade carismática de um padre, e que depois da morte deste, teria sido

abandonada pela Congregação nas mãos dos leigos. Como ele diz, "ela nasceu um pouco órfã da Província", pertencendo à Congregação, e sendo ao mesmo tempo autônoma, por ser uma associação leiga, "com um grupo de leigos forte". A seguir, ele fala de sua situação:

"Eu percebi que realmente a minha presença lá era um dilema porque eu tava representando uma Ordem, eu tinha uma função e ao mesmo tempo nenhum tipo de poder decisório, pra direcionar um pouco e melhorar as linhas de ação, etc. Eu me senti como um sanduíche entre a diretoria da AVIM e a Congregação, que me enviou como representante seu, mas sem saber bem qual era a minha função. (...) Eu percebi três presenças na AVIM bem específicas: a presença disciplinar-administrativa, a presença funcional-técnica e a presença eclesial. E não tinha muita integração entre elas; cada uma fazia dele estanke. Eu tentei juntar as coisas, tentei humanizar o técnico, que era simplesmente frio, era cumprir ordem, e tentei humanizar também o disciplinar-administrativo. O importante era funcionar, era o número e, para mim foi um choque violento esta posição, esta presença dentro da AVIM." (grifo nosso)

Adão evidencia aqui a sua angústia de se sentir o intermediário entre duas instituições que se encontram numa situação latente de conflito, com o dever de consciência de defender os dois lados e ao mesmo tempo exercer o seu papel religioso de "humanizar". Nesse sentido a palavra "sanduíche" é extremamente sugestiva desta consciência aguda de sua própria situação dentro da instituição. Evidencia por conseguinte, este aspecto de instituição dotada de uma autonomia relativa em relação à Igreja, que gera toda uma sensação de ambiguidade com respeito à hierarquia de poder na sua gestão interna e mesmo na definição de sua identidade institucional, e que a expressão "associação leiga" acaba encobrindo.⁸ Esta ambiguidade explicaria a aparente ausência da influência da Igreja no funcionamento quotidiano do albergue, ou a enganosa sensação de plena autonomia e legitimidade exprimida por Carmem, assim como a posição indefinida em que se encontra Adão no gerenciamento de uma

instituição, em que ele seria talvez o único a refletir sobre a sua situação atual frente à proposta original. Logo, se pudermos chegar a uma primeira conclusão sobre como se caracterizaria a relação entre a Congregação e a instituição AVIM, diríamos que é uma relação ao mesmo tempo **contraditória e ambígua**. Isso porque, como associação leiga, ela se move no campo próprio das entidades da sociedade civil e nesse sentido ela não teria nenhum caráter propriamente religioso, ou este teria pouca ou nenhuma relevância - o que justificaria a omissão da Congregação na sua condução, ou pelo menos explicaria a sua hesitação em como se comportar frente a esta instituição. No entanto, as origens da AVIM, sua regulamentação estatutária, e mesmo a base de seu funcionamento (o prédio) estão ligadas à Congregação. Foi a inspiração de um determinado padre, seu idealismo, motivando certas pessoas através de seu relacionamento pessoal que levou à sua criação: esse idealismo ainda se percebe nas falas de Adão e Carmem. Esse caráter de relações pessoais, esse idealismo de fundo religioso, não impediram este padre de fazer um estatuto em que a Igreja e a Congregação são formalmente associadas à condução da instituição. Mesmo sendo uma associação leiga, onde os ditos "leigos" são os principais agentes (pelo menos em nível de funcionamento quotidiano), esta relação ambígua levou a Congregação a encarregar Adão de acompanhá-la, mesmo sem ter realmente qualquer poder de decisão, deixando-o na situação de um "sanduíche".

Quanto a uma segunda vertente de relacionamento institucional, durante as entrevistas, todos foram chamados a se expressar (ou se manifestaram espontaneamente) sobre as relações da AVIM com a CETREN. Como se trata de uma instituição pública com uma finalidade semelhante à da AVIM, atendendo basicamente o mesmo tipo de público (ou "clientela", no vocabulário das assistentes sociais), o que se percebe em todas as falas é algo próximo a uma relação de **concorrência**. Em quase todos existe uma constante atitude de comparação entre o que existe e se faz numa instituição e na outra, havendo a tendência de se sublinhar o lado negativo da CETREN e as "vantagens" da AVIM. Assim, Adão

fala da AVIM como uma casa de acolhida, onde existe liberdade e se incentiva para que com responsabilidade todos procurem a solução para seus problemas, embora sempre haja aqueles que não saibam usá-la, em comparação com a CETREN, uma instituição mais determinista, fechada, com os defeitos do desperdício e empreguismo das instituições públicas, além de obter resultados decepcionantes. Também Carmem fala da AVIM como uma casa de acolhida, que aceita todos, dá um mínimo de assistência e procura dar um primeiro "empurrãozinho"; já a CETREN não estaria aceitando ninguém, colocando uma série de condições para atender qualquer um, apesar de possuir mais espaço e acomodações. Esse comentário é reafirmado pelos outros entrevistados. Na verdade, ninguém desejaria ir para lá, essa é a opinião de todos, já que na AVIM se pode sair e na CETREN se fica preso. Dinah, na sua relação profissional constante com outras assistentes sociais, em particular da CETREN, é especialmente crítica, falando de um relacionamento difícil devido a uma "guerra de empurra" nos encaminhamentos entre as duas instituições. É somente Benedito que cita as vantagens da CETREN, apesar de sua intenção inicial de defender a AVIM: ele fala que lá existe uma "infinitudes de coisas", do conforto, da existência de uma creche, do "marmiteix" - em comparação ao "sopão" que é dado na AVIM.

Em todas essas declarações percebe-se o desejo unânime de se justificar o tipo de tratamento dado no quotidiano da AVIM, e o esforço em se afirmá-la como alternativa frente à outra instituição assistencialista. Seria talvez o caso de se arriscar uma suspeita, a de que haveria um "campo" de forças, um "mercado" concorrencial, próprio da área de atendimento assistencial. Isso, no caso da AVIM, talvez seja tanto mais forte porque desde as suas origens ela procurou se propor como uma instituição que buscava dar um atendimento mais humanitário ao migrante, possibilitando-lhe uma melhor inserção no contexto onde chegava, no caso São Paulo, ou no mínimo o melhor encaminhamento possível àquele que está de passagem pela cidade e passa privações. Nesta relação de "concorrência", a AVIM não

AVIM

deixa de procurar se redefinir de maneira positiva, mesmo na situação de extrema precariedade por que passa, e apresentar uma imagem positiva diante da sociedade em geral. Mesmo que na prática, os que são albergados percebam uma sensível diferença entre um "so-pão" e um "marmitex".

Por fim, a AVIM vê-se obrigada a relacionar-se com a Prefeitura, devido às suas necessidades de financiamento. Trata-se de uma relação de **dependência econômica**, que se transforma numa relação de **subordinação burocrática e política** frente aos órgãos públicos municipais,



Foto: Ana Cristina A. Nasser

tornando praticamente a instituição um albergue público: no limite, um "pernoite" a mais para a população de rua e desempregados sem moradia. A necessidade do convênio, conforme a opinião de vários entrevistados, se constitui numa das causas da deterioração do serviço prestado pela instituição. Segundo Adão, a Prefeitura se preocupa com o problema social como um todo, com todos os tipos de carentes, não havendo uma preocupação especial para com o migrante. Isso leva a um desvio da finalidade da instituição, a uma mudança da população atingida. Isto é confirmado por Benedito, para quem a Prefeitura só manda "maloqueiros", e também por Dinah, que diz que a Prefeitura, junto com os hospitais e outros órgãos públicos, vem distorcendo o trabalho da AVIM, na medida em que ela envia diariamente grupos de desempregados para serem alojados. Essa subordinação política se revela no cotidiano pela necessidade de Dinah elaborar mensalmente planilhas, assim como relatórios mais ou menos detalhados, sobre o pessoal albergado. Esse procedimento burocrático, junto a todo tipo de negociação junto à Prefeitura para se renovar o convênio, mostram como essa dependência econômica pode

se transformar em dependência e clientelismo político num plano mais geral.

É através de Benedito que pudemos perceber o peso dessa dependência econômica, e como ela acaba condicionando politicamente a condução da AVIM. Ele lembra das dificuldades econômicas criadas na administração anterior à do "Maluf" (ele não cita nominalmente "quem" foi a outra administração), quando por motivos fiscais, "o caso da nota fiscal", a Prefeitura deixou de pagar por oito meses a verba do convênio. Esse momento de precariedade, de "sufoco", deixou clara a dependência econômica com respeito ao poder público, criando ao mesmo tempo uma situação de enfrentamento. Foi a ocasião para o diretor econômico, num gesto de voluntarismo (de hombridade?), pagar com seu "próprio bolso":

"Por exemplo, na época, que nem o ano passado, nesses oito meses que a Prefeitura não pagou as verbas, o ... 'ponhô' do bolso e não quer nem saber. E ele falou na reunião de fim-de-ano que a gente teve nesse fim-de-ano ai, ele acabou! E ele falou pros padres..., eu nunca vi o ... daquele jeito, deixou ninguém falar na reunião, deixou ninguém falar, falou (...)

Mas também ele tava chateado! Muito dinheiro ele pôs! Mas deve ter recuperado. A Prefeitura pagou, só que quando pagou, pagou como quis; pagou pela metade do que tinha que pagar."

O diretor econômico, a "chefia" nas palavras de Benedito, mostra-se o provedor do albergue e aquele que se impõe diante de todos, diante dos funcionários, da Prefeitura e até mesmo dos "padres". Assim, Benedito não esconde sua admiração e respeito por seu superior, provedor da instituição, como não esconde sua admiração pela administração municipal que restituiu o convênio e devolveu um pouco de estabilidade à situação do albergue, e que ele personaliza na pessoa do "Maluf": "o Maluf tá dando muito apoio nessas coisas, inclusive abriu aí o convênio, na época tava fechado, quando ele entrou". Essa relação de poder interno e externo personalizada, arriscaríamos dizer clientelista, está toda apoiada na dependência econômica com respeito ao poder público, e na maneira voluntarista e pouco formalizada com que é conduzida a administração diária do albergue. Com efeito, é esta formalização precária, marcada pela coerção e pela violência, que se evidenciará no

modo como são triados e tratados aqueles que são atendidos, no modo como se organiza a disciplina interna e as normas da casa.

As normas de controle e disciplina

A partir daquilo que já foi exposto já se pode vislumbrar o modo como se dá a organização do espaço interno da instituição, e como os diferentes agentes em questão se relacionam entre si. O modo como cada entrevistado se posiciona frente à instituição e como interpreta a sua atuação no seu interior, já diz muito sobre o modo como se pauta a sua relação com os outros agentes. A situação espinhosa em que se encontra Adão, como um intermediário entre a Congregação e a Associação leiga, que se vê esvaziado de sua autoridade e função; os trâmites burocráticos que envolvem a atividade profissional de Dinah; a relação de dependência pessoal, afetiva e clientelista se sobrepondo a qualquer relação de caráter mais formal, tal como se expressa com Benedito e Carmem; e Carmem incorporando em si mesma a legitimidade sobre a condução da instituição. Faltaria nos aproximar do modo como estes agentes vêem e atuam junto aos atendidos, sejam migrantes ou não. Resta tratar das mediações concretas com que o albergue, através destes agentes, realiza a sua atividade principal, a de dar atendimento a um público carente, e conseqüentemente, como se organiza o funcionamento do albergue em função dessa demanda.

Como já se fez referência, Adão é o único a tentar visualizar de maneira ampla o funcionamento da instituição, confrontando com aquilo que seriam os seus objetivos originais. Nesse sentido, é o único que faz uma crítica aberta e elaborada sobre a forma "albergue" de atendimento à população carente. No entanto, ele faz isso ainda na tentativa de justificar o funcionamento do albergue como um mal necessário, um "pronto-socorro social". Há um determinado momento em que ele procura mostrar a AVIM como um lugar que, por seu funcionamento interno, força as pessoas a se "virarem", na medida em que, através de uma certa "liberdade",

leva-as a procurarem a solução de seus problemas, a não caírem no comodismo. Dessa forma, ao mesmo tempo que justifica a necessidade de instituições assistencialistas, ele as critica fortemente. Segundo ele, qualquer assistencialismo, acostuma mal uma multidão de pessoas, "não transforma, não resolve, não soluciona, não leva a nenhum tipo de resultado." Falando dessa maneira, ele direciona suas críticas sobretudo ao funcionamento das instituições públicas de assistencialismo, ressaltando que elas não educam, levando a uma dependência extrema que não permite o crescimento da pessoa, a que ela alcance a sua autonomia e dignidade de pessoa humana. E é assim, justificando contraditoriamente a necessidade da forma "albergue", que ele fala do efeito "instituição" sobre a pessoa do migrante:

"...na AVIM é o seguinte: fazendo uma comparação de onde o migrante parte, da situação social dele e do horizonte de sentido de cultura de onde parte, ao entrar em contato com a cidade grande, com a instituição, com a disciplina, tudo isto, ele fica profundamente violentado."

A seguir, ele elenca uma longa lista de normas disciplinares do albergue que traduzem na prática como essa violência ocorre: o fato de separar homem e mulher; a comida uniformizada, a sopa; o silêncio; o horário; a questão da limpeza, do banho, da ordem; a ficha e o cartão; a chave. Em tudo isso Adão sente uma violência em relação à pessoa do migrante, ao mesmo tempo que afirma a sua necessidade para se manter a disciplina e o controle interno.

De fato, a disciplina e o controle parece ser uma das preocupações mais correntes dos agentes que atuam na AVIM, e que ocupa uma parte considerável de suas atividades. Começa pela necessidade de se fazer uma triagem de todos aqueles que entram e pedem para se alojar no albergue; de registrá-los e providenciar os encaminhamentos (se tais são possíveis) para tentar solucionar as suas demandas. Este procedimento inicia na própria portaria, onde se admite alguns e se barram outros (geralmente bêbados), passa pelo contato com a assistente social (normalmente Dinah) que faz o registro e dita as normas

da casa, para depois enviá-los ao banho, à janta onde é servida a sopa, e enfim para serem encaminhados aos dormitórios. É nesse trajeto que vão ocorrendo os conflitos e a resistência dos albergados. Começa na própria portaria, onde ocorre o conflito com aqueles que estão embriagados e insistem em entrar. Houve muita insistência entre os entrevistados neste tipo de conflito, onde normalmente Benedito surge como aquele que garante que a norma da não entrada de bêbados será respeitada, ao custo de várias ocorrências de agressão e violência. No entanto, os conflitos prosseguem com a exigência de se guardar os objetos de uso pessoal no guarda-volumes do albergue, sobretudo as ditas "armas". A propósito dessa necessidade, é várias vezes lembrado pelos entrevistados a ocorrência de brigas entre os albergados e entre estes e os funcionários. Sobretudo Benedito e Carmem tratam dessa dificuldade, usando muitas vezes um linguajar que se assemelha ao jargão policial: "porque nós também fazemos umas batidas, né, uma vez por semana. É, a gente tira revólver, tira faca, tira ... porque eles não sabem discutir". Outra norma que facilmente provoca conflitos diz respeito à separação de casais e famílias, pois os homens devem se recolher em dormitórios separados de suas mulheres e filhos - neste ponto os próprios agentes da instituição concordam sobre a sua severidade. Benedito descreve longamente o caso de uma luta que teve com um albergado que se recusou terminantemente a dormir separado de sua esposa. Este fato merecerá abaixo algumas considerações especiais.

Se as ocorrências de violência parecem mais palpáveis nesses momentos, ou na resistência a se cumprir outras normas como a obrigatoriedade do banho, a proibição de se trazer comida de fora para se consumir na hora da janta, a obediência aos horários de fechamento do albergue, de se deitar e se levantar - por outro lado, a violência pode se manifestar de maneira mais velada, mas não menos intensa, em outras práticas usuais na ordenação do espaço do albergue e de controle das pessoas albergadas. Um exemplo claro disto está no uso de um microfone onde se ditavam diariamente as normas da casa, que eram divulgadas através de um alto-

falante. Mais do que lembrar as normas, este instrumento era utilizado de forma generalizada para ameaçar e coagir àqueles que eram albergados, para que procurassem trabalho. Isso fica evidente na entrevista de Carmem, quando depois de mencionar que ninguém desejava ir para a CETREN, diz aproveitar desse fato para ameaçar à noite os albergados através do alto-falante:

"Até que a gente amedronta, a gente fala assim: 'Olha, se vocês não começarem a procurar trabalho...' Porque tem muitas pessoas que ficam acomodadas. Então a gente fala: 'Olha, se você continua. Então sem arrumar trabalho, vai encaminhado pra CETREN'. Nós temos um microfone. Toda noite a gente dita as normas no microfone. Então, a gente já dá um alô geral, não fala nome né, mas: 'Olha, tem muita gente acomodada aí, amanhã vamos encher uma perua de quem não quer trabalhar; então vocês vão ser encaminhados para a CETREN.'"

Na verdade, essa violência que permeia o itinerário da passagem daqueles que são atendidos pelo albergue, pode ser sentida mesmo na necessidade de se fazer um registro e no uso do cartão que garante a entrada e saída livre dos albergados durante sua estadia. O procedimento de registro diante da assistente social pode ser um exercício humilhante na medida em que o atendido se sente desnudado e em situação de carência diante de alguém que só se orienta por procedimentos técnicos e burocráticos. O caráter frio e constrangedor desses procedimentos está tanto no "rosário" sobre as normas da casa que é ditado a cada um, como também no interrogatório a que qualquer atendido se vê exposto. Num dos relatos de Dinah isso fica evidente, quando ela discorre sobre no que consiste o preenchimento do livro de registros. Ela conta o caso de uma albergada que não se enxergava como uma analfabeta:

"O analfabetismo é muito grande. Rapaz jovem - eu até me assusto - 20 e poucos anos: analfabeto! Ou então só assina o nome. Eu falo: 'Você continua analfabeto, porque só assinar o nome, não quer dizer que você é alfabetizado! Tem que saber ler, escrever.' Uma vez, uma mulher falou pra mim: 'Eu não acredito que eu sou analfabeta!' Eu falei: 'É.' Ela: 'Mas eu sou...' Eu

falei: 'É, você só assina o nome! Você copia! você copiou! você tem, mas você...' Eu falei pra ela: 'Você tem que saber ler.' 'Mas a senhora vai por...' Ela falou pra mim: 'A senhora vai por aí no livro?' Eu falei: 'Vou, porque você não sabe ler, você não sabe escrever. Você tem que saber as quatro, você tem que saber somar, as quatro operações, você tem que saber ler, saber escrever. Só assinar o nome é analfabeto'. A maioria é."

Esse diálogo é particularmente sugestivo de como uma entrevista como essa pode ser humilhante para quem é atendido, e por outro lado, pode ser uma oportunidade para um exercício de poder por parte da assistente social. O livro parece surgir, para aquela que é atendida, como um lugar onde se escrevem as atas de uma condenação: analfabeta! Ela parece não acreditar, e o relato apenas sugere a vergonha e horror que ela estaria sentindo. A assistente social aparece investida então de uma grande autoridade, advinda de sua formação educacional e profissional. Ela está investida de um poder de juiz, pois apresenta a capacidade de decidir o que é analfabeto ou não. Dessa maneira ela se diferencia daquela que é atendida, e que se vê obrigada a se alojar no albergue. Esse contato direto entre a instituição, na pessoa de um de seus agentes, e o albergado, é uma situação quase liminar. Esta situação se configura assim como um momento em que a distinção entre as pessoas se faz também como distinção entre a instituição que acolhe e a pessoa acolhida. Numa instituição onde os instrumentos formais e institucionais parecem tão pobres e precários, a distinção entre aqueles que representam a instituição e aqueles que são albergados tende a se traduzir também numa distinção personalizada, onde existe sempre o exercício de alguma forma de violência.

No entanto, o controle e a disciplina passam também pelo emprego do cartão. Dinah o menciona como um instrumento para se controlar a entrada e saída da instituição, bem como para se saber quem já foi registrado e ainda se mantém alojado. E também um instrumento importante pelo qual se poderá fazer as planilhas que balizarão a confecção do relatório enviado mensalmente à Prefeitura, para informar sobre o movimento do albergue. Ela relata,

por outro lado, como o cartão, este instrumento de controle, é utilizado por aqueles que são atendidos como um meio de burlar o regulamento e os controles da instituição e poder se manter nela. O que ocorre é que muitas vezes, alguns dos albergados, quando podem, saem da instituição sem comunicar a sua saída, levando junto consigo o cartão, na esperança de que com ele não se impedirá a sua entrada num outro momento de necessidade. No entanto, todos os cartões são datados para indicar o momento de sua utilização. Como diz Dinah: *"Termina a obra, ele já vem, porque a ... fala: 'quem tem cartão entra.' Ela não vai olhar em cada um, a data. Você vê como eles são: muito mais espertos do que nós"*. Esse uso do cartão revela na verdade, uma das muitas estratégias de sobrevivência desta população em situação precária, para poder voltar ao albergue quando então não se poderia.

Ao uso do cartão como meio de controle da permanência, bem como em resposta ao apego dos atendidos ao cartão como forma de se manter no albergue (ou de garantir a possibilidade de voltar sem problemas à instituição), existe o uso do cartão como meio de coagir os albergados a se manter em estado de alerta e procurando trabalho. Nesse sentido, essa moralidade do trabalho parece bastante arraigada em Carmem, contrapondo-a aos albergados, que ela julga sempre pouco predispostos a trabalhar. Na continuidade do relato do "microfone", o papel de controle exercido pelos cartões, como forma de obrigar os albergados a saírem em busca de trabalho, parece bastante claro:

"Aí, no outro dia, vem todo mundo com o cartãozinho, lá. Porque quando eles entram a gente fala: 'Olha, nós vamos te dar dez dias, só, dez dias'. (...) Então a gente tá sempre apertando, a gente fala: 'Aqui o nosso lema é trabalho; ninguém veio aqui para passar fim de semana, ninguém veio pra férias'. A gente vai apertando. Então, a gente vai pegando aquele cartão todo dia, então a gente vai olhando. Porque nos primeiros dias não, mas daí tem uns que já estão acomodados, então a gente vai. Então, antes de a gente chegar neles, eles já chegam na gente: 'Olha, os meus dias tão vencendo, eu já fiz isso, isso ...' 'Ah, tá bom, então tem mais uns dias'; e a gente vai deixando. Porque a gente tem que ser

dura e tem que ser bom. Não adianta só ruindade"

Efetivamente, a "ruindade" é o que parece predominar no cotidiano de uma instituição que se pretenderia, nas palavras de Adão, ser uma "presença sensível" e "solidária" junto aos migrantes. Carmem mostra consciência de algumas tarefas que devem ser feitas para se mostrar solidariedade àqueles que são atendidos. A sua dedicação pessoal (e afetiva) a esta instituição é reconhecida pelos outros entrevistados. Entretanto, ela parece de tal maneira absorvida em manter o albergue funcionando, em resolver os inúmeros problemas que surgem, que ela parece se entregar aos meios de coação e controle internos (a "ruindade" da disciplina), perdendo assim de vista o horizonte com que esta instituição foi fundada. Existe assim, entre todos, quase que uma acomodação diante das mediações de violência que quotidianamente se entropem entre a instituição e aqueles que são atendidos.

Foto: Ana Cristina A. Nasser

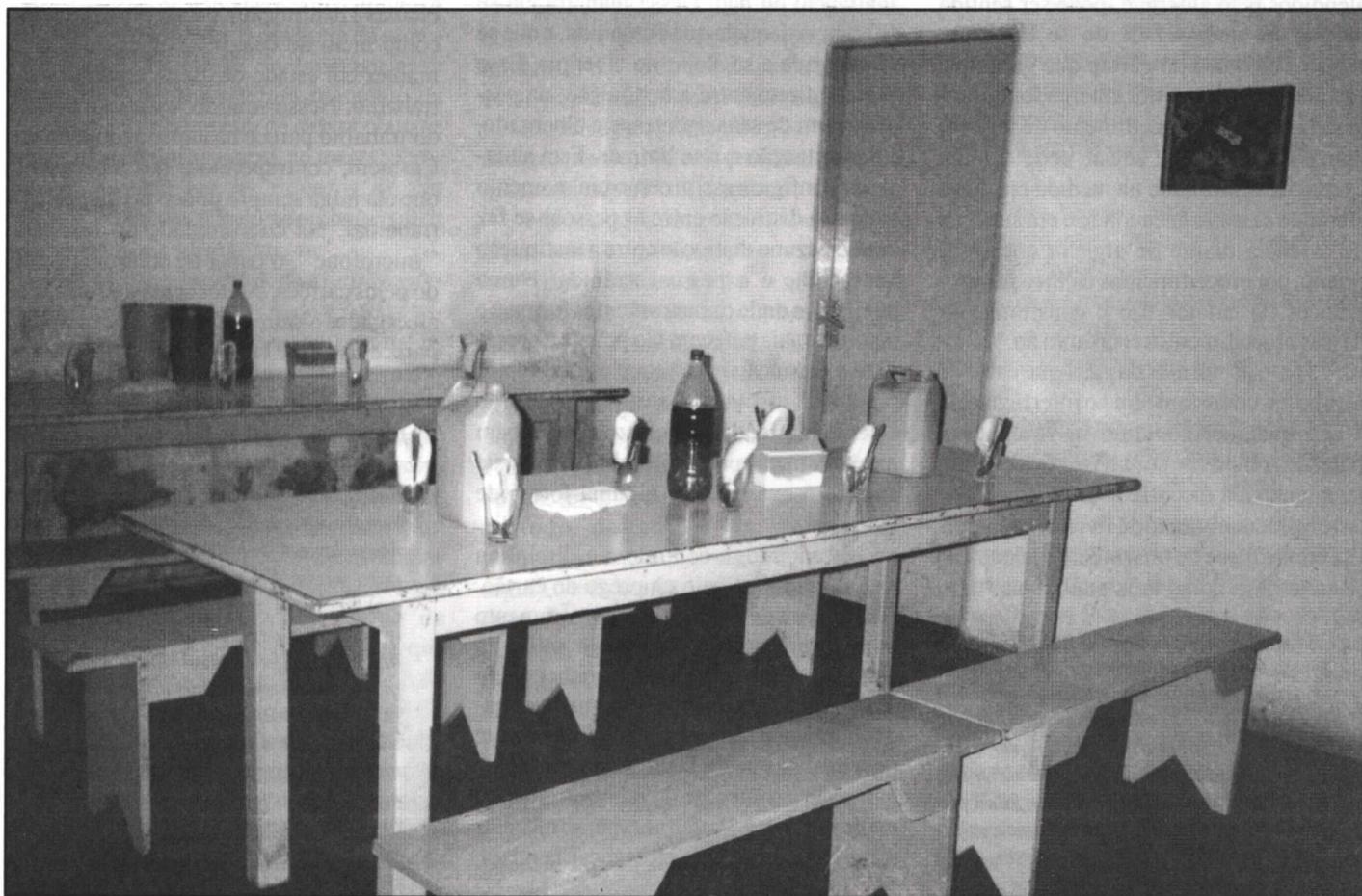
Carmem, como outros entrevistados, parece não mais perceber bem quem são as pessoas que eles acolhem nesta instituição.

Poderíamos então considerar que, se a AVIM mantém uma relação contraditória e ambígua com respeito à Igreja/Congregação; se ela tem uma relação marcada por um certo sentido de "concorrência" com a CETREN; se com a Prefeitura ela mantém uma relação ao mesmo tempo de dependência econômica e de subordinação burocrático-política, para com os albergados ela adotaria uma postura disciplinadora e correccional. Assim, tanto quanto procura dar uma assistência necessária aos atendidos, ela também ensaia uma ação de controle, de correção e de recuperação social. Nesta tarefa, todo o dispositivo de controle é acionado, para além de suas finalidades de disciplina e ordenação do espaço próprio do albergue. Como boa parte das instituições dessa natureza, ela busca enquadrar, classificar, disciplinar, controlar para assim recuperar socialmente aqueles que ela atende:

tudo isso traduz um tipo bem específico de dominação e violência.⁹ Um tipo de violência ao qual a população atendida não fica inerte, procurando sempre formas diferentes de burlar os dispositivos disciplinadores e, assim, tirar o melhor proveito possível dos recursos da instituição, através de vários tipos de estratégias (a sua "esperteza"). É para essa população atendida pela instituição que nós devemos agora voltar nossa atenção.

O MIGRANTE (OU O "PEIXE")

Ao longo deste texto temos evitado em chamar aquele que seria o atendido pela instituição AVIM como o "migrante". Isto porque, entre boa parte dos entrevistados, não existe consenso claro sobre se realmente o atendimento da instituição está voltado predominantemente para o migrante. Na verdade, não existe mesmo consenso sobre o que seja (ou quem seja) realmente um migrante. Isto, embora to-



dos sejam unânimes em dizer que a AVIM continua a atender migrantes, mesmo que seja de forma residual. Nas falas dos entrevistados, em que eles procuram discorrer sobre quem é o atendido pela AVIM, entre a conceituação e as impressões mais ligeiras, se balança entre a desilusão, a revolta, o preconceito e a perplexidade.

A distinção entre o migrante e o público atendido

Começamos mais uma vez com Adão, que sempre procura ter uma visão mais elaborada sobre a instituição e a sua finalidade. Ele é o único a falar em "conceito de migrante", especificamente para tratar da situação migratória atual e a dificuldade de se chamar o público atendido pela AVIM de migrante, devido ao seu perfil problemático:

"Acho que as duas coisas influenciam a questão. Tanto a Prefeitura com o seu poder de financiar como a quebra do conceito migrante. Você não tem mais aquele que chega; somente aquele que chega, está necessitando. Mais ou menos isso: não dá mais pra distinguir quem é migrante, quem não é. Ele chega e diz que é migrante. De qualquer parte, qualquer lugar e qualquer momento. Porque a gente percebe que a necessidade é bastante grande." (grifo nosso)

A primeira questão que se poderia colocar é, qual seria esse conceito, especificamente na visão de Adão, que ele afirma que "quebrou". Percebemos neste ponto que subjaz ao discurso de Adão uma concepção positiva da migração que se liga à sua trajetória pessoal, que se confunde entre uma trajetória de ascensão social e aquela de teor vocacional. A primeira idéia de migração que ele dá está ligada ao "carisma" da Congregação da qual faz parte, e que ele chama de um "ideal super-atual". Em seguida ele fala de sua migração pessoal, de agricultor no Rio Grande do Sul, para a carreira eclesiástica, que lhe permitiu passar por vários seminários em várias cidades, inclusive no exterior. Depois fala da migração como a finalidade original da AVIM, a instituição à qual ele foi destinado a trabalhar como religioso.

Assim, seja pela sua experiência pessoal, seja pelo modo como aprendeu a ver a migração, o entrevistado sempre viu a migração como uma trajetória de realização pessoal, de ascensão social e mesmo como um ideal de trabalho de inspiração religiosa.

As pessoas com que ele se defronta, porém, e que se dizem migrantes, o levam a considerar a situação em que o conceito de migrante se "quebrou". É difícil distinguir o que seja um "migrante" no público que é atendido, e ao qual se pode atribuir várias outras denominações: "sofredores de rua", "encortiçados", "favelados", "despejados", "aventureiros", "quem rola pelo Estado de São Paulo"... Ele se mostra perplexo, diante de uma população cuja característica maior é a "circularidade", a dificuldade de se estabilizar, de se fixar em qualquer lugar, e que está em situação de permanente precariedade: "A gente percebe que cada vez mais aumenta o número de pessoas soltas, não mais migrantes, mas de pessoas totalmente no ar que busca acolhida na AVIM ou em outras instituições afins". Refletindo sobre a sua função na instituição, sobre como a AVIM vem agindo, ao final não consegue esconder a frustração diante da realidade cotidiana com que se defronta. Assim ele procura recuperar as trajetórias e possibilidades daqueles que são albergados, de migrantes atendidos à alternativa da "bebida" ou da "resistência", onde as "quebras" são frequentes:

"E depois? Ou seja, depois que você conseguiu isso, ele vai conseguir? E percebe que não, porque muitos caem, muitos quebram, e a resistência se quebra, e a gente percebe na rua muitas pessoas que passaram pela AVIM, quebradas. A gente conseguiu dar o primeiro passo, mas ele não conseguiu resistir pela falta de meios, falta de tempo, e falta de condições. A grande dor da minha parte é perceber que você consegue uma parte e a outra, você não consegue." (grifo nosso)

Nesta sequência, ele procura vislumbrar as possibilidades que restam a este migrante que chega ao grande centro urbano: a "violência", a "passividade" ou a "resistência pela fé". E mais uma vez, a trajetória do migrante surge como um roteiro de "quebras":

"Ele pode partir pra violência, pelo desânimo e pela falta de orientação na cidade grande. Ele se encontra sozinho, sem nome. Aqui ele é o baiano, ele é o pernambucano, ele é o gaúcho. Ele é tudo, menos o Zé, a Maria, o Pedro, o João: já perdeu o nome. Ele não tem grupo social forte que proteja, que ampare; a família se quebrou, ela está perdida em vários lugares. O núcleo familiar se quebrou e a comunidade também se quebrou no sentido que ele fica solto na cidade. Ele se agarra na fé dele que é forte, na resistência muito firme e ele resiste ou ele cai na violência por incapacidade de enfrentar a realidade, ou então cai na quebra da resistência, no álcool - essencialmente o álcool é a saída." (grifo nosso)

Da quebra do conceito à quebra da resistência do migrante, quando a saída (se tanto é que isto seja uma saída) é a bebida, vê-se como Adão delinea a trajetória daquele que é atendido pela AVIM. À quebra de um conceito está associada a perplexidade de alguém que vê a quebra de tudo aquilo que dá estabilidade e condiciona a formação de pessoas: a família, a comunidade, a fé. Como chamar migrantes essas pessoas "quebradas", que talvez um dia passaram pela AVIM, essas pessoas "soltas no ar", circulando permanentemente? Seria o caso de o reconhecer no chamado "mendigo", o migrante que caiu, sem mais resistência, imagem concreta de um conceito que quebrou? É uma alternativa que Adão se nega terminantemente a aceitar. Com efeito, a constatação da "quebra" de um conceito no público atendido pela instituição coloca em xeque a finalidade original que levou à fundação da instituição, para não se referir à motivação que levou Adão a vir trabalhar nela. Ou será que a idéia de "migrante" não passaria de uma abstração que justificaria o funcionamento de uma instituição que não existiria que em função de si mesma?

Este dilema, tão bem elaborado no discurso de Adão, transparece também entre os outros entrevistados. Existe muita diversidade nas declarações sobre quem sejam os migrantes, se o público atendido pela instituição pode ser chamado de migrante, sobre qual seria o perfil deste público. Tanto Benedito como Dinah fazem uma diferenciação entre o migrante e os outros atendidos, que corresponderia

basicamente entre aqueles que chegam da Rodoviária¹⁰ e vêm pela primeira vez para São Paulo, muitas vezes trazendo família, e aqueles que são atendidos na porta, o "povo da rua". Benedito, por exemplo, reconhece a preferência da instituição pelos migrantes, "o pessoal que tá chegando", os que são migrantes de verdade, e que não perturbam, que são excelentes. Ele os diferencia da maioria do pessoal atendido, que possui entre 15 e 20 anos de São Paulo: "esse pessoal que cai na porta!? se deixa a pessoa da porta entrar, esse pessoal é difícil de ser migrante!" Trata-se da maioria dos atendidos da AVIM, e o que os diferencia é justamente a falta de controle: "o pessoal vem de qualquer jeito, eles exigem demais (...) o pessoal aí, não tem conserto!" Também para Dinah, o atendimento de migrantes pela AVIM, aqueles que vêm pela primeira vez, ficou reduzido a algo em torno de 10%, aqueles que vêm da Rodoviária: "Lá eu acho que vocês vão encontrar quem veio pela primeira vez..." Ela lembra do tempo em que a AVIM não pegava o "povo da rua", sendo que atualmente ela atende a doentes vindos de hospitais públicos, aposentados, desempregados. Tudo isso vem fazendo com que o AVIM esteja se tornando um "hospital de segunda linha".

Carmem, a seu turno, parece não negar esse perfil do público atendido, mas ao contrário dos outros entrevistados, e em particular com respeito a Adão, para ela todos eles são migrantes. Essa indistinção chega ao ponto de ela identificar no mendigo, um migrante:

"Tem também uns e outros coitados que, às vezes, não se realizam. Não é tão difícil, os que não se realizam; porque eles batem, batem nas portas: estão sempre fechadas. A facilidade, o que é? É embaixo dos viadutos. Se todo mundo fala 'não, não', o que é que ele vai fazer? Chega no viaduto, o que ele encontra? A cachaça. Esse é o mendigo, o mendigo onde é que fica? É o migrante que não tem onde ficar. Infelizmente o mendigo é o migrante..." (grifo nosso)

Esse migrante, que muitas vezes não se realiza, e que ela chama por diversas vezes de "coitado", que é o mendigo, chega em São Paulo sem orientação, iludido, sem

dinheiro, sempre pobre... Esse migrante, ela também o vê nos velinhos que a instituição atende, os doentes, as mães com crianças, todos aqueles que a instituição alberga. É um tanto obscuro o motivo pelo qual ela insiste em chamar a todos de migrantes (seria uma forma de não se questionar sobre se o albergue está cumprindo suas finalidades?), contudo ela não parece discordar com os outros sobre quem são realmente os atendidos. Assim, atribuindo ou não a denominação migrante aos albergados, se fixando numa caracterização mais descritiva ou então valorativa, carregada de preconceitos ou não, parece haver um certo consenso sobre o perfil do público atendido entre os entrevistados. De um lado, são pessoas que vivem numa "circularidade" permanente, que "roda muito" nas palavras de Carmem, que "não querem serviço fixo" como diz Benedito, gente "solta no ar", que "rolam pelo estado" na visão de Adão: "despejados", "desempregados", "pressionados pela violência", "favelados", "encortçados", "sofredores de rua", "sozinho, sem nome, sem grupo social". Nesse sentido, entende-se porque Carmem veja neles o "mendigo", o "coitado", o "sempre pobre", "sem dinheiro", o "iludido", "sem documento", "judiado" e "desnutrido", na maioria das vezes um "homem sozinho". Diante deles Benedito não tem qualquer esperança: são um "pessoal sem conserto", "que vem de qualquer jeito", "sem controle", "que não respeita ninguém", "que não querem serviço fixo", "que exigem demais", "que cai na porta" ou então são aqueles "maloqueiros", "sujos" que a Prefeitura envia, e fazem com que ele sinta aquela "infiltração". Enfim, estes que têm por denominador comum o de estarem entrando no caminho da "facilidade", debaixo do "viaduto": a "cachaça", prestes a se tornar "mendigo".

Portanto, vê-se assim que se trata da realidade paradoxal de um público que é enquadrado e reconhecido pela mediação da violência. Dado esse perfil do público atendido, que parece confluir em todos os entrevistados, vemos que o problema da bebida é o tema mais comum que une todos os relatos. De fato, a bebida parece ser a grande causa de conflitos no cotidiano da

AVIM, e por isso o ponto de maior preocupação com respeito ao controle interno do albergue. Quando Benedito fala que eles são "sem controle", ele está se referindo aos conflitos na portaria, quando todos os alcoolizados são barrados (os "pinguço", "bebo"). É também a bebida que desencadeia as brigas entre os albergados, ou entre estes e os funcionários, o que levava à expulsão ou a uma ação repressiva de Benedito. A pedido do grupo, Dinah também falou sobre o problema frequente da bebida, assinalando que por vezes toleravam algum alcoolizado, desde que fosse "quietinho". Assim, a bebida está intimamente associada à violência e à indisciplina, que se volta como julgamento negativo contra os próprios atendidos, pois, na opinião de Dinah, se não existem mais alojamentos nos canteiros de construção civil, é porque "eles" bebem e brigam: "por culpa deles, porque eles brigam, eles se esfaqueiam, eles se agriem, eles bebem muito. Eles gostam da bebida muito cedo (...) a culpa é de vocês mesmos, vocês bebem, chegam embriagados. O patrão quer trabalho, gente! Ele não quer dor de cabeça pra ele!"

O encontro com o migrante

Existe, porém, um outro momento, em que Dinah considera também, procurando entender a situação deles, que a bebida é o desaguadouro da desilusão pela qual todos passam. Neste sentido, ela partilha da opinião de Carmem sobre o processo da migração, explicando também porque "eles bebem muito": a bebida é o desaguadouro da desilusão do migrante. Paradoxalmente, apesar de discordarem na identificação do migrante com o mendigo, neste ponto Adão e Carmem apresentam algo em comum, ao colocar no vício da bebida o final de uma trajetória de migração frustrada. Na fala de Adão, a bebida se encontra no final de um roteiro discursivo marcado por uma série de "quebras" e que foi iniciado pela constatação da "quebra do conceito migrante". Em Carmem, cuja explicação de Dinah é bastante similar, o problema do migrante é que ele é um iludido, pois ele chega sem conhecer a realidade, e ilude também os que moram na sua terra natal, ao não dizer a verdade sobre sua condição,

nas cartas que ele escreve:

"Eles vêm de lá com uma ilusão muito grande na cabeça. Eles não saem de lá porque eles querem, eles não saem de lá só em busca do dinheiro (...) Quando eles chegam aqui, o primeiro passo é procurar escrever uma carta pra mandar pros familiares. Nunca diz que tá num albergue, fala que está bem. Criam uma ilusão para os outros que estão lá. Daí é a ilusão pra lá". (grifo nosso)

Tanto Carmem como Dinah atribuem a esse relato mentiroso, comunicado através de cartas, a causa da migração, por produzir uma ilusão na terra de origem, levando a mais migração, a mais desilusão, que leva muitos a se refugiarem na bebida, conforme a opinião de Dinah. O interessante a observar é que esta explicação um tanto simplista sobre as causas da migração - que desembocam em última instância na bebida e no limiar da mendicância - coloca de fato os entrevistados, os agentes atuantes na instituição, diante da realidade singular (incontestável) e palpável do migrante. Porque, de fato, diante da percepção de que aquele albergado recém-chegado escreve cartas, não há como negar, ou se perguntar, que ele seja um migrante. É esse um dos momentos em que os entrevistados se traem, porque, no meio da massa indistinta da população atendida pelo albergue, controlada por diversas formas de disciplina e violência, eles mostram a perplexidade e incompreensão diante desse objeto, a **carta**, deixando patente que o albergado tem uma subjetividade, mantém relações necessárias e estáveis com alguma outra pessoa em outro lugar, escreve nela uma "ilusão", e estampa uma **diferença** que nos faz reconhecê-lo como alguém que vem de outra parte, um migrante.

Podemos então afirmar que a realidade migratória está presente na AVIM. E mesmo que ela seja um tanto marginal numericamente, ela possui uma grande significação para os entrevistados. O encontro com o migrante realmente existe e se revela em momentos em que se mesclam a perplexidade, a incompreensão e o preconceito. Nem Carmem, nem Dinah, parecem compreender porque eles escrevem cartas. Vêm apenas o seu aspecto nocivo de

divulgar uma "ilusão" para outros pobres, levando-os a migrarem para a cidade. É Carmem quem mais insiste neste ponto, apesar dela reconhecer a importância que a AVIM tem representado para os albergados como ponto de contato e comunicação com as famílias que estão distantes: "somos ponto de referência; eles escrevem carta, eles não sabem pra onde vão, estão aí, escrevem carta pra família - porque a primeira coisa que fazem quando chegam aqui é mandar uma carta pra família - então, nessa carta, eles deixam o nosso endereço." Desta insensibilidade diante da alteridade representada pelo migrante no seu gesto de escrever cartas, somente Adão parece escapar. Ele fala da oportunidade de um trabalho de arquivamento, classificação e estudo das cartas dos migrantes para se conhecer mais a fundo qual a sua condição, bem como de sua tentativa de realizar uma pesquisa a partir delas.

Nesta perspectiva, de se conhecer melhor a realidade do migrante, revelando também os seus "sonhos", Adão fala do seu desejo de estudar a cultura do migrante: "A pesquisa que sempre sonhei, é conhecer um pouco a origem, a cultura do migrante. Não sei se aqui é possível, mas eu queria entender a cabeça do baiano, do pernambucano, porque eu sou sulista. Eu queria entender um pouco isso, porque entendendo a cultura, o horizonte de sentido do migrante, você passa tratá-lo diferente." Dessa maneira, com a consciência aguçada pelas contradições vividas no interior da AVIM, ele pretende conhecer a realidade do migrante, enquanto "outro". Por outros nomes, ele toca num outro aspecto em que a realidade do migrante se manifesta no cotidiano da instituição, gerando perplexidade, incompreensão e, facilmente, atitudes de preconceito: o "pernambucano", o "baiano", o "nordestino"... Aliás, a perplexidade é a característica marcante das reações de Adão diante do atendido que se manifesta como o outro, o diferente, o migrante. Esta perplexidade se manifesta num momento como constatação de uma mentalidade diferente, à do "norte" em relação à do "sul" - em que a não-fixação, a falta da noção de responsabilidade de conservação, a falta de sentido de propriedade são as mais

notadas - tudo isso entrando em choque com seus valores, e com a orientação defendida a todo o momento para a AVIM: a de que a solução do problema do migrante é a sua fixação (ou seja a não-migração). É esta perplexidade diante do comportamento do migrante que o motivaria para a pesquisa, como deixa claro em outro momento:

"Se desse para estudar um pouco a questão cultural, da dependência e da obediência; porque depois ele chega em São Paulo e dá aquele reverterio, ele se estrçalha. O que é muito forte nele, é a questão da fé também, que é uma resistência firme. Às vezes é fatalista, às vezes ela é muito imediatista. Mas são elementos antropológicos fundamentais para poder trabalhar com o migrante, no nosso caso. (...) Porque são diferenças que enriquecem, não diferenças que diminui, são diferenças profundamente valiosas. Por que ele pensa assim? Por que ele vê assim? Por que ele age assim? De repente, estou com o migrante na minha frente, e não entendo a reação dele."

Essa consciência tão límpida do significado da alteridade do migrante, dessa diferença cultural, não se manifestará entre os outros entrevistados. No entanto, a perplexidade diante das atitudes, mesmo diante da presença do outro, continuam se manifestando, deslizando com facilidade para uma visão preconceituosa. Isto se evidencia sobretudo quando Carmem e Dinah se manifestam sobre o fenômeno da migração temporária na construção civil, a migração periódica para as festas juninas, ou apenas através do simples qualificativo "nordestino". Ao relembrar o tempo em que trabalhava no departamento pessoal de uma construtora, Dinah fala do comportamento dos migrantes temporários, do "pernambucano", que trabalha na construção civil e, sem motivo considerado importante, deixa o emprego para voltar à sua terra de origem:

"Pernambucano dá muito isso: termina a safra de cana, eles não têm o que fazer, eles vão para São Paulo. Quando a cana cresce, eles voltam lá pra cortar a cana, e a família (...) eles são os que mais viajam pelo Brasil, porque eles vão quatro, cinco vezes pro norte e voltam. Tem os que fazem a rocinha deles, e eles deixam o filho

cuidando e vêm aqui trabalhar na construção. Quando a roça está na hora de colher, ele pede a conta (...) Eu trabalhei e a gente via muito isso. Eles pediam... É um tal de pedir a conta! Ou então ficam com saudades, não tem quem segura. Na hora que ele dá na louca de ver mainha, painho... Não tem quem segura! Aqui eu vejo que o pessoal que leva pra trabalhar em princípio, eles falam: 'eu estou adorando o trabalho dele.' Mas: 'Ah, não. Eu quero ir embora, eu quero ir embora, eu quero ir embora!' A hora que ele sente saudade, não tem quem segure. Ele pede a conta e vai embora mesmo. Chega lá, acaba o dinheiro que eles levam, a situação lá... aí eles voltam.'

Carmem apresenta impressões parecidas quando trata do retorno periódico dos migrantes, associando por sua vez esse fenômeno às festas juninas. Como em Dinah, a tendência para a incompreensão e o tom preconceituoso também se manifestam, chegando a ser mais intensos:

'Eles têm muito amor à terra deles; eles fazem assim: vêm aqui, trabalham, nem chegam as férias, chega o São João, o bendito São João, que eles têm que passar o São João lá com a família. Não adianta, o São João é sagrado. Às vezes, estão até bem, né; vão juntando um dinheiro, compram um radinho, óculos, roupa e já vão passar o São João em casa. Depois chegam lá, gastam o dinheiro e voltam pra cá. Muitos fazem isso.'

Aliás, é em Carmem que encontramos com frequência a utilização do termo 'nordestino' para chamar aquele que é atendido pela AVIM. Invariavelmente essa utilização possui um caráter estereotipado e pejorativo. Nesse sentido, um dos momentos marcantes de sua entrevista é aquele em que ela associa a figura do mendigo à do migrante, em que ela diz: *'não tem um paulistano, não tem um paulista. E nós não recebemos só nordestinos, nós recebemos de todo o Estado de São Paulo, de*

todos os Estados. Mas a maioria é do Nordeste, onde a situação é pior.' Desta maneira, a associação se completa criando a imagem do migrante fracassado: mendigo-migrante-nordestino. Em outras palavras, aquele que é atendido pelo albergue. Noutro momento, quando perguntada se existem brigas dentro do albergue, mais uma vez ela volta a associar a imagem do nordestino, dessa vez com um homem sempre violento: *'De vez em quando eles tiram umas facas de um tamanho desses, né, porque o nordestino, eles não sabem andar se não com uma faca na cintura (...) nordestino é assim, qualquer coisa é puxar uma faca'*. Em seguida, ela lembra as brigas, a necessidade das normas e da disciplina, e o permanente problema da bebida. Assim outra associação se cria: nordestino-arma/bebida/briga-disciplina. Se este tipo de raciocínio é capaz de justificar o atendimento de um determinado tipo de público pela AVIM, e mais do que

Foto: Arquivo da Pastoral dos Latinos/SP



isso, justificar como imperativo um determinado tipo de disciplina, ele parece impermeável diante do migrante que está ali, e que a palavra "nordestino", por vias tortuosas, acaba reconhecendo como o "outro", o "diferente".

A diferença cultural é aqui vista como problema, insociabilidade, natural inadaptação para a vivência na grande cidade. A incompreensão (e o preconceito é a perplexidade que se acomoda, a incompreensão que se cristaliza e se impermeabiliza, podendo se tornar um princípio de ação) diante da alteridade, talvez bloqueada pela necessidade imediata de dar assistência ao "coitado" que está aí, de fazer funcionar o albergue, impede de ver nesta diferença cultural uma subjetividade portadora de alguma coisa a mais do que simplesmente um problema. Como em Adão, existe a constatação da tendência à não-fixação, a percepção de uma mentalidade diferente - mas essa percepção não gera outra coisa que irritação diante da sua não-conformidade com a sociabilidade urbana de uma cidade como São Paulo, ou a tentativa de enquadrá-los dentro dos estereótipos já formados sobre o comportamento do migrante, assimilando-o ao público normalmente atendido pela instituição, e corroborando a organização e funcionamento do albergue. Dessa maneira, tanto Carmem como Dinah, apesar de frequentemente terem uma relação direta com o migrante, se vêem impossibilitadas de estabelecer uma comunicação com ele enquanto o "migrante", a alteridade que ele significa.

Um migrante inadvertidamente entrevistado

No estudo dessas declarações, e em busca do significado da presença do migrante na percepção dos entrevistados, estranhámos que Benedito não tenha manifestado qualquer opinião sobre o "nordestino", sendo que ele próprio é um nordestino. Esta estranheza é tanto mais forte que ele é o que expressa a maior irritação diante da bebida, das brigas, do açodamento do "povo da rua", essa "infiltração" provocada pelo "pessoal que cai na porta", que "não tem conserto".

Ele quase não emprega a palavra "nordestino", ou um qualquer qualificativo de morador de um Estado do Nordeste, com exceção do momento inicial quando fala de seu Estado de origem, o Ceará. Provavelmente isso se passa porque ele, por sua condição, está impossibilitado de ver em outro migrante "nordestino", o "outro", o "diferente", a alteridade que causa perplexidade nos outros entrevistados. Com certeza, porque ele é um "nordestino", aquele que foi migrante, mas deixou de sê-lo, pois tem mais de dez anos na cidade, teve sua própria história de "quedada", de albergado, tornando-se então um funcionário, e agora tenta se identificar como tal. Assim, pudemos perceber que a entrevista com o porteiro, o funcionário, foi também a entrevista como "migrante", um ex(mas ainda)-albergado da AVIM. Nesse sentido é que parece interessante que nos detenhámos no caso peculiar de Benedito, como o migrante que se tornou albergado e funcionário da instituição.

A primeira coisa que se percebe da entrevista de Benedito, é que a sua estabilidade como funcionário da AVIM tem sido muito precária. Inicialmente ele conta a sua história como a de alguém que não conseguiu se ajustar em lugar algum, com exceção da AVIM. Trata-se do caso concreto de uma "migração frustrada", que se confunde com a história de muitos albergados, com a diferença de que conseguiu encontrar a colocação como funcionário da instituição:

"Eu sou do Ceará, eu cheguei aqui migrando, mas eu, por exemplo, eu não estava chegando do Ceará na época, já estava em São Paulo há dez anos. Então tive uma fase, cat e vim para cá (...) Ele sabia que eu tinha essa dificuldade. Ai, um ano, menos de seis meses, eu passei a ser funcionário. Saí! Não trabalhei nem um ano e saí, achei que não dava, não tinha condições porque a turma aí é demais, né! E depois eu quebrei a cabeça lá fora e voltei de novo e continuei trabalhando e fui acostumando com a turma, com os impasse que dava. Dava muitos impasse, Nossa Senhora! brigá! cheguei apanhá, cheguei a ir para delegacia (...) Voltei, continuei trabalhando mas, aí foi na época em que meu pai morreu. Ai, na época eu nem tava podendo ir lá. O diretor falou: 'Não! você vai. A gente dá uma força e você vai.' Ai eu pedi

a conta. Ele queria que eu fosse pra voltar logo. Eu falei: 'Olha, se eu for não sei nem se vou voltar.' E eu sei que pedi a conta e fui. Depois de quatro meses eu voltei e continuei trabalhando (...) E, por exemplo, agora eu pedi a conta e saí ..."

Mesmo nesta instabilidade, resumida nesta oscilação entre o "saí" e "voltei", mesmo com a "infiltração" causada pelo "pessoal", ele admite a AVIM como o único lugar em que conseguiu se fixar. Trata-se de uma trajetória que se confunde com a de qualquer albergado, com a diferença de que ele não se vê mais como migrante, nem como qualquer outro albergado, mas como um funcionário. Para tanto, é frente ao público atendido pela instituição que ele buscará se afirmar como tal. Neste ponto, reside boa parte de sua irritação: "Quer dizer, dificilmente se aproveita um que eles considera você um funcionário, aqueles que chega e vai falá assim pra você: 'você é migrante!' ... eu não tou falando que não sou migrante... eles falam: 'eu sou migrante sim!' Não tem nada a ver, eu tou no meio de vocês..., então... há alguns que considera a gente." Sendo funcionário, ele se confunde com o público atendido, pois que, ao mesmo tempo que possui a responsabilidade da portaria, de fazer respeitar as normas, de manter a disciplina da casa, ele possui as atitudes, uma mentalidade e a condição que o aproxima da maior parte dos atendidos. Assim, intolerante até a violência com os bêbados que ficam na porta do albergue, ele não dispensa o "aperitivo" antes da janta. Ao mesmo tempo que mostra desânimo com o "pessoal" que não "querna nada com nada", "sem serviço fixo", ele por outro lado admite que não conseguiu se fixar em lugar algum, a não ser na AVIM. De um lado proíbe a entrada de alimentos diferentes na hora da janta, por outro, não deixa de observar com gosto que é servido "marmitex" na CETREN. Tratando diariamente com um pessoal "sem controle", "sem conserto", "maloqueiros", ele também é um homem sozinho, longe da família, que não se realiza em outros lugares. Homem chamado a manter a ordem, tomar conta da porta, fazer respeitar a disciplina, ele não consegue fazer isso a não ser através da violência e confusão, que o confunde e coloca no mesmo nível do

mais turbulento albergado.

Nesse sentido, ele é propriamente o "porteiro", o homem da liminaridade, que deve lutar para produzir a sua identidade de funcionário, distinguindo-se, numa faina quotidiana, do público atendido pelo albergue. Uma liminaridade que experimenta na condição de albergado que ainda é, pela sua história de migração fracassada, pela instabilidade no trabalho (que ainda experimenta apesar de tantos anos na instituição), pela solidão e falta de família, pela falta de alternativas... Essa condição, ele a partilha com a maioria dos atendidos, inclusive por estar condenado a morar ali. No entanto, é na condição de porteiro, ao tomar conta da porta, que separa a rua do albergue, que ele experimenta a função de "guardião" da liminaridade: quem pode entrar ou não, quem fica condenado à rua ou pode se submeter ao albergue. Postado no lugar da liminaridade, é ele que deve garantir a ordem que separa os dois espaços, e por isso, é sobre ele que se concentram todos os conflitos, onde, pela mediação da violência, se realiza a distinção e se afirma a disciplina do albergue sobre todo aquele que é atendido. É assim que Benedito, ex-migrante, ainda albergado, mas funcionário, como o homem que vive quotidianamente a liminaridade, deve produzir, inclusive para o bem da instituição, onde as relações pessoais se sobrepõem sobre as formais, a distinção de funcionário frente ao migrante/atendido/albergado, ao custo de que seja inclusive através de uma luta corporal.

Assim, é extremamente elucidativo o caso da luta que ele teve com um albergado que se recusava a admitir a norma de dormir separado de sua esposa, ao mesmo tempo que resistia a sair do albergue. Já mencionamos o caso em que Dinah, frente a uma "analfabeta", mostra o seu poder de funcionária para enquadrar a quem ela registra, e assim estabelecer a distinção entre o albergado e a instituição, através de um contato pessoal. Tratava-se de uma situação de liminaridade. Aqui, o contato não é só pessoal, mas chega até mesmo ao extremo, ao limite de uma luta corporal, onde a instituição fará respeitar o seu espaço e as suas normas:

'Disse: 'É a terceira vez que você apronta e tal... você vai pra rua!' Não vou não! Vai não-vai, vai não-vai, aí fui pra cima do cara. O cara falou: 'Não mexe comigo que eu sou, eu tenho... como chama? (...) é uma força que eles têm lá, é... Exu! o Exu! 'Eu sou Exu, não entra não!' Exu que você for, já vai! Juntei o bicho! Éta homem pra ter força! O homem tinha força! Ai vai, vai, ia um metro pra frente, outro pra trás. Nessa altura tinha dois cara, tinha um cara mais alto do que eu... Ia um palmo pra lá, e outro pra trás, mas não tinha jeito, não ia não! Não tinha jeito! A mulher dele dava risada. Ai é que eu grudei no saco do bicho, digo: 'Agora quero ver se você tem Exu ou o que é que você tem! (...) Ai foi ligeirinho, mas eu tive que sai pra rua com ele. Depois eu entrei e fechei a porta, em segundos, senão ele entrava!'

Este relato ilustra como essa liminaridade pode ser imaginada, em seus múltiplos aspectos, como uma luta pessoal, onde Benedito, que a experimenta pessoalmente, define também quotidianamente sua identidade: de migrante/funcionário frente ao migrante/albergado, de albergado/funcionário frente ao albergado/atendido, investindo-se do poder de guardião da porta que faz a diferença entre o albergue e a rua, entre o espaço da instituição com suas normas (sua violência disciplinar) ou a rua (onde reina a violência sem controle). A luta por "metro", por um "palmo", disputada longamente num "vai-não-vai", pra "frente" e pra "trás", dão uma imagem plástica, desesperada, de identidades que se debatem em busca de se salvar de uma negatividade completa, onde a subjetividade vê-se completamente esvaída. O migrante, que se recusa a se separar da mulher, a dormir na rua, e brada por "Exu" contra o representante da instituição, se defronta com o outro migrante, que encontra na função de funcionário do albergue uma forma de identificação, que o separa da massa dos "sem conserto" e lhe garante uma maneira de se fazer respeitar. Ambos lutam no limiar, numa luta de desespero, resistindo para não "quebrar". Podemos nos arriscar a dizer, que seria uma luta para salvar os restos de uma subjetividade e dignidade, uma alteridade que se faça respeitar pela intransigência.

Nesse ponto, revendo o caminho feito pelo nosso trabalho, descobrimos uma outra

dimensão das relações entre a instituição e aquele que é atendido. Iniciamos pela imagem da "rede" e do "peixe", para definir a mútua implicação entre a instituição AVIM e o migrante que ela se propunha acolher, na medida em que dava uma idéia da complexidade do objeto de estudo, em que um pólo necessariamente remetia ao outro. Ao longo do nosso roteiro percebemos os variados tipos de relação que definem esta instituição em particular. A relação de caráter disciplinar e correccional, neste sentido, tinha uma especial relevância, na medida que expunha como se davam as relações entre a instituição/albergue e o atendido/albergado. Nas apreciações dos entrevistados sobre aqueles que eram atendidos, chegou-se a vislumbrar as evidências de um contato significativo com o migrante no quotidiano da instituição. É na perplexidade dos entrevistados, nas suas reações de incompreensão e preconceito, que emerge a alteridade, a "diferença", onde reconhecemos a presença do migrante. Podemos então falar de migrante quando surge a evidência desta subjetividade que nos escapa, que não se enquadra nas nossas categorias mentais, nas orientações que nos parecem as mais úteis, nas soluções convencionais. O migrante, aquele que veio de outro lugar, se revela enquanto tal por sua diferença cultural, sua subjetividade, que dão consistência à sua alteridade. Nesta busca, nos defrontamos, entre os entrevistados, com um caso de migrante expondo a sua subjetividade, que é também a subjetividade de um albergado, de um caso específico de atendido pela instituição. Neste ponto, a relação entre a instituição e aquele que ela atende, a AVIM e o migrante, entre a "rede" e o "peixe", se revela na sua forma mais crua como a relação entre o **albergue e a rua**. O que caracteriza essa relação é justamente o fato dela se constituir como território da **liminaridade**. É assim que descobrimos que, na verdade, todo atendido/albergado possui uma alteridade, seja ele migrante ou não. O limiar da porta, entre o espaço do albergue e a rua, é percebido também como o limite daquilo que é normalmente aceito como "sociável", como "humano". Aquela que se vê reduzido a este limiar, só pode ter sua alteridade, sua subjetividade, definida pela negatividade, pela carência: tra-

ta-se do "coitado". O migrante, neste ponto, está no limiar de ser confundido com o "mendigo", aquele que escolheu a rua, a "facilidade", e no desespero, não encontra outro paliativo que o albergue. Assim, essa subjetividade para se salvar da negatividade, para se fazer reconhecer como algum tipo de alteridade, facilmente apela para a violência, a revolta, a bebida. E como diz Adão, "essencialmente, o álcool é a saída", antes que todos os laços sociais sejam cortados, antes que toda memória seja desbaratada, antes que se caia no esquecimento de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste pequeno estudo, uma das interrogações que nos vem à mente é se aqueles que foram relegados e se conformaram à vida na rua, são realmente esses seres cuja única alteridade possível seria a pura negatividade. Eles não poderiam constituir, por outras vias, outras estratégias de sobrevivência, uma subjetividade que organizasse positivamente sua existência? É sempre uma possibilidade aberta, e que revela na verdade todo o limite deste trabalho. Ao se circunscrever ao conteúdo e à forma das entrevistas concedidas pelos agentes atuantes na AVIM, o que se pode descortinar é o que efetivamente eles representam sobre a instituição em que se empenham, sobre o público que ela atende, e sobre o "migrante", que seria o objetivo primeiro de sua ação. O que se descortina é como se organiza esse espaço interno à AVIM, como são pensadas as suas variadas gamas de relação, e como elas se constituem e se estruturam em seus diferentes níveis de ação. Dentro deste quadro, o que se buscou também foi como é representado o atendimento ao "migrante", se tanto é que eles se permitem chamá-lo como tal. Enfim, como a "rede" e o "peixe" se constituem mutuamente no imaginário destes agentes. Em outras palavras, o intento deste trabalho não foi mais que formar este quadro, que fosse minimamente embasado no dado real fornecido por estes agentes, e sugestivo o bastante para apontar linhas de estudo e compreen-

são desta instituição peculiar, a AVIM. Com todos os limites possíveis, acreditamos que pudemos realizá-lo.

**Sidnei Marco Dernelas é padre carlista e membro da equipe do CEM.*

NOTAS

1) Trata-se do grupo formado por pesquisadores do Centro de Estudos Migratórios (CEM), do Laboratório de Geografia Humana da USP, além de pesquisadores de outras Universidades e Institutos, mais conhecido como GT Migrações - CEM/USP, e que desenvolve essa pesquisa desde 1992. Expressar um agradecimento seria muito pouco diante da imensa dívida que este trabalho tem para com este grupo de estudo e pesquisa. Na verdade, ele é o resultado do trabalho conjunto, não só de feitura, transcrição, leitura e estudo das entrevistas realizadas por todo o grupo, mas também todas as observações sobre a análise do conteúdo das entrevistas e o enfoque dado no seu tratamento devem muito a participação dos integrantes do grupo. É realmente difícil distinguir o que é colaboração de um ou de outro. Pode-se dizer que, se há alguém que realizou as análises e escreveu o trabalho, ele não fez mais que fazer uma síntese mais elaborada do que vem sendo realizado pelo grupo de estudo e pesquisa, e portanto ainda incompleta.

2) Os termos "acolher" e "acolhimento", embora façam parte do nome dado ao projeto de pesquisa formulado pelo grupo de estudo, apresentam certos problemas na medida em que muito se questionou se eles realmente correspondiam às práticas correntes nas instituições de assistência social, como é o caso da AVIM. Entre os entrevistados, apenas o padre tenta fazer uma caracterização do que seria realmente uma forma de "acolhimento" (como tratamento humanitário de qualidade aos migrantes necessitados) em contraposição às formas correntes de atendimento da população que procura estas instituições. Por este motivo iremos privilegiar os termos "atendimento", "atendidos" e "atender", por serem mais abrangentes para designar as práticas institucionais, do que aquela que seria mais idealizada (e desejada) como "acolhimento".

3) Para uma história mais completa sobre a AVIM, remetemos ao artigo de Cutti, neste número da *Travessia*. A Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos é o título jurídico da Congregação dos Missionários de São Carlos. Sendo um instituto católico religioso que ultrapassa fronteiras internacionais, está organizada em "províncias", sendo que a AVIM se liga propriamente à Província de São Paulo, com sede na capital paulista. Ao ser fundada, como associação leiga, por um padre, este teve o cuidado de fixar um elo de caráter jurídico entre a Igreja e a Congregação, e a associação. Diz o estatuto no artigo 20 par. 1º, que o Cardeal Arcebispo da cidade de São Paulo será membro da diretoria na qualidade de Presidente de Honra; no par. 2º, que "será membro nato da diretoria, na qualidade de Assistente Eclesiástico", o padre provincial da Congregação; e no par. 3º, um outro padre da "Pia", na ausência do fundador da instituição, participará da diretoria na qualidade de "superintendente". Na entrevista de Adão, desconhecendo talvez pormenores do estatuto, ele se afirma ao mesmo tempo como assistente eclesiásti-

co e superintendente.

4) Para fins deste estudo, optamos em chamar os entrevistados pelos nomes fictícios: Adão, Benedito, Carmem e Dinah. As declarações citadas dos entrevistados estarão transcritas em "itálico".

5) Para que este estudo fosse realmente completo, e se pudesse aprofundar o estudo sobre o funcionamento da instituição, seria necessário a entrevista deste "diretor", que parece fundamental para o cotidiano da AVIM. Ele foi efetivamente entrevistado pelo grupo, mas por extravio da fita K7 o seu depoimento não foi transcrito, sendo ela encontrada quando este artigo já estava pronto.

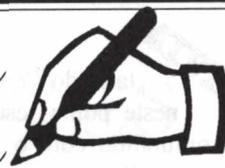
6) A CETREN (Central de Triagem e Encaminhamento) é um órgão público, ligado à Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social do Estado de São Paulo, que tradicionalmente faz um trabalho de assistência social com população carente. Na década de 70 e 80, ela foi muito vista como uma central de triagem para migrantes. As considerações coletadas nas entrevistas tratam do funcionamento deste órgão público ainda antes dele sofrer um processo de terceirização no período do Governo Mário Covas, a partir do ano de 1995.

7) Essa categorização "clero-leigos" foi inicialmente formulada por Max Weber, depois aprofundada por Pierre Bourdieu, e já se tornou clássica em sociologia religiosa. Evidentemente que pode parecer abusivo usar aqui esse modelo explicativo, já que não se trata de um "campo" propriamente religioso formado pela instituição Igreja, em que o "sacerdote" e o "leigo" se oporiam e se constituiriam mutuamente nas suas funções e nas suas práticas culturais e religiosas. No entanto, este modelo nos parece importante para ajudar a explicar a ambiguidade reinante nas relações entre a Congregação e a associação leiga AVIM, e que pesou significativamente por muito tempo nos impasses sobre a sua condução.

8) Esta ambiguidade foi quebrada no final de 1996, quando, com a mudança dos padres mais próximos da condução da instituição, inclusive o seu "superintendente", impôs-se a exigência de mudanças na sua forma de gestão e funcionamento. A tensão e o conflito entre a antiga diretoria da AVIM e os "padres"/ Congregação, levou a que a Província rompesse a sua permanente inação, levando a uma pressão direta da direção provincial e provocando uma eleição, em que concorreram duas chapas. Com a derrota da antiga diretoria, um novo grupo de leigos assumiu, trabalhando de maneira mais estreita com a Direção Provincial da Pia Sociedade. Esse episódio deixou claro que as relações com a Igreja são, sem dúvida, as grandes definidoras da identidade e do funcionamento desta instituição.

9) Talvez seja um pouco exagerado afirmar que a AVIM seja uma "instituição total", mas não há como negar que ela se vale de muitos métodos habituais a muitas casas de correção, como penitenciárias, sanatórios, asilos, etc. Nesse sentido, não se pode deixar de lembrar as obras de Foucault e Goffmann, que a partir de registros diferentes analisaram essa forma de dominação, que atinge sobretudo os "marginais" à ordem dominante na sociedade.

10) Desde o princípio dos anos 80, a AVIM mantém um posto de atendimento no Terminal Rodoviário de São Paulo, funcionando todos os dias com três assistentes sociais. Deste posto costumam chegar, através de uma Kombi da instituição, aqueles que correntemente todos os funcionários admitem que sejam realmente migrantes.



SAIR PARA O MUNDO: TRABALHO, FAMÍLIA E LAZER

Relação e Representação na Vida dos Excluídos

Ana Cristina Arantes Nasser

Dpto. de Ciências Sociais - FFLCH/USP, São Paulo, 1996, 250p. (mimeo)

Tendo como suporte de análise os três elementos que, segundo Henri Lefebvre, compõem a vida cotidiana - o trabalho, a família e o lazer -, a autora procura investigar em que medida os albergues, em contraposição à rua, se constituem, do ponto de vista dos excluídos, em espaço de reprodução de sua representação enquanto trabalhadores. A pesquisa de campo que dá fundamentação ao trabalho foi realizada entre os homens que recorrem ao Albergue Noturno Lygia Jardim, na cidade de São Paulo, os quais não podem ser confundidos com os mendigos, embora estejam no limiar de tal condição.

POLÍTICAS E ESTRUTURAS DE ACOLHA DE MIGRANTES NAS CIDADES DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO:

Análise Comparativa

Carlos Bernardo Vainer

UFRJ/PUR, Rio de Janeiro, 1982, 284p. (mimeo)

Traça um quadro da Política de Migrações Internas e constata: avanços na compreensão do fenômeno mas pouca incidência prática; desencontro entre diretrizes gerais e instâncias operacionais; desarticulação interinstituições. Em São Paulo, estruturas de acolha com tradição; no Rio de Janeiro, tudo muito incipiente. O migrante, entendido de diferentes formas, acaba sendo diluído em carente. As instituições governamentais mais segregam do que integram, apresentando custo elevado e pouco resultado, enquanto as instituições não-governamentais aproximam-se mais de uma prática integrativa.

MIGRAÇÃO NO TRECHO: Trabalho, Assistência e Degeneração

Sérgio Ricardo Oliveira Martins

Dpto. de Geografia - FFLCH/USP, São Paulo, 1995, 193p. (mimeo)

Este trabalho aborda a realidade migratória em Campo Grande/MS, onde se verifica um marcante movimento de pessoas empobrecidas entre os albergues da cidade. A pesquisa baseia-se sobretudo na documentação dos órgãos de assistência social da cidade e em entrevistas com os migrantes itinerantes, buscando captar o significado desta migração com a conseqüente degeneração da experiência de trabalho, deixando-os no limite da mendicância.

POPULAÇÃO DE RUA - BRASIL E CANADÁ

Cleisa M. M. Rosa (org.)

Hucitec, São Paulo, 1995, 240p.

Este livro recolhe as experiências por ocasião da realização do 1º Seminário Nacional de População de Rua. São experiências e estudos realizados até 1992 no Brasil e no Canadá, e que constituem contribuições significativas de técnicos e agentes de pastoral envolvidos na tarefa de criar alternativas de trabalho digno; inclui também reflexões de intelectuais da universidade que partilham seu conhecimento na busca de soluções para o problema.

BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio

São Paulo, 1937-1952, Boletins nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 7.

Trata-se de uma coletânea de valor histórico inestimável, contendo estudos, documentos e, sobretudo, todos os dados do movimento migratório para o Estado de São Paulo desde 1827 até 1949, através de quadros e gráficos, além de ilustrações fotográficas, sempre acompanhados por artigos que comentam os principais dados, inicialmente em versões inclusive para o francês e o inglês e, posteriormente, com sumários nas duas línguas citadas.

BAIRROS ALÉM-TAMANDUATÉ:

O Imigrante e a Fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho

Margarida Maria de Andrade

FFLCH/USP, São Paulo, 1991, 252p. (mimeo)

Apoiado no interesse pela industrialização e urbanização de São Paulo, este trabalho tem como proposta estudar a incorporação do Brás, Moóca e Belenzinho à cidade de São Paulo como bairros industriais e operários. O estudo abrange o período que vai aproximadamente de 1860 até os anos 40 deste século, sem excluir algumas incursões pelo momento atual, considerando a situação desses bairros em alguns aspectos indicativos de transformação em curso. No primeiro capítulo aborda o processo de urbanização daquela porção da cidade, entre 1860 e 1900; no segundo, reconstitui um pouco da história da indústria na cidade e nos três bairros e, finalmente, no terceiro, trata da indústria na sua inserção na cidade. Em todos eles é marcante a presença do trabalhador imigrante.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc.

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, obedecendo aos seguintes quesitos:

- De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- Tamanho: 250 linhas de 75 toques, incluindo notas e bibliografia;
- Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- Na medida do possível, enviar algumas fotos com os respectivos créditos, posteriormente serão devolvidas;
- Os artigos devem ser inéditos;
- Fazer constar breve identificação do autor, endereço e telefone;
- Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante;
- Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano, e quando específicas, a página. Ex: (Silva, 1996, p. 3);
- Bibliografia - Pede-se seguir este padrão:

a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do livro em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan. (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen. (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p. 11.

N/B: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

- O autor de artigo publicado receberá dez exemplares da revista.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

TRAVESSIA Nº 30

CLANDESTINIDADE

(JAN-ABR/98)

Prazo para envio dos artigos: (15/10/97)

TRAVESSIA Nº 31

FESTAS

(MAI-AGO/98)

Prazo para envio dos artigos: (28/02/98)

TRAVESSIA Nº 32

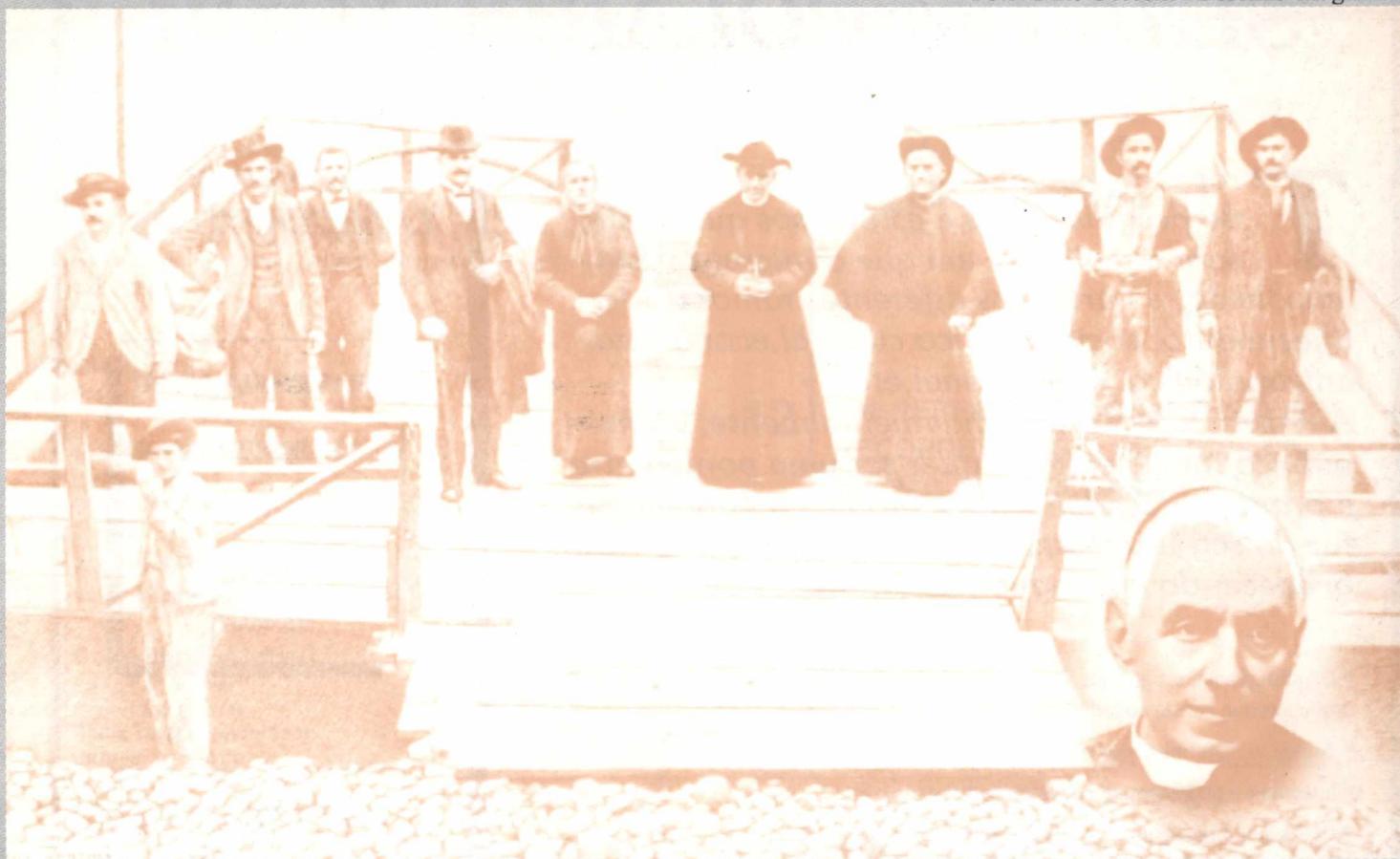
MEMÓRIA

(SET-DEZ/98)

Prazo para envio dos artigos: (30/06/98)

JOÃO BATISTA SCALABRINI

Foto: Dino Cecconi - Desenho em grafite.



Em destaque, João Batista Scalabrini, que aparece ao centro numa balsa, durante a travessia do rio das Antas/RS em sua viagem ao Brasil, no ano de 1904.

QUEM FOI SCALABRINI?

Em 1887 - data em que foi inaugurada na cidade de São Paulo a famosa Hospedaria dos Imigrantes - na Itália, o bispo de Piacenza, Dom João Batista Scalabrini, a quem muitos emigrantes escreveram cartas narrando suas agruras, fundou a Congregação dos Missionários de São Carlos Escalabrinianos, com a finalidade de atender aos italianos que se dirigiam para as Américas.

O Centro de Estudos Migratórios, entidade pertencente a essa Congregação, às vésperas da beatificação de Scalabrini, que transcorrerá no dia 9 de novembro de 1997, rende homenagem a essa extraordinária figura humana.

No próximo número de Travessia, uma matéria especial sobre Scalabrini e sua obra.